Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XIII Legislatura **Número: 16**

I Sessão Legislativa **Horta, quinta-feira, 13 de junho de 2024**

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputada Nídia Inácio e Deputado Lubélio Mendonça*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 04 minutos.

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as, a sessão iniciou-se com o **Período de Tratamento de Assuntos Políticos**, tendo sido apresentados os seguintes votos:

— **Voto de congratulação pelo 50.º aniversário do Futebol Clube da Madalena**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Mário Tomé *(PS)*, o referido voto foi aprovado por unanimidade.

— **Voto de congratulação ao Sporting Club da Horta por ter subido à I Divisão Nacional de Andebol**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Salomé Matos *(PSD)*, o referido voto foi aprovado por unanimidade.

— **Voto de congratulação pelo regresso do Sporting Club da Horta à I**

Divisão Nacional de Andebol, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Lúcio Rodrigues *(PS)*, o referido voto foi aprovado por unanimidade.

— **Voto de congratulação pelo 25.º aniversário do Comando Regional da PSP dos Açores**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Luís Soares *(PSD)* e usado da palavra a Sra. Deputada Sandra Costa Dias *(PS)* e os Srs. Deputados Pedro Pinto *(CDS-PP)* e José Pacheco *(CH)*, o referido voto foi aprovado por unanimidade.

— **Voto de congratulação pelos 25 anos da Escola Básica e Integrada da Vila do Topo**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Catarina Cabeceiras *(CDS-PP)* e usado da palavra o Sr. Deputado Nuno Barata *(IL)*, o referido voto foi aprovado por unanimidade.

— **Voto de congratulação pela subida do Candelária Sport Clube à I Divisão Nacional de Hóquei em Patins**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Mário Tomé *(PS)*, o referido voto foi aprovado por unanimidade.

— **Voto de congratulação pela subida do Candelária Sport Clube à I Divisão de Hóquei em Patins**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado José António Soares *(PSD)*, o referido voto foi aprovado por unanimidade.

— **Voto de congratulação pelos 25 anos da Cooperativa de Economia Solidária Pescadores da Ribeira Quente**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Russell Sousa *(PS)* e usado da palavra o Sr. Deputado Francisco Gaspar *(PSD)*, o referido voto foi aprovado por unanimidade.

— **Voto de congratulação ao Marítimo Sport Clube pela subida à II Divisão**

Nacional de Hóquei em Patins, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Joaquim Machado *(PSD)* e usado da palavra o Sr. Deputado Russell Sousa *(PS)*, o referido voto foi aprovado por unanimidade.

— **Voto de congratulação pelo cinquentenário da Sociedade Recreativa e Filarmónica União de São Brás**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP)*, o referido voto foi aprovado por unanimidade.

— **Voto de saudação ao reconhecimento do Estado da Palestina por Espanha, Noruega, Irlanda e Eslovénia**, apresentado pelo Representação Parlamentar do BE.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado António Lima *(BE)* e usado da palavra os Srs. Deputados Pedro Pinto *(CDS-PP)*, João Bruto da Costa *(PSD)*, José Pacheco *(CH)*, Berto Messias *(PS)* e António Lima *(BE)*, o referido voto foi rejeitado.

— **Voto de pesar pelo Falecimento do Doutor José Carlos Silveira Soares**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CH.

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Olivéria Santos *(CH)* e usado da palavra a Sra. Deputada Ana Jorge *(PSD)* e o Sr. Deputado Mário Tomé *(PS)*, o referido voto foi aprovado por unanimidade.

— **Voto de pesar pelo falecimento do Cónego Ângelo Freitas Valadão Eduardo**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Dora Valadão *(PS)*, o referido voto foi aprovado por unanimidade.

— **Voto de pesar pelo falecimento de Abel Manuel Germano Cabral**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Marlene Damião *(PS)* e usado da palavra o Sr. Deputado Rúben Cabral *(PSD)* e a Sra. Deputada Olivéria Santos *(CH)*, o

referido voto foi aprovado por unanimidade.

De seguida, o Sr. Deputado Nuno Barata *(IL)* usou da palavra para fazer uma **declaração política**, na qual intervieram os Srs. Deputados José Miguel Toste *(PS)*, José Pacheco *(CH)*, António Lima *(BE)*, Pedro Neves *(PAN)*, Pedro Pinto *(CDS-PP)* e a Sra. Deputada Salomé Matos *(PSD)*, bem como a Sra. Secretária Regional da Saúde e Segurança Social *(Mónica Seidi)*.

Dando seguimento à agenda, foram debatidos em conjunto os seguintes pontos:

— **Pedido de urgência do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 10/XIII, "Primeira Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 23/2023/A, de 26 de junho, Estatuto da Carreira Docente da Região Autónoma dos Açores"**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS;

— **Pedido de urgência do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 11/XIII, "Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 23/2023/A, de 26 de junho, Estatuto da Carreira Docente da Região Autónoma dos Açores"**, apresentado pela Representação Parlamentar da IL;

— **Pedido de urgência do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 12/XIII, "Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 23/2023/A, de 26 de junho, Estatuto da Carreira Docente da Região Autónoma dos Açores"**, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP, pela Representação Parlamentar do PPM e pelo Grupo Parlamentar do CH.

Justificados os respetivos pedidos de urgência pela Sra. Deputada Inês Sá *(PS)*, pelo Sr. Deputado Nuno Barata *(IL)* e pelo Sr. Deputado Joaquim Machado *(PSD)*, pronunciaram-se ainda os/as Srs./as Deputados/as José Pacheco *(CH)*, António Lima *(BE)*, Joaquim Machado *(PSD)*, Inês Sá *(PS)*, Nuno Barata *(IL)* e Catarina Cabeceiras *(CDS-PP)*.

Submetidos à votação, os três pedidos de urgência foram aprovados por unanimidade.

Posteriormente, o Sr. Deputado António Lima *(BE)* justificou o **Pedido de**

urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 9/XIII — "Posição da Região Autónoma dos Açores no âmbito do Grupo de Trabalho para a revisão do Subsídio Social de Mobilidade", apresentado pela Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda, tendo intervindo o Sr. Deputado Nuno Barata *(IL)*.

Submetido à votação, foi aprovado por maioria.

Assim, passou-se ao debate e votação do **Projeto de Resolução n.º 9/XIII — "Posição da Região Autónoma dos Açores no âmbito do Grupo de Trabalho para a revisão do Subsídio Social de Mobilidade"**, apresentado pela Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda.

A apresentação da iniciativa coube ao Sr. Deputado António Lima *(BE)*, tendo usado da palavra os/as Srs./as Deputados/as Nuno Barata *(IL)*, Olivéria Santos *(CH)*, João Bruto da Costa *(PSD)*, Catarina Cabeceiras *(CDS-PP)*, Luís Leal *(PS)*, José Pacheco *(CH)*, Vasco Cordeiro *(PS)*, bem como a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas *(Berta Cabral)* e o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades *(Paulo Estêvão)*.

Submetido à votação, o diploma foi rejeitado.

Por fim, foi aprovada, por unanimidade, a **Proposta de Deliberação que declara findo o período legislativo de junho de 2024.**

Os trabalhos terminaram às 17 horas e 42 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais.

Eram 10 horas e 04 minutos.

Vamos iniciar os nossos trabalhos com a chamada.

Faça favor, Sr. Secretário.

Secretário: Obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais.

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Social Democrata (PSD)

Adolfo Nuno Gregório **Vasconcelos**

Ana Maria dos Santos Silva e **Jorge**

Carlos Henrique Lopes **Rodrigues**

Cecília Maria Soares **Estácio**

Délia Maria **Melo**

Flávio da Silva **Soares**

Francisco Manuel Raposo **Gaspar**

Jaime Luís Melo **Vieira**

José António Marcos **Soares**

José Manuel Resendes **Leal**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Miguel Teixeira **Raposo**

Luís Carlos Cota **Soares**

Nídia Manuela de Sousa Lopes **Inácio**

Paulo Rui Paiva Ferreira **Chaves**

Paulo Duarte **Gomes**

Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**

Paulo José da Cunha **Simões**

Rúben Filipe Rebelo **Cabral**

Sabrina Marília Coutinho **Furtado**

Maria **Salomé** Dias de **Matos**

Partido Socialista (PS)

Andreia Martins **Cardoso** da Costa

Berto José Branco **Messias**

Carlos Emanuel Rego **Silva**

Dora Maria Coelho de Castro e Câmara Freitas **Valadão**

Gualberto Costa **Rita**

Inês Soares de Oliveira e **Sá**

Maria **Isabel** Góis **Teixeira**

Joana Sousa **Pombo Tavares**

João Vasco do Monte Ferreira Pereira da **Costa**

José Manuel Gregório de **Ávila**

José Gabriel Freitas **Eduardo**

José Miguel de Freitas **Toste**

Lubélio de Fraga **Mendonça**

Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**

Luís Miguel Vieira **Leal**

Mário José Dinis **Tomé**

Marlene Andrea Martins Oliveira **Damião** de Medeiros

Marta Ávila de **Matos**

Patrícia Maria Melo **Miranda**

Russell Michael **Sousa**

Sandra Micaela **Costa Dias**

Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Chega (CH)

António **Fernando Dias**

Hélia Maria Pinheiro **Cardoso**

José Eduardo da Cunha **Pacheco**

José Paulo Machado de **Sousa**
Olivéria de Lurdes Cabral dos **Santos**

Partido Popular (CDS/PP)
Catarina de Oliveira **Cabeceiras**
Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto**

Bloco de Esquerda (BE)
António Manuel Raposo **Lima**

Iniciativa Liberal (IL)
Nuno Alberto **Barata** Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)
Pedro Miguel Vicente **Neves**

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.
Estão presentes 53 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.
Declaro aberta a sessão.
Pode entrar o público.
Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, esta manhã está reservada ao **Período de Tratamento de Assuntos Políticos**. Vamos iniciar com a apresentação e votação dos votos que deram entrada na Mesa.
O primeiro voto de congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista pelo 50.º aniversário do Futebol Clube da Madalena.
Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.
Deputado Mário Tomé *(PS):* Bom dia a todos.
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação
50.º Aniversário do Futebol Clube da Madalena

O Futebol Clube da Madalena, filiado da Associação de Futebol da Horta, instituição de utilidade pública, fundado no dia 1 de junho de 1974, celebrou, no passado dia 1 de junho, as suas bodas de ouro de dedicação ao desporto, à comunidade madalenense, ao Pico e aos Açores com uma missa solene e um jantar de gala de aniversário.

A 14 de agosto de 1974 realizou-se a primeira reunião de sócios para eleger os primeiros corpos sociais do Futebol Clube da Madalena, os quais foram eleitos por unanimidade e aclamação.

Ao longo destas cinco décadas foram muitas as pessoas que, com a sua dedicação, esforço e determinação, contribuíram para o sucesso e para a gloriosa história deste clube, como dirigentes, atletas e simpatizantes, numa clara demonstração da importância do desporto para as nossas gentes e, em especial, para os Madalenenses que vivem intensamente o seu clube.

O Futebol Clube da Madalena tem sido um "verdadeiro" embaixador da Ilha do Pico e dos Açores, tendo-se deslocado por variadíssimas vezes ao continente português e aos Estados Unidos da América, até junto das nossas comunidades emigradas na diáspora.

No âmbito das competições de futebol federado, aquando das suas participações na então denominada II Divisão B, Série C e II Divisão Zona Centro, foi protagonista de inesquecíveis momentos, levando os adeptos do Madalena, e todos os Picarotos das diferentes freguesias e concelhos, a vibrarem com os feitos desta histórica instituição.

Nestes 50 anos de vida, o Futebol Clube da Madalena tem desenvolvido atividade desportiva centrada principalmente no futebol. No entanto, e durante algumas

décadas, possuiu as modalidades de hóquei e corridas em patins, modalidade esta em que foi referência nacional pelas conquistas alcançadas pelos seus atletas.

Recentemente alargou a sua atividade à modalidade de voleibol feminino nos escalões de formação, onde tem quatro equipas de formação que já arrecadaram vários títulos nas competições de ilha.

Nas provas organizadas pela Associação de Futebol da Horta, o Futebol Clube da Madalena regista no seu palmarés vários campeonatos e taças.

Competições nacionais (dois títulos):

— III Divisão Nacional - Nível 4 — Épocas desportivas 2004/05 e 2009/10.

Competições regionais (oito títulos):

— AF Horta Pico/Faial — Épocas desportivas 1983/84, 1987/88, 1997/98 e 2013/14;

— AF Horta - Taça — Épocas desportivas 2013/14 e 2020/21;

— AF Horta - Supertaça — Época desportiva 2018/19;

— AF Horta Supertaça do Triângulo — Época desportiva 2020/21.

O Futebol Clube da Madalena tem hoje uma riquíssima atividade federada, em que os seus órgãos sociais e, em especial, a sua direção e treinadores fazem um trabalho notável, imprescindível e reconhecido, contando com dez equipas de futebol em sete escalões de formação; quatro equipas de voleibol feminino em três escalões de formação e colabora com o Centro de Atividades Ocupacionais da Santa Casa da Misericórdia da Madalena para a participação de equipas de futsal e de atletismo nas provas em representação do Futebol Clube da Madalena.

No escalão sénior de futebol 11 tem uma equipa de futebol feminina e uma equipa masculina.

Esta atividade conta com mais de 250 atletas, o que é demonstrativo da dinâmica, da envolvência dos atletas, das suas famílias e da comunidade, e o quanto disponibilizam do seu tempo em prol da paixão que os une: o Futebol Clube da Madalena.

Ao longo destes 50 anos de vida muitos foram os atletas, dirigentes, sócios e simpatizantes que viveram a mística do Futebol Clube da Madalena e que dele receberam ensinamentos, influências e nele deixaram a sua marca. Naqueles que agora fazem parte dos seus órgãos sociais, cumprimentamos e saudamos todos os que ajudaram a construir estas primeiras cinco décadas de existência do Futebol Clube da Madalena.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em plenário do dia 13 de junho de 2024, emita o seguinte voto de congratulação:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pelo facto de o Futebol Clube da Madalena ter celebrado a passagem do seu quinquagésimo aniversário no dia 1 de junho de 2024.

Esta congratulação é extensiva a todos os atletas, dirigentes, sócios e simpatizantes que, ao longo destes 50 anos, se dedicaram com empenho, determinação e paixão a esta nobre instituição, assim como ao desenvolvimento desportivo do concelho da Madalena, da ilha do Pico e dos Açores.

Do presente voto deve ser dado conhecimento aos órgãos sociais do Clube, à Associação Futebol da Horta, à Associação de Voleibol da Ilha do Pico, bem como à Junta de Freguesia, Assembleia e Câmara Municipal da Madalena.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 13 de junho de 2024.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação pelo 50.º aniversário do Futebol Clube da Madalena do Pico foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo de voto de congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD ao Sporting Club da Horta por ter subido à I Divisão Nacional de Andebol.

Tem a palavra a Sra. Deputada Salomé Matos.

Deputada Salomé Matos *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Ao Sporting Club da Horta por ter subido à I Divisão Nacional de Andebol

O Sporting Club da Horta foi fundado a 28 de maio de 1923, por iniciativa de Manuel de Azevedo Castro Neves, sócio n.º 1, e teve como primeiro presidente Domingos Homem Garcia, eleito a 8 de junho do mesmo ano.

Sediado no concelho da Horta, na ilha do Faial, é considerado um clube eclético pelas diversas modalidades desportivas e culturais que disponibilizou à sociedade faialense, sendo-lhe atribuído, em 1925, o Estatuto de Instituição de Utilidade Pública.

No ano em que celebrou os seus 100 anos recebeu no dia da Região Autónoma dos Açores a Insígnia Autonómica de Mérito Cívico.

Embora tenha começado a sua atividade com o futebol, sagrando-se Campeão Açoreano em 1936 e em 1952, é na modalidade de andebol que mantém hoje a sua principal atividade, e na qual se tem distinguido fora da Região, tendo subido à II Divisão Nacional em 1993 e à I Divisão Nacional em 1996.

Na época de 1990/1991, revalidado o título de campeão regional em andebol, o Sporting tem a primeira participação regular no Campeonato Nacional da III Divisão, entre diversas disputas pela manutenção do título, a 28 de maio de 1994, sobe finalmente à II Divisão do Campeonato Nacional de Andebol.

O ano de 1996 ficaria registado como o do maior êxito alguma vez alçado pelo desporto faialense, e nos anais do Sporting Club da Horta em qualquer modalidade. Responsável pela notoriedade e visibilidade da ilha do Faial, o Sporting Club da Horta renova a cada época a seu plantel apostando não só no capital da escola de formação do clube, como na contratação de atletas do continente português.

É também no Andebol que o Sporting tem desenvolvido um relevante trabalho na formação das camadas jovens. A escola de formação do clube tornou-se a cada época mais robusta e soma até aos dias de hoje múltiplas vitórias de nível regional e nacional, nos seus mais variados escalões: minis, infantis, iniciados, juvenis e juniores.

O Sporting Club da Horta mantém-se na I Divisão até à época de 1997/1998. No final dessa temporada, o clube desce à II Divisão, após as duas brilhantes épocas anteriores.

Em 2003, venceu a Taça Presidente da República, no primeiro ano dessa competição, e em 2006 chega à Final Europeia da Taça Challenge e vence novamente a Taça Presidente da República, garantindo a sua participação na Liga Profissional.

Fruto de muito trabalho, talento, mas acima de tudo paixão, a equipa faialense do Sporting Club da Horta, na presente época de 2023/2024, volta a garantir o seu lugar na I Divisão Nacional de Andebol com a vitória sobre o Académico do Funchal por 35-24, fazendo mais uma vez justiça ao seu lema "hoje e sempre Sporting". Com este resultado, o Sporting da Horta conquistou o 2.º lugar do Grupo A da Divisão de Honra de Andebol e subiu ao principal escalão da

modalidade, a I Divisão Nacional de Andebol.

O Sporting Club da Horta continua assim a escrever uma página impressiva no andebol nacional e internacional, projetando o nome do Faial, dos Açores e de Portugal além-fronteiras, sendo credor do maior orgulho e admiração e depositário de todas as esperanças dos praticantes e amantes do desporto.

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de congratulação a todos os atletas, sócios, adeptos, dirigentes e técnicos, pela subida do Sporting Club da Horta à I Divisão Nacional de Andebol.

E do presente voto deve ser dado conhecimento ao próprio clube, à Câmara Municipal da Horta, à Assembleia Municipal da Horta e à Direção Regional do Desporto.

Horta, Sala das Sessões, 13 de junho de 2024.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação ao Sporting Club da Horta por ter subido à I Divisão Nacional de Andebol foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Igualmente, o Partido Socialista apresenta um voto ao Sporting Club da Horta pela sua subida à I Divisão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues para a sua apresentação.

Deputado Lúcio Rodrigues *(PS):* Bom dia a todos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação
Pelo regresso do Sporting Club da Horta à I Divisão Nacional de Andebol

O Sporting Club da Horta, ao vencer no passado fim de semana o Atlético do Funchal, conquistou o segundo lugar da Divisão de Honra de Andebol, fruto de sete vitórias em dez jogos da fase de apuramento e vai estar na elite do andebol nacional na próxima época.

A conquista alcançada, no ano de encerramento das comemorações do seu centenário, assinalou o regresso do Sporting Club da Horta à I Divisão Nacional de Andebol, onde já teve presença em diferentes épocas ao longo dos últimos anos.

Fundado em 1923, começou como clube de futebol, modalidade central do clube ao longo de várias décadas, tendo inclusivamente vencido o primeiro campeonato distrital de futebol, disputado nos Açores, na época 1930/1931.

É, no entanto, na modalidade de andebol, que ao longo dos últimos anos o Sporting Club da Horta se tem evidenciado e distinguido, dando também um importante contributo na promoção da ilha do Faial e dos Açores em Portugal e na Europa.

Foi na época 2005/06 que o Clube da Rua Eduardo Bulcão registou os momentos de maior sucesso, tendo sido, em 2006, finalista da competição europeia "Taça Challenge" — a segunda mais importante competição europeia de andebol.

Desde então, o Sporting Club da Horta tem registado com nota positiva a participação que tem desenvolvido nas competições nacionais de andebol e elevado o nome da Região naquela modalidade.

Após dois anos de ausência do escalão máximo nacional de andebol, o Sporting Club da Horta regressa agora a um lugar que é seu, e que dignifica o clube, o Faial

e os Açores.

Toda a sua história é sustentada por um trabalho sem precedentes desenvolvido por sócios, adeptos e jogadores que, tal como outros clubes, dão corpo às conquistas e ao sucesso alcançado.

De realçar igualmente o trabalho inquestionável desenvolvido pelo clube no que à formação diz respeito, o que tem permitido, permanentemente, a utilização de jogadores locais em largo número na sua equipa sénior de andebol.

O histórico clube da cidade da Horta afirma-se assim como a maior potência do andebol açoriano e uma referência a nível nacional.

Com a dedicação e empenho de toda a equipa, que tem trabalhado para consolidar um percurso de sucesso, o Sporting Club da Horta tem sido um dos principais embaixadores do desporto açoriano no panorama nacional, prestigiando os Açores e o desporto regional.

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pelo facto de os atletas do Sporting Club da Horta terem assegurado a subida ao escalão principal do andebol nacional. Esta congratulação é extensível a todos os técnicos e dirigentes daquele clube, que veem assim reconhecido o mérito de um trabalho de excelência, levando mais longe o nome dos Açores.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de congratulação pelo regresso do Sporting Club da Horta à Primeira Divisão Nacional de Andebol.

Do presente voto deve ser dado conhecimento aos órgãos sociais do Sporting Club da Horta, à União das Associações de Andebol dos Açores, ao Governo Regional dos Açores e à Federação de Andebol de Portugal.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 13 de junho de 2024.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação pelo regresso do Sporting Club da Horta à I Divisão Nacional de Andebol foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD pelo 25.º aniversário do Comando Regional da PSP dos Açores.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Soares.

Deputado Luís Soares *(PSD):* Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Pelo 25.º aniversário do Comando Regional da PSP dos Açores

Com o compromisso de honra de dar a própria vida, se necessário for, os profissionais das forças e serviços de segurança desempenham uma função fundamental, constante e sempre alerta, para o cumprimento da norma nas sociedades de direito democrático.

Esta função assume especial relevo quando acontece numa realidade arquipelágica e ultraperiférica, como é aquela que vivemos. Assim, é de elementar justiça congratular o Comando Regional da PSP dos Açores pelo 25.º aniversário, assinalado no passado mês de maio.

A 9 de maio de 1999, foi criado formalmente o Comando Regional dos Açores, ainda que a história da polícia nos Açores remonte ao final do século XIX, período em que foram constituídas três unidades de polícia, inicialmente dependentes dos Governos Civis dos Distritos Autónomos de Angra do Heroísmo, em 1878, de Ponta Delgada, em 1899, e da Horta, em 1924.

Assim se manteve até à década de 30, quando se deu a unificação das forças distritais do continente sob um único comando. Assim, na primeira metade do século XX, quem pretendia assumir as funções de polícia era formado localmente, considerando a distância geográfica das ilhas, e só se alterou com a entrada em funcionamento da Escola Prática da PSP, em 1967.

A criação da Região Autónoma dos Açores, em 1976, e consequente extinção dos Distritos Autónomos, não significou a extinção dos três comandos de polícia, mas tão só uma alteração denominativa para "comandos regionais", pelo que só foram unificados a nível insular há 25 anos.

Ao longo deste quarto de século, o Comando Regional da PSP tem sido um "garante da paz pública e da convivência pacífica com segurança, justiça e bem-estar", como o referiu o Comandante Regional, Hélder Dias, na cerimónia de aniversário ocorrida no passado dia 10 de maio.

Tal só tem sido possível pelo sentido de missão e ação abnegada de todos os que enformam o Comando Regional da PSP nos Açores, a todos os níveis de hierarquia.

O Comando Regional da PSP dos Açores depara-se com inúmeros desafios nos dias de hoje: a cada vez mais evidente escassez de recursos humanos; as esquadras a precisar de obras de requalificação, que assegurem condições dignas; a frota automóvel com uma média de idades elevada e consequente desgaste.

Ainda assim, o Comando Regional da PSP dos Açores presta a sua missão de forma comprometida e corajosa, garantindo a segurança de todos nós, fazendo dos sacrifícios e das dificuldades a sua força para a eficaz prestação de serviço de

defesa e proteção de pessoas e bens.

Ser Polícia é um orgulho e uma vocação. Pertencer ao Comando Regional da PSP dos Açores é um sentido de missão e compromisso para com a nossa Região.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária do mês de junho de 2024, a aprovação de um voto de congratulação pelo 25.º aniversário do Comando Regional da PSP dos Açores.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento ao Comando Regional da PSP dos Açores, à Direção Nacional da PSP e ao Ministério da Administração Interna.

Horta, Sala das Sessões, 13 de junho de 2024.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O CDS associa-se, naturalmente, a este voto de congratulação pelo 25.º aniversário do Comando Regional da PSP.

Sabemos bem as dificuldades que as forças de segurança, incluindo a PSP, passam, não só nos Açores, mas a nível nacional, por força de um desinvestimento ou falta de investimento, quer em meios, quer em infraestruturas, quer na conservação das infraestruturas, quer mesmo as dificuldades que existem hoje em dia ao nível do recrutamento de pessoal.

Significa isso que os efetivos que estão ao serviço das nossas forças de segurança exercem, para além da sua missão profissional, um verdadeiro contributo para a nossa paz social, que é reconhecida internacionalmente por força de sermos considerados um dos países mais seguros do mundo. E, portanto, apesar de todas as dificuldades, estes agentes exercem a sua missão com entrega total e plena. E, portanto, merecem o nosso reconhecimento.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Sandra Costa Dias.

(*) Deputada Sandra Costa Dias *(PS):* Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se a este voto, parabenizando o Comando Regional da PSP dos Açores pelo seu 25.º aniversário, tal como fizemos marcando presença no passado dia 10 de maio naquele que foi o momento de celebração desta efeméride, em Ponta Delgada, e reconhecendo aquele que é o papel importantíssimo desempenhado por esta força de segurança, mantendo a paz social, contribuindo para aquele que é um desafio cada vez maior, numa sociedade moderna, em crescimento, onde novas formas de crime também vão surgindo, como o cibercrime, e a maior delinquência é também um desafio cada vez maior na nossa sociedade.

Por isso mesmo, há que reconhecer o papel importante desta força de segurança para a manutenção da paz social, para a segurança de todos nós. E numa região arquipelágica, como é o caso da Região Autónoma dos Açores, nas nove ilhas, os desafios são maiores. Por isso mesmo, o nosso reconhecimento, associando-nos a este voto e parabenizando também por esta efeméride.

Obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado José Pacheco, faça favor.

Deputado Nuno Barata *(IL):* Carrega, Pacheco!

(*) Deputado José Pacheco *(CH):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Bom dia a todos, antes de mais.

Obviamente que nos associámos a este voto.

Também aqui gostaria de não confundir a árvore com a floresta. É verdade e aqui já foi dito, a nossa polícia, o garante da nossa segurança, tem sido maltratada há muito tempo. Isto não é novidade.

Olhe, ainda sábado passado, estive numa esquadra onde percebi o quanto é o esforço dos nossos agentes, dos nossos polícias, daqueles seres humanos que estão ali, homens e mulheres que dão tudo pela sua missão (nem lhe vou chamar profissão).

Mas também é verdade que nesta Casa participei numa reunião onde estive com um Ministro… Eu chamaria o Pinóquio de tudo isto. E que depois tem da parte dos mais altos comandantes da polícia a cumplicidade de dizer que se vai fazer o que não se fez e que nunca se fará, dizer que está tudo bem, que se tem os meios necessários, adequados. Isto tudo é mentira! E as populações sentem como sendo uma grande mentira.

Parabéns, sim, aos homens e mulheres que têm dado o corpo às balas, até às vezes literalmente. Estes, sim!

Quanto a tudo o resto que obedece à voz do dono, não tem o meu respeito, nunca poderá ter.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como

estão.

Secretária: O voto de congratulação pelo 25.º aniversário do Comando Regional da PSP dos Açores foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é pelos 25 anos da Escola Básica e Integrada da Vila do Topo. É apresentado pela Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, em nome do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Deputada Catarina Cabeceiras *(CDS-PP):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação
Pelos 25 anos da Escola Básica e Integrada da Vila do Topo

A Escola Básica e Integrada da Vila do Topo celebrou na passada semana, dia 6 de junho, os seus 25 anos, um quarto de século ao serviço da comunidade do concelho da Calheta, em particular ao serviço da comunidade da zona do Topo e Santo Antão.

A celebração foi marcada por diferentes momentos, durante dois dias, desde a sessão solene, a diversas atividades com os atuais e antigos alunos, desde música, teatro, dança, poesia, atividades desportivas, mas também exposições e vídeos com várias recordações. Um leque diversificado de atividades que envolveu a comunidade escolar, bem como a comunidade em geral.

Até ao ano de 1997 funcionava a telescola naquela zona da ilha, que com o seu encerramento levou à criação de um polo da Escola Básica e Secundária da Calheta.

Contudo, surge a pretensão da construção de um estabelecimento de ensino autónomo, que se concretiza por via do artigo 2.º, alínea g), do Decreto Regulamentar Regional n.º 10/98/A, de 2 maio, englobando assim todos os estabelecimentos da educação pré-escolar e do ensino básico da rede oficial, bem

como a educação especial, o ensino recorrente de adultos e a educação extraescolar, das freguesias do Topo e Santo Antão no concelho da Calheta. A 1 de setembro de 1998, a Escola Básica e Integrada do Topo começa a funcionar de forma autónoma, sendo Dionísia Lourenço a docente presidente da comissão instaladora, e Susana Cabral e Maria José Casimiro as vice-presidentes.

Entre 1999 e 2000 já estava definitivamente instalada a escola, funcionando provisoriamente nas instalações da Casa do Povo e Convento de São Diogo, sendo inauguradas as novas instalações, junto ao antigo convento, em 2003, no início desse ano letivo, apesar de já em setembro de 2002 se terem iniciado as aulas nesse novo edifício.

O primeiro Conselho Executivo da Escola Básica e Integrada da Vila do Topo exerceu funções entre 1999 e 2005, sendo Paulo Ribeiro o presidente e Vasco Pinto Azevedo e Susana Cabral os vice-presidentes. Atualmente a docente Ana Bela Oliveira é a presidente do Conselho Executivo e as docentes Paula Silva e Alexandra Dias as vice-presidentes.

Nesta escola estudam crianças desde o pré-escolar ao 9.º ano. São, atualmente, cerca de 91 alunos, um corpo docente composto por 27 professores e 15 profissionais não docentes.

A história da Escola Básica e Integrada da Vila do Topo está em constante progresso e muitos são os desafios atuais. Contudo, a história destes 25 anos é escrita diariamente por alunos, docentes, não docentes, encarregados de educação e comunidade em geral do Topo e Santo Antão, que ao longo destes anos se empenham e desenvolvem um espírito de família entre todos, criando laços para a vida, sempre com um espírito de dedicação e determinação num ensino de excelência e incutindo nas crianças e jovens importantes valores para a vida, sendo esta escola um pilar fundamental naquela comunidade.

Pelo exposto, pelo reconhecido trabalho, pela importância económica, social, cultural e educativa na formação integral das crianças e jovens das freguesias do

Topo e Santo Antão, na ilha de São Jorge e nos Açores, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe a aprovação de um voto de congratulação pelos 25 anos da Escola Básica e Integrada da Vila do Topo.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à Escola Básica e Integrada da Vila do Topo, à Secretaria Regional da Educação, Cultura e Desporto, à Assembleia Municipal e Câmara Municipal da Calheta, bem como às Juntas de Freguesia de Topo e Santo Antão.

Horta, Sala das Sessões, 13 de junho de 2024.

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Nuno Barata *(IL):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Correndo o risco de não ter tempo para encerrar daqui a pouco a minha declaração política, eu não posso deixar passar esta oportunidade sem dizer duas coisas sobre este assunto: a Escola do Topo não precisa de votos de congratulação, nem do PSD, nem do PS, nem do CDS, sobre a passagem dos seus 25 anos, precisa é de 25 baldes de tinta para resolver o problema que lá está feito!

Deputada Catarina Cabeceiras *(CDS-PP):* Se fosse só isso, Sr. Deputado… Era bom que fosse só isso. Se fossem 25 baldes de tinta, estava resolvido!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam com este voto de congratulação façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação pelos 25 anos da Escola Básica e Integrada da Vila do Topo, em São Jorge, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista ao Candelária Sport Clube.

Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

Deputado Mário Tomé *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação
Subida do Candelária Sport Clube à I Divisão Nacional de Hóquei em Patins

A multiplicidade das modalidades desportivas que se praticam nos Açores, o envolvimento e a participação comunitária que isso implica e os sucessos competitivos que se têm alcançado, refletem de forma credível o nível de desenvolvimento desportivo e social das nossas localidades e a importância que dão ao desporto.

O nível competitivo que estas coletividades alcançam são também veículos de promoção e divulgação da nossa Região, contribuindo para a notoriedade do destino Açores, e o Candelária Sport Clube é disto um excelente exemplo.

Nada acontece ao acaso, o trabalho persistente, eficaz e extraordinário levado a efeito pelo treinador Pedro Afonso, pelos jogadores, pelos dirigentes e pelos seus adeptos culminou, no passado dia 12 de maio, com o regresso do Candelária Sport Clube ao patamar principal do hóquei português e a um dos campeonatos mais

disputados a nível mundial, sagrando-se vencedor da II Divisão Nacional de Hóquei em Patins Zona Sul, quando faltava ainda disputar três jornadas para o términus do campeonato.

Ao longo da sua história, muitos foram os sucessos desportivos, alcançando títulos de âmbito local, regional e nacional.

O Candelária Sport Clube, fundado no ano de 1990, ascende aos escalões nacionais do hóquei português na época desportiva 2001/2002, vencendo o Campeonato Regional de Hóquei em Patins, ascendendo assim à III Divisão Nacional, onde permaneceu apenas uma temporada, visto que na época desportiva 2002/2003 ascende à II Divisão Nacional e passados dois anos encontrava-se no patamar maior do hóquei português, onde se manteve até á época desportiva 2016/2017.

Foram inúmeras as pessoas que, ao longo dos tempos, contribuíram para este percurso de êxitos, mas uma se destaca neste período mais difícil da vida do clube e que fruto também da sua determinação, persistência e competência, referimo-nos ao treinador Pedro Afonso, tornou o sonho realidade, numa parceria perfeita com os seus jogadores, dirigentes e adeptos.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em plenário do dia 13 de junho de 2024, emita o seguinte voto de congratulação:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pelo facto de o Candelária Sport Clube ter alcançado o patamar maior do hóquei em patins português, com o direito de participação no Campeonato Nacional da I Divisão na próxima época desportiva, na sequência da conquista do título da II Divisão Nacional de Hóquei em Patins Zona Sul na época desportiva 2023/2024, sendo mais um feito histórico para o Pico e para os Açores.

Esta congratulação do regresso do Candelária Sport Clube ao patamar maior do

hóquei português é extensiva a todos os atletas, ao seu treinador, dirigentes, sócios, simpatizantes e patrocinadores por mais este feito de grande relevo para o desporto açoriano, para a freguesia da Candelária, para o concelho da Madalena e para a ilha do Pico.

Do presente voto deve ser dado conhecimento ao Clube, à Associação de Patinagem da Ilha do Pico, à Junta de Freguesia da Candelária, à Assembleia e Câmara Municipal da Madalena.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 13 de junho de 2024.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação pela subida do Candelária Sport Clube à I Divisão Nacional de Hóquei em Patins foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Igualmente, o PSD tem um voto de congratulação ao Candelária Sport Clube pela subida à I Divisão.

Tem a palavra o Sr. Deputado José António Soares.

Deputado José António Soares *(PSD):* Exmo. Sr. Presidente, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmas. Sras. e Srs. Membros do Governo, Exmas. Senhoras e Senhores:

Voto de Congratulação

Subida do Candelária Sport Clube à I Divisão de Hóquei em Patins

O Candelária Sport Clube, fundado a 24 de janeiro de 1990, instituição esta de utilidade pública, celebrou no passado dia 11 de maio a sua subida à I Divisão de Hóquei em Patins, após sete anos na II Divisão.

Sendo o Candelária Sport Clube um dos principais e mais representativos clubes da Região Autónoma dos Açores, as participações competitivas do Candelária Sport Clube e as suas instalações desportivas têm um grande impacto público, a nível local, regional e nacional.

Este clube conta com 122 atletas federados das mais diversas idades, desde os 3 aos 42 anos, e atualmente com cerca de 1500 sócios.

Na época de 2004/2005, o Candelária Sport Clube venceu a Zona Sul do Campeonato Nacional e sagrou-se Vice-Campeão Nacional da II Divisão, obtendo o acesso à I Divisão Nacional, feito inédito para o Hóquei em Patins Açoriano.

Na estreia no Campeonato Nacional da I Divisão, em 2005/2006, a equipa qualificou- se para o grupo de apuramento do campeão nacional, assegurando a manutenção no escalão principal e o apuramento para as competições europeias de clubes (Taça CERS).

Na época de 2006/2007, o Candelária Sport Clube participou com duas equipas seniores nos campeonatos nacionais de hóquei em patins na I e III Divisões, tendo, ainda, a equipa principal disputado a Taça de Portugal e, a nível internacional, a Taça CERS.

Na época de 2007/2008, o Candelária participou pela primeira vez na Liga Europeia, onde obteve o segundo lugar no Grupo C, com 12 pontos, apenas menos um ponto do que o vencedor do grupo, o Reus Deportiu, de Espanha.

A época de 2011/2012 culminou com a melhor classificação de sempre do Candelária Sport Clube no Campeonato Nacional da I Divisão (terceiro lugar) e

com mais um apuramento para a fase final da Liga Europeia, tendo sido eliminado nos quartos de final pelo bicampeão europeu, Liceo da Corunha. A classificação no Campeonato Nacional assegurou a nova manutenção na I Divisão e a sétima qualificação consecutiva para as competições europeias, sendo a quinta para a Liga Europeia.

Em 2012/2013, o Candelária Sport Clube conquistou o apuramento para a Taça CERS ao classificar-se na quinta posição do Campeonato Nacional da I Divisão. Na Taça de Portugal foi eliminado nos quartos de final e na Liga Europeia classificou-se em terceiro lugar na fase de grupos.

Na época de 2013/2014, a equipa sénior assegurou a permanência na I Divisão Nacional com a obtenção do oitavo lugar. Esta classificação permitiu, ainda, o acesso à Taça CERS.

Na época de 2014/2015, o Candelária Sport Clube voltou a assegurar a continuidade no Campeonato Nacional da I Divisão, classificando-se em décimo lugar, tendo atingido os oitavos de final da Taça de Portugal, o que se repetiu na época seguinte.

Nas três últimas épocas desportivas (2017/2018, 2018/2019 e 2019/2020) o Candelária Sport Clube classificou-se em décimo lugar, quarto lugar e terceiro lugar, respetivamente, no Campeonato Nacional da II Divisão e ficou-se pelos dezasseis avos de final e oitavos de final da Taça de Portugal (duas vezes), respetivamente.

Exmo. Sr. Presidente, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmas. Sras. e Srs. Membros do Governo, Exmas. Senhoras e Senhores:

O Candelária Sport Clube engrandece e agradece toda a sua colaboração a todos os dirigentes, atletas, simpatizantes, patrocinadores e demais parceiros, com a subida à I Divisão, uma motivação acrescida para dar continuidade a um futuro brilhante, de esforços e compensações.

Saudamos o Candelária Sport Clube por mais esta conquista de sabor tão

particular, permitindo o seu papel dinâmico em prol de uma comunidade coesa, com maior envolvimento com o Clube, promovendo a promoção da freguesia do concelho e da ilha do Pico.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de junho de 2024, a aprovação de um voto de congratulação para Candelária Sport Clube pela subida à I Divisão de Hóquei em Patins.

Deste voto deverá ser dado conhecimento aos órgãos sociais do Candelária Sport Clube, à Junta de Freguesia da Candelária, à Câmara Municipal da Madalena, à Assembleia Municipal da Madalena e à Direção Regional de Desporto.

Disse. Muito obrigado.

Horta, Sala das Sessões, 13 de junho de 2024.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação ao Candelária Sport Clube pela subida à I Divisão de Hóquei em Patins foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista aos 25 anos da Cooperativa de Economia Solidária de Pescadores da Ribeira Quente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Russell Sousa para a sua apresentação.

Deputado Russell Sousa *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs.

Membros do Governo:

Voto de Congratulação
25 anos da Cooperativa de Economia Solidária Pescadores da Ribeira Quente

No passado dia 7 de maio a Cooperativa de Economia Solidária Pescadores da Ribeira Quente fez 25 anos de existência.

Surgindo do projeto de luta contra a pobreza "Valorizar", teve como seu promotor o Centro Social e Paroquial da Ribeira Quente e a sua principal missão era a de capacitar as pessoas a serem protagonistas da sua própria valorização e do seu próprio projeto de vida, através da criação de uma rede de polos de desenvolvimento local, abrangendo diferentes grupos-alvo.

Neste contexto, surge, então, a Cooperativa de Economia Solidária dos Pescadores da Ribeira Quente.

Uma instituição criada por pescadores daquela freguesia, por forma a manter contato permanente, através de reuniões locais, de ilha ou do arquipélago, com o objetivo de identificar os problemas e auscultar as necessidades da pesca para que, através de análises técnicas ou estudos especializados, fosse possível identificar as estratégias a adotar.

Esta cooperativa defende os interesses da pesca nos Açores, em Portugal Continental e na Europa, salvaguardando sempre a componente social, ambiental e económica da atividade.

A cooperativa criou um programa de apoio aos pescadores, armadores e suas famílias através da organização de um conjunto de atividades nas áreas de apoio social, administrativo e de formação profissional.

Exemplo disso são as suas diversas valências: Centro de apoio ao armador, pescadores e família na Ribeira Quente e Vila Franca do Campo; Gestão do Porto

de Pesca da Ribeira Quente e do posto de recolha de pescado; Centro de vendas de materiais e aprestos de pesca; Loja solidária e Lavandaria social.

Foi equiparada a Instituição Particular de Solidariedade Social e teve um papel importante na criação e direção da Federação das Pescas dos Açores, que presidiu durante nove anos, também teve importância na Vice-Presidência Conselho Consultivo das Pescas para as Regiões Ultraperiféricas e membro do Conselho Consultivo das Águas Ocidentais Sul.

A cooperativa conta, neste momento, com 45 associados/armadores e cerca de 250 pescadores de Ribeira Quente, Vila Franca do Campo e Água de Pau, empregando quatro mulheres e cinco homens.

Passados 25 anos, contamos com uma cooperativa que trabalha na defesa dos interesses da pesca, salvaguardando, sempre, a componente social, ambiental e económica da atividade, contribuindo para uma vida digna e de qualidade para todos os pescadores de São Miguel.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em plenário a 13 de junho de 2024, emita este voto de congratulação pelos 25 anos da Cooperativa de Economia Solidaria dos Pescadores da Ribeira Quente.

Do presente voto deve ser dado conhecimento aos órgãos dirigentes e associados da Cooperativa Economia Solidária Pescadores da Ribeira Quente, à Secretaria Regional do Mar e Pescas, à Federação das Pescas dos Açores e associações federadas, à Assembleia Municipal e Câmara Municipal da Povoação e à Junta de Freguesia da Ribeira Quente.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 13 de junho de 2024.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco Gaspar, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Gaspar** *(PSD):* Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD, naturalmente, associa-se a este voto de congratulação pelos 25 anos da Cooperativa Economia Solidária Pescadores da Ribeira Quente.

Trata-se, efetivamente, de uma instituição criada por pescadores, que tem tido ao longo destes 25 anos o objetivo de apoiar e fortalecer aquilo que é a sua atividade primária, mas que também transcende largamente esta mesma atividade desenvolvendo atividades sociais, sendo desde logo também uma instituição de solidariedade.

Representa, efetivamente, um ativo importante dentro do contexto do concelho da Povoação, particularmente na freguesia da Ribeira Quente, mas que transcende este espaço geográfico, desenvolvendo também um conjunto de atividades que estão desde logo vocacionadas para a sua atividade em outros concelhos.

É com toda a naturalidade que nos associamos a este voto, fazendo votos, naturalmente, que o exercício dessa sua atividade prevaleça e seja cada vez mais efetivo atendendo àquilo que são os seus objetivos.

Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação pelos 25 anos da Cooperativa Economia

Solidária Pescadores da Ribeira Quente foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O Grupo Parlamentar do PSD apresenta um voto de congratulação ao Marítimo Sport Clube pela subida à II Divisão Nacional de Hóquei em Patins. Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação
Marítimo Sport Clube pela subida à II Divisão Nacional de Hóquei em Patins

A história do Marítimo Sport Clube tem início em fevereiro de 1934, quando na zona oriental de Ponta Delgada um grupo de 15 pessoas começa a dar forma à criação de uma equipa de futebol na Calheta. Mas só volvido precisamente um ano, a 7 de fevereiro, é que o processo fica concluído junto do Governo Civil, como então era obrigatório, com a aprovação dos respetivos estatutos.

Desde os seus primórdios, e por muitas décadas, o Marítimo Sport Clube teve uma ligação muito forte ao mar, devido ao facto de naquele tempo a maioria dos seus atletas trabalharem no ramo piscatório.

Como muitas outras agremiações desportivas, a história do Marítimo faz-se de sucessos e vicissitudes e sobrevivência graças à abnegação de verdadeiros entusiastas e amantes do clube, que honram a identidade daquela zona típica da cidade de Ponta Delgada.

Saliente-se que, além da componente desportiva, o Marítimo desempenha também um relevante papel de cariz social, o que lhe confere o estatuto de instituição de utilidade pública.

Depois de aproximadamente 40 anos de inatividade, o Marítimo Sport Clube voltou a abrir a modalidade de hóquei em patins, há 12 épocas, sagrando-se no

primeiro ano campeão dos Açores, e, por conseguinte, subindo aos campeonatos nacionais onde até hoje se mantém.

E logo na época de estreia na prova portuguesa, obteve um excelente segundo lugar e o consequente título de Vice-Campeão Nacional da III Divisão.

Agora na temporada desportiva finda, o Marítimo Sport Clube volta a destacar-se entre os melhores de Portugal no seu escalão, conseguindo subir pela terceira vez à II Divisão Nacional de Hóquei em Patins.

Por mais este feito desportivo, a popular agremiação da freguesia de S. Pedro de Ponta Delgada é merecedora de reconhecimento público.

E, nesta conformidade, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe que a Assembleia aprove um voto de congratulação.

Horta, Sala das Sessões, 13 de junho de 2024.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Russell Sousa, faça favor.

(*) Deputado Russell Sousa *(PS):* Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Naturalmente, o Grupo Parlamentar do PS associa-se a esse voto ao Marítimo Sport Clube pela subida à II Divisão Nacional de Hóquei em Patins.

Este clube representa o ADN açoriano, é um clube de resiliência, que representa também os Açores todos. É um clube que ao longo da sua história teve sempre sucesso nos diferentes desportos — no futebol, no hóquei — e, acima de tudo, também no cariz social, para uma freguesia como a de São Pedro e uma zona específica da Calheta, que sempre representou bem as gentes da sua freguesia e, acima de tudo, as gentes da sua ilha e dos Açores.

Naturalmente, o Partido Socialista orgulha-se desse legado e também gostaria de se associar ao voto apresentado pelo PSD.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Vamos passar à votação.
As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.
Secretária: O voto de congratulação ao Marítimo Sport Clube pela subida à II Divisão Nacional de Hóquei em Patins foi aprovado por unanimidade.
Presidente: O próximo voto é um voto de saudação ao reconhecimento do Estado da Palestina por Espanha, Noruega, Irlanda e Eslovénia. É apresentado pela Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda.
Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.
Deputado António Lima *(BE):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Saudação
Ao reconhecimento do Estado da Palestina por Espanha, Noruega, Irlanda e Eslovénia

O povo palestiniano assinala o dia 15 de maio como Nakba, o que em árabe significa "catástrofe", tendo este sido um episódio charneira do longo conflito do Médio Oriente.
Este dia lembra a expulsão em massa de cidadãos e famílias palestinianas das suas casas e do seu território após a proclamação do Estado de Israel em 1948.
De acordo com os números da Organização das Nações Unidas, mais de 711 mil pessoas, árabes palestinianas, foram forçadas ao êxodo, tendo mais de 418 aldeias árabes sido despovoadas e praticamente destruídas na sequência da guerra israelo-

árabe.

Assim, o estatuto de refugiados, anunciado então como temporário, tornou-se terrivelmente definitivo!

A realidade destes milhões de pessoas é que ainda hoje estavam privados de regresso às suas casas e ao seu território, pese embora as sucessivas deliberações em contrário da Nações Unidas.

Logo em dezembro de 1948, com a Resolução 194 da Assembleia Geral das Nações Unidas, foi apontada a necessidade de se alcançar um acordo justo que permitisse o retorno dos refugiados e a indemnização pelas perdas e danos por eles sofridos.

No entanto, para os palestinianos, a Nakba não foi um dia nem um ano, foi uma catástrofe provocada pela ocupação do seu território, pela negação dos seus direitos fundamentais, coletivos e individuais, e que dura há mais de meio século.

Há mais de 75 anos que a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou um plano de partilha prevendo a criação de dois estados no território histórico da Palestina.

O Estado de Israel existe desde 1948. A criação do Estado da Palestina está por cumprir, vivendo os palestinianos exilados dentro da sua própria pátria, expropriados de terra, de casa e de direitos, refugiados muitos deles na Faixa de Gaza.

A guerra que hoje se vive na Faixa de Gaza é o maior conflito que já alguma vez houve neste território ao longo destes mais de 75 anos, que conta com milhares e milhares de mortes e que representa um autêntico genocídio do povo da palestina.

Perante a escalada de violência que caracteriza este conflito, só podemos condenar os ataques a populações civis palestinianas e israelitas e a punição coletiva contra a população de Gaza.

É preciso fazer cumprir o Direito Internacional!

É imperioso que termine no imediato toda a violência, que haja um cessar-fogo imediato, que seja travada a vingança e a punição coletiva da população da Faixa

de Gaza, sendo esta a única forma de evitar um massacre que já conta com proporções trágicas.

Recentemente, Espanha, Irlanda, Noruega e Eslovénia reconheceram oficialmente o Estado da Palestina.

É fundamental que o governo português também assuma uma posição clara de rejeição da escalada de guerra, que defenda o cumprimento das resoluções da ONU que há décadas preveem a criação de dois estados, no respeito pelos direitos basilares do povo palestiniano e reconheça o Estado da Palestina.

Assim, nos termos das disposições regimentais aplicáveis, a Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de saudação ao reconhecimento do Estado da Palestina por Espanha, Noruega, Irlanda e Eslovénia.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à Assembleia da República, à Missão Diplomática da Palestina em Portugal, às embaixadas de Espanha, Noruega, Irlanda e Eslovénia, e ao Movimento pelos Direitos do Povo Palestiniano e pela Paz no Médio Oriente.

Horta, Sala das Sessões, 13 de junho de 2024.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto. Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A escalada da violência na Faixa de Gaza é obviamente preocupante. E obviamente que não podemos deixar de expressar o nosso consternamento perante aquela situação. Mas também não estamos aqui para branquear atos terroristas.

Deputado José Pacheco *(CH):* Ora bem!

O Orador: É público que, a 7 de outubro de 2023, o Hamas, um grupo terrorista, atacou inocentes israelitas em território israelita.

E, portanto, o que aqui está neste voto apresentado pelo Bloco é um branqueamento de parte da história e de parte dos acontecimentos. O que aqui está é uma agenda política e a tentativa de instrumentalizar este Parlamento em nome dessa agenda política.

E se dúvidas houvesse, no passado domingo, nas declarações finais do dia eleitoral, pudemos assistir à conferência de imprensa do Bloco de Esquerda, onde, entusiasticamente, os apoiantes do Bloco que se encontravam nessa conferência de imprensa da sua candidata gritavam "Palestina! Palestina! Palestina!", como o que estivesse em causa naquela noite eleitoral e naquele dia tivesse alguma coisa a ver com Palestina, com Israel, com guerra ou com o que quer que fosse.

E, portanto, há aqui uma clara agenda política do Bloco de Esquerda. É legítimo, tal como é legítimo que a gente repudie essa tentativa de instrumentalizar este Parlamento em nome dessa agenda política.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Muito bem!

O Orador: O senhor branqueia parte da história, omite parte da história, não está aqui a história toda e, portanto, obviamente, não podemos ser favoráveis à sua pretensão.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, tem a palavra.

(*) Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito obrigado.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Parte do que eu queria referir sobre a atitude do Bloco de Esquerda com a

apresentação deste voto já foi muito bem enquadrado pelo Sr. Deputado Pedro Pinto, do CDS-PP.

O Bloco faz aquilo que sempre faz, que é tentar esconder aquilo que pretende usando o Parlamento dos Açores, a coberto de uma pseudoluta pela paz e pela estabilidade no Médio Oriente, com este voto que aqui apresenta.

E aquilo que o Bloco sempre faz é isso, aquilo que não consegue ter de apoio popular, procura instrumentalizar os outros de uma forma que não é séria e não é correta neste formato, desde logo porque o que está aqui em causa com este voto é a tentativa de pressão do Bloco de Esquerda ao Governo Português, numa posição em que o Governo Português já declarou qual era a sua forma de atuação relativamente a esta matéria e o porquê de não se ter associado desde logo à Espanha. E até o fez ao lado do Ministro dos Negócios Estrangeiros espanhol.

Na verdade, o Estado Português, conforme já foi dito pelo Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, desde logo numa decisão diplomaticamente inédita para o Estado Português, votou favoravelmente os privilégios adicionais a conceder à Palestina, nas Nações Unidas, mas assumiu claramente perante todos os portugueses, desde logo democraticamente e de uma forma transparente, que a posição do Estado Português é de tentar também assumir um papel de mediador dentro da Europa, procurando assumir assim uma função mais de encontro de soluções para este conflito e não de tomar uma posição relativa a esta matéria neste momento. Posição essa que, aliás, em termos daquilo que são as responsabilidades diplomáticas e do Estado Português enquanto tal, obteve também a chancela do Sr. Presidente da República, que, como sabem, também tem funções e tem competências nesta matéria.

E aquilo que o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda quer é que este Parlamento siga um rumo diferente. Eu quero-lhe dizer, Sr. Deputado, que nós, obviamente, e que não restem quaisquer dúvidas, somos pela paz e somos pela resolução dos conflitos, mas somos também pelo direito internacional e somos pela lealdade da

informação. O que está neste voto, como disse o Sr. Deputado Pedro Pinto, é uma visão unilateral do Bloco de Esquerda, que não olha sequer aos dois lados. O Bloco de Esquerda, mais uma vez, não foi capaz de escrever a palavra Hamas.

Deputado Paulo Gomes *(PSD):* Muito bem!

Deputado António Lima *(BE):* Não é sobre o Hamas, é sobre o povo palestiniano!

O Orador: Neste voto foi capaz de referir as vinganças por aquilo que ocorreu em outubro, as vinganças dos dois lados, mas não foi capaz de condenar aquilo que ocorreu em outubro. E é isso que é lamentável na posição do Bloco de Esquerda, que querendo associar este Parlamento a uma causa que é objetivamente boa, que é pela paz e pela estabilidade no Médio Oriente, o senhor quer seguir uma agenda política que é do Bloco de Esquerda, que tem sido demonstrado em diversas posições que o Bloco de Esquerda tem assumido nos fóruns internacionais e que não é pela paz, Sr. Deputado.

Deputado António Lima *(BE):* Não é pela paz?!

O Orador: E é por isso que o senhor deve ser denunciado neste Parlamento. A posição do Bloco de Esquerda pela via da visão unilateral da história não é pela paz, não é pela resolução dos conflitos, não é pelos acordos internacionais, é por apenas defender uma das partes.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Pacheco, tem a palavra.

(*) Deputado José Pacheco *(CH):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Qualquer um de nós sabe que, quando damos uma chapada em alguém, perdemos toda a razão.

Eu sou pela paz. O Chega é pela paz. E aqui já vários se manifestaram pela paz. O ideal é não haver guerras.

É importante perceber do que é que estamos aqui a falar: estamos a falar de um grupo terrorista que invadiu outro país, matou, violou e mantém refém cidadãos desse país, que é Israel.

As causas, as políticas, as dezenas de anos, nós podemos todos discutir isso noutro sítio. Neste momento, há terroristas apoiados por outros terroristas, por outras nações terroristas, que estão a fomentar a guerra e, mais, estão a usar o povo como escudo. Se alguém apoia isto, não é o Chega, certamente que nunca será o Chega. E nunca será um partido democrático a aceitar que um grupo terrorista dê a chapada para ter razão. Perdeu toda a razão. Usar hospitais como escudo, para albergar terroristas e esconder os reféns, é isto que tem acontecido. Vir aqui vitimizar, branquear a história e branquear o que está a acontecer é inaceitável. Sr. Presidente, eu só tenho uma palavra para isso, que é: vergonha!

(Neste momento, o orador mostra um documento à câmara)

Vergonha que nós devemos ter todos no nosso mundo por ainda haver grupos terroristas que estão impunes perante certos partidos. E vêm com um voto de louvor ao Estado da Palestina. Não! Vieram aqui com um voto de louvor a terroristas! Nós não aceitamos isto! E o Bloco de Esquerda devia ter vergonha por isso!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Berto Messias, tem a palavra, faça favor.

(*) Deputado Berto Messias *(PS):* Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Qualquer posição, qualquer abordagem, qualquer reflexão sobre aquilo que está em causa neste voto, ou seja, o reconhecimento do Estado da Palestina por quatro países, como é referido pelo Bloco de Esquerda, não pode permitir que haja a mínima confusão ou o mínimo condicionalismo sobre quem é a favor do reconhecimento do Estado da Palestina possa ter a mínima conivência, tolerância ou aceitação com aquilo que aconteceu a 7 de outubro, no ataque perpetrado pelo Hamas a Israel, e ao povo palestiniano.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Muito bem!

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Muito bem!

O Orador: E tentar confundir estas duas questões, isso, sim, é absolutamente inaceitável. É possível acreditar e defender convictamente o reconhecimento institucional do Estado da Palestina, sem que isso minimamente represente qualquer conivência ou aceitação com o ataque ignóbil, inaceitável e dantesco de 7 de outubro, perpetrado pela organização terrorista do Hamas.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Muito bem!

O Orador: E não é sério, Sras. e Srs. Deputados, nem é sequer um importante contributo para a paz naquela zona do mundo, que isso seja feito ou que isso possa sequer ser insinuado por partidos democráticos visando outras forças partidárias, também elas democráticas.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Muito bem!

O Orador: Aquilo que se passou a 7 de outubro é altamente condenável. Mas também é certo, Sras. e Srs. Deputados, que a reação do Estado Palestiniano a esses ataques é ignóbil, inaceitável, violadora dos mais básicos princípios do direito internacional. E todos nós, enquanto democratas, devemos estar contra aquilo que hoje acontece na Faixa de Gaza, aquilo que hoje acontece em Rafah e

aquilo que, infelizmente, nos entra nas nossas casas todos os dias pelas televisões nacionais e pelas televisões internacionais.

Deputada Inês Sá *(PS):* Muito bem!

O Orador: Portanto, Sras. e Srs. Deputados, este é o tempo de estarmos todos do lado certo da história, sem tibiezas, sem encolhimentos, sem grilhetas diplomáticas e sem a mínima aceitação de pressões diplomáticas sobre aquela que deve ser a posição do Estado Português enquanto estado democrático e enquanto estado promotor da paz.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Bruto da Costa, o Estado Português só se afirma enquanto moderador nesta matéria se reconhecer os dois estados, se respeitar os dois estados e, aliás, em boa verdade, se respeitar aquilo que está deliberado há muitos anos pelas Nações Unidas sobre esta matéria.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Muito bem!

Deputado José Ávila *(PS):* É verdade!

O Orador: Portanto, o Partido Socialista dos Açores e, posso dizê-lo também, o Partido Socialista Português reconhecem o Estado da Palestina, saúdam Espanha, Irlanda, Noruega e Eslovénia por já terem feito esse reconhecimento e apelam a que o Estado Português o faça rapidamente, porque só assim é que nos podemos verdadeiramente afirmar como estado moderador, promotor da paz.

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Teve oito anos para fazer isso!

O Orador: E que não se caia no mais básico primarismo de confundir uma organização terrorista como é o Hamas…

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Muito bem!

O Orador: … com o Estado Palestiniano, com as mulheres e homens civis da Palestina, com as crianças da Palestina, que todos os dias vivem o mais terrível inferno na Faixa de Gaza e nas suas vidas. E nós não podemos afirmar esta matéria com a mínima tibieza, permitindo que se confunda aquilo que é o Hamas…

Deputado José Pacheco *(CH):* Um estado governado por terroristas!

O Orador: … com aquilo que são cidadãos de livre direito, como são os nossos concidadãos palestinianos.

Disse.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado António Lima, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado António Lima *(BE):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nesta segunda intervenção sobre este voto, não posso deixar de começar por dizer que é legítimo que haja posições diferentes…

Deputado José Pacheco *(CH):* Contra bandidos não há entendimentos diferentes, só há uma posição!

O Orador: … sobre o tempo e a rapidez, ou falta dela, com que se cumprem as resoluções das Nações Unidas. E há vários países, felizmente poucos, que ainda não reconhecem a Palestina como estado soberano. E são a minoria dos países da ONU. E, infelizmente, Portugal está nessa minoria, porque 74 % dos países das Nações Unidas já reconhecem, e bem, a Palestina. É legítimo haver entendimentos diferentes.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública *(Duarte Freitas):* Grande hipocrisia!

O Orador: O que não é legítimo é o PSD, o CDS e o Chega virem dizer que o

Bloco de Esquerda não é pela paz.

Deputado José Pacheco *(CH):* Nem democrática!

O Orador: Eu julgo que isso nem merece um protesto, merece um veemente repúdio…

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Eu só disse que o senhor esconde metade da história!

O Orador: … de uma afirmação que é ofensiva, que é absolutamente mentirosa, que é vil, Sr. Deputado João Bruto Costa. Eu não lhe reconheço o direito de dizer isso!

Deputado José Pacheco *(CH):* Vergonha!

O Orador: Não lhe reconheço o direito de dizer isso, porque o senhor não tem um único indicador para dizer isso! Aliás, o voto que li daquela tribuna diz o seguinte: "Perante a escalada da violência que caracteriza este conflito, só podemos condenar os ataques a populações civis palestinianas e israelitas." Todos eles, de 1948 até hoje! Todos eles, de 7 de outubro também!

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Está aqui explícito!

O Orador: Está explícito!

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Está tão explícito que o senhor não consegue reconhecer aquilo que escreveu!

O Orador: O senhor, porque não quer ler e porque não quer admitir que esta posição é legitimamente democrática, arranja esse vil estratagema para tentar descredibilizar o Bloco de Esquerda.

Mas, Sr. Deputado, tenho a dizer-lhe que a maioria da população portuguesa reconhece a importância de reconhecer a Palestina como estado, porque só há paz e só há a solução de dois estados, aprovada pelo ONU, aliás, já aceite no passado por ambos os estados, se houver, na verdade, dois estados. Não haverá paz sem esses dois estados.

E, Sr. Deputado, se para si, para o CDS e para o Chega…

Deputado António Lima *(BE):* Outra vez o Chega?

O Orador: … 37 mil mortos, a grande maioria civis, não é o suficiente, se 13 mil crianças mortas não é o suficiente… Não são 13 mil crianças do Hamas, são 13 mil crianças civis inocentes!

Deputado José Pacheco *(CH):* Que o Hamas assassinou!

O Orador: E a nossa posição sobre esta matéria é a posição do Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, sem tirar nem pôr. Também vai dizer que António Guterres não é pela paz? Também vai dizer que o seu colega de partido, Jorge Moreira da Silva, Subsecretário-Geral das Nações Unidas, não é pela paz quando diz que é preciso reconhecer o Estado da Palestina como estado? Não é pela paz?

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Vê aqui alguém a gritar "guerra"?

O Orador: Só o senhor, o PSD e o CDS é que são pela paz? Tanta hipocrisia!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de saudação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O voto de saudação ao reconhecimento do Estado da Palestina por Espanha, Noruega, Irlanda e Eslovénia foi rejeitado: votos contra do PSD, do Chega, do CDS e da IL; votos a favor do PS, do BE e do PAN.

Presidente: O próximo voto é um voto de pesar pelo falecimento do Doutor José Carlos Silveira Soares. É apresentado pelo Grupo Parlamentar do Chega.

Tem a palavra a Sra. Deputada Olivéria Santos para a sua apresentação.

Deputada Olivéria Santos *(CH):* Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Voto de Pesar
Pelo falecimento do Doutor José Carlos Silveira Soares

Faleceu, a 27 de maio de 2024, o médico otorrinolaringologista, José Carlos Silveira Soares. Natural do Pico, onde fez o seu percurso primário, cedo teve de optar pela ilha do Faial para prosseguir os seus estudos, seguindo depois para Lisboa. Ingressou na Faculdade de Ciências Médicas de Lisboa, onde se licenciou em 1978.

Regressou aos Açores onde se destacou como médico no Serviço Regional de Saúde, nomeadamente no Hospital do Divino Espírito Santo, em Ponta Delgada, onde chegou a ser também diretor do serviço de otorrinolaringologia.

Por ele foram acompanhados muitos açorianos, não só de São Miguel, mas de praticamente todas as ilhas do arquipélago dos Açores, pacientes esses que sempre apoiou e encaminhou com profissionalismo e seriedade.

Com uma vasta experiência na área de otorrinolaringologia, prestou serviço em prol da comunidade, pautado pela ética e pela busca incessante de oferecer sempre o seu melhor.

Um amante do mar, de barcos, de pesca e de caça, era nos Açores que se sentia bem.

Todos que com ele privaram recordam-no como um excelente ser humano, pessoa culta, humana e amigo do seu amigo.

Conceituado médico, solidário e humanista, sempre contribuiu para a melhoria do Serviço Regional de Saúde, sendo uma referência da otorrinolaringologia regional e nacional.

Assim, o Chega Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma

dos Açores, nos termos estatutários e regimentáveis aplicáveis, a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento do Doutor José Carlos Silveira Soares, do qual deve ser dado conhecimento à família, à Ordem dos Médicos nos Açores, ao Conselho de Administração do Hospital do Divino Espírito Santo, de Ponta Delgada, e à Direção Regional da Saúde.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 13 de junho de 2024.

Deputado José Pacheco *(CH):* Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Sra. Deputada Ana Jorge, faça favor.

(*) Deputada Ana Jorge *(PSD):* Bom dia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Neste momento, perante o voto apresentado, apraz dizer que existem aqueles que, partindo, nunca se vão. E, de facto, o Doutor José Carlos, que era assim que ele vulgarmente e de forma comum era conhecido, deixa-nos ficar um grande pesar.

E é com sentido de pesar que, efetivamente, o Grupo Parlamentar do PSD se associa a este voto, dirigindo também aos seus familiares as suas condolências.

O Doutor José Carlos foi um verdadeiro benfeitor, colocando-se ao serviço de todos os que junto dele procuravam ajuda para os seus problemas, sendo um verdadeiro ombro amigo e de amparo.

São muitos aqueles que o recordarão, na hora da sua partida e posteriormente. Deixa uma profunda saudade em vários locais, mas, sem dúvida, e vou-me referir àquele onde resido, na comunidade de Santa Cruz das Ribeiras, onde tem o barco com que, tantas vezes, juntamente com outras pessoas, ia para o mar. E, portanto,

pela sua dimensão enquanto médico, mas também pela paixão pelo mar, pelos barcos, a pesca, a caça, à qual se associava com tantos outros nossos conterrâneos, contagiando-os com o seu entusiasmo, nomeadamente santa-cruzenses, sem esquecer que passou para além destas fronteiras.

Sem nada esperar em troca, servia de uma forma empática e sempre com uma palavra amiga e de esperança em momentos de dor e de sofrimento, nomeadamente na doença, mas também na alegria como viveu com tantos. E era com grande estima e com grande amizade que se dirigia a esta comunidade, onde também no verão, e não só, se juntava a todos nós para comemorar os momentos festivos.

E, portanto, o Doutor José Carlos Soares é, sem dúvida, alguém que, partindo, nunca se irá.

Muito obrigada.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Muito bem!

Presidente: Muito obrigado.

Sr. Deputado Mário Tomé, faça favor.

(*) Deputado Mário Tomé *(PS):* Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não podíamos, obviamente, deixar passar este momento. E muito bem, o Chega e a Sra. Deputada Olivéria Santos faz referência a uma grande figura do Serviço Regional de Saúde, o Doutor José Carlos, como era conhecido, como disse a colega Ana Jorge, um homem do povo, um homem que ajudou muitos açorianos, em especial muitos picarotos, até por razões da própria insularidade, dentro dos Açores, e no caso concreto da nossa comunidade na freguesia das Ribeiras.

O Doutor José Carlos era uma pessoa que amava os Açores, amava a nossa terra, um defensor do mar, um homem de causas, um defensor do património baleeiro, que por sua iniciativa recuperou um bote baleeiro em que o pai tinha sido oficial de baleia, um fervoroso adepto das festividades do Espírito Santo, irmão da

Irmandade da 2ª Feira do Espírito Santo.

De facto, a família perdeu um homem bom. Os açorianos perderam um grande homem, um grande médico. Que sirva também de exemplo para outras gerações pelo serviço que prestou, quer no Serviço Regional de Saúde, mas fora desse serviço o bem que fez a muita gente, sem cobrar e sem levar nada em troca.

Portanto, o Grupo Parlamentar do PS, naturalmente, endereça as maiores e as mais sentidas condolências à família. E que fique perpetuado, de facto, este reconhecimento por todos nós a este grande profissional e a este grande humanista.

Muito obrigado.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de pesar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de pesar pelo falecimento do Doutor José Carlos Silveira Soares foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de pesar é pelo falecimento do Cónego Ângelo Freitas Valadão Eduardo. É subscrito pelos Srs. Deputados eleitos pelo círculo eleitoral da ilha das Flores.

Tem a palavra a Sra. Deputada Dora Valadão para a sua apresentação.

Deputada Dora Valadão *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar
Pelo falecimento do Cónego Ângelo Freitas Valadão Eduardo

Ângelo Freitas Valadão Eduardo, nasceu na ilha das Flores, na freguesia da Fajãzinha, em 20 de junho 1949, tendo-se ordenado sacerdote na Sé de Angra a 3 de junho de 1973.

Foi vigário episcopal territorial no episcopado de D. Aurélio Granada Escudeiro.

No seu percurso sacerdotal passou pela Terceira, onde foi responsável pela catequese, tendo também sido professor de Educação Moral e Religiosa Católica.

Regressou à ilha das Flores, onde fez a sua primeira experiência *in solidum*, na ouvidoria das Flores, com outro colega até 1997. A partir desse ano e até 2000 foi ouvidor na Madalena do Pico, tendo nesse ano ingressado na Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa, regressando posteriormente à ilha Terceira, onde foi diretor espiritual e professor do Seminário de Angra, lecionando várias cadeiras como Teologia Espiritual e História da Igreja.

Foi pároco moderador da Sé de Angra. E após o seu trajeto como pároco em várias localidades, regressou à Sé como Vigário onde esteve até ao ano passado.

Desempenhou ainda o cargo de Vigário Episcopal da Formação no Episcopado de D. João Lavrador, onde, juntamente com o Instituto Católico de Cultura, desenvolveu um trabalho árduo de criação das Escolas Cristãs de Ouvidoria, nas quais propôs um esquema formativo de leigos a partir da Constituição Lumen Gentium, de que era um conhecedor profundo.

O Cónego Ângelo Valadão foi de facto um "apaixonado pelo Concilio do Vaticano II" e procurou viver a Igreja nesse espírito.

Foi capelão da Misericórdia de Angra do Heroísmo e deão do cabido Catedralício.

Faleceu em Angra do Heroísmo, no dia 17 de maio do corrente ano, na casa sacerdotal onde vivia.

Era uma personalidade respeitada. Foi uma perda para todos nós o

desaparecimento de tão ilustre conterrâneo e para a Igreja Açoreana em particular.
Assim, e nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, os deputados abaixo-assinados propõem à Assembleia Legislativa Regional dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de junho de 2024, um voto de pesar pelo falecimento do Cónego Ângelo Valadão.
Do presente voto deve ser dado conhecimento à sua família e a D. Armando Esteves Domingues, Bispo de Angra e ilhas dos Açores, e à Ouvidoria das Flores.
Disse.
Horta, Sala das Sessões, 13 de junho de 2024.
Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!
Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.
Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de pesar.
As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.
Secretária: O voto de pesar pelo falecimento do Cónego Ângelo Freitas Valadão Eduardo foi aprovado por unanimidade.
Presidente: O próximo voto de pesar é apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista pelo falecimento de Abel Manuel Germano Cabral.
Tem a palavra a Sra. Deputada Marlene Damião para a sua apresentação.
Deputada Marlene Damião *(PS):* Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar
Falecimento de Abel Manuel Germano Cabral

Abel Manuel Germano Cabral nasceu na vila de Água de Pau, a 29 de setembro de 1961, na ilha de São Miguel.

Foi casado ao longo de 42 anos com Oriana da Conceição Cabral Sousa e tinha três filhos: Ruben Sousa Cabral, Nelson Sousa Cabral e Tatiana Sousa Cabral, e dois netos.

Enquanto pessoa, regeu a sua vida sob os valores da partilha e da amizade, mas também se destacou pela sua alegria, boa disposição, humildade e simpatia.

Sempre pronto a ajudar os outros com o seu conhecimento, o Sr. Abel Cabral distinguiu-se pelo seu trabalho, talento e forte espírito empreendedor.

A sua obra na área da restauração pautou-se pela determinação, empenho e resiliência, contribuindo, assim, para o desenvolvimento económico do concelho da Lagoa, assim como para a promoção turística deste concelho, através dos seus restaurantes, que se assumem como um verdadeiro símbolo da restauração lagoense.

Iniciou o seu negócio na vila que o viu crescer, com a compra da "Casa Benfica", o atual restaurante "Casa do Abel", sendo a partir daí que terão surgido os outros dois negócios: o Bar da Caloura e, mais recentemente, o "Bocaberta, Cervejaria & Marisqueira", localizado no Porto dos Carneiros, na freguesia de Nossa Senhora do Rosário.

O Bar da Caloura é hoje um dos restaurantes mais conceituados e procurados da ilha de São Miguel, não só pela gastronomia de excelência e pela aposta no peixe de baixo valor comercial, mas também pela sua localização e vista ímpar e privilegiada sobre o mar. Desde 2015, e até à presente data, possui o Certificado de Excelência, emitido pelo TripAdvisor.

Por sua vez, o restaurante Casa do Abel, destaca-se por uma ementa diversificada, com forte aposta nas carnes grelhadas, com uma vasta oferta de vinhos de várias regiões do país e, desde 2019, é detentor do Certificado de Excelência, atribuído

também pelo TripAdvisor.

Note-se que, quer o Bar da Caloura, quer o restaurante Casa do Abel, são, desde 2019, recomendados pelo Expresso no âmbito do Programa Boa Cama, Boa Mesa.

O seu projeto mais recente, o restaurante BocAberta, abriu oficialmente ao público em maio de 2023, encontra-se situado por cima do mar, é uma casa de marisco que se caracteriza por uma ementa diversificada, com destaque para os mariscos regionais, mas também nacionais.

Partiu a 14 de maio do corrente ano, deixando um vazio imenso junto dos seus amigos e familiares, mas também um legado empresarial de inegável valor cuja prossecução é assegurada pelos seus três filhos.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento de Abel Manuel Germano Cabral, exaltando o seu percurso de vida, destacando-se na área da restauração e, por conseguinte, todo o trabalho desenvolvido em prol do desenvolvimento económico da ilha de São Miguel e, em particular, do concelho da Lagoa.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à sua família, à Junta de Freguesia de Água de Pau, à Câmara Municipal da Lagoa e à Delegação da Associação de Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal, nos Açores.

Horta, Sala das Sessões, 13 de junho de 2024.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Rúben Cabral, tem a palavra, faça favor.

(*) Deputado Rúben Cabral *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pedi a palavra para, de uma forma até emocionada, poder associar o Grupo Parlamentar Social Democrata a este voto de pesar pelo falecimento do Sr. Abel, que deixa, de facto, um vazio na nossa comunidade. O seu passado na restauração

já foi elencado, mas deixa, de facto, um vazio social, porque quem conheceu o Sr. Abel, quem com ele alguma vez falou, com ele todas as vezes se riu.

E, portanto, a Lagoa sempre foi uma referência na restauração. E o Sr. Abel, de facto, conseguiu manter esta imagem de marca da Lagoa, porque não só teve três restaurantes, como tinha atualmente e tem a sua família, mas são três restaurantes diferentes em três zonas diferentes do concelho e, portanto, isto garante que a Lagoa continua e continuará a ser uma referência na restauração em São Miguel.

E não podemos também deixar de fazer referência a um sentimento de esperança, porque, de facto, somos convictos de que os seus filhos vão manter o legado, vão manter o sucesso, vão manter a dinâmica e vão manter tudo o que de bom o pai fez a nível social, mas também a nível empresarial.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Olivéria Santos, faça favor.

(*) Deputada Olivéria Santos *(CH):* Muito obrigada.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

De facto, este é um voto que também o Chega se associa. Não poderia ser de outra forma. O Abel, privei com ele, sempre foi uma pessoa com quem eu convivi desde tenra idade. Conheço muito bem os filhos, sempre privei de perto com eles.

De facto, é um merecido reconhecimento que se faz a este empresário, que muito deu ao concelho da Lagoa. Começou com um pequeno bar na Caloura, uma zona nobre do concelho da Lagoa, e foi aumentando a sua vida profissional.

Era não só um ótimo profissional, mas um bom amigo. Recordo-me da forma como ele cumprimentava todas as pessoas, sempre com um sorriso, sempre muito bem-disposto e sempre que nos encontrávamos era: "Olá, juventude!" Portanto, esse "Olá, juventude!" vai ficar para sempre.

E é com bastante pesar que na altura soube da notícia do falecimento do Abel. E

não poderia ser de outra forma, também nos associamos com muito pesar a este voto.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Vamos passar à votação deste voto de pesar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de pesar pelo falecimento de Abel Manuel Germano Cabral foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, por lapso, a Mesa passou um voto de congratulação, que estava preso no verso de outro voto. Pedindo desculpa ao seu proponente, vou dar a palavra ao Sr. Deputado Pedro Pinto para a apresentação de um voto de congratulação pelo cinquentenário da Sociedade Recreativa e Filarmónica União de São Brás.

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Cinquentenário da Sociedade Recreativa e Filarmónica União de São Brás

No dia 14 de abril de 2024, a Sociedade Recreativa e Filarmónica União de São Brás, no concelho da Praia da Vitória, celebrou o seu 50.º aniversário.

A sua criação, a 14 de abril de 1974, e a sua longa vida só foi possível graças aos seus fundadores Isidro Linhares Meneses Andrade, Luís Machado Cardoso, Francisco Paim Aguiar, Brás Martins Laranjeira, João Mendes Areias e Armando Silva Esteves e ao empenho de toda a população da freguesia de São Brás.

A instituição teve e tem um forte papel na dinâmica cultural da freguesia, do concelho e da ilha Terceira, desde logo pela criação da escola de música que atuou

como formadora da filarmónica a que todos reconhecemos a qualidade.

A filarmónica dispõe de uma escola de música com diversos alunos que estão a começar a sua formação musical, orientados pelo professor Gualter Silva. A banda é composta por 23 músicos e é dirigida pelo maestro Evandro Machado.

A dedicação dos membros da instituição foi e é fundamental na formação de inúmeros jovens e resultou numa reconhecida dinamização cultural da freguesia, do concelho da Praia da Vitória e até mesmo da ilha Terceira.

Serve o presente voto para parabenizar a Sociedade Recreativa e Filarmónica União de São Brás pelo seu cinquentenário, saudando assim igualmente todas as filarmónicas dos Açores, que são verdadeiras responsáveis por uma grande parte da produção cultural das nossas ilhas e que tornam este espaço numa referência da cultura popular.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe um voto de congratulação pelo cinquentenário da Sociedade Recreativa e Filarmónica de São Brás.

Muito obrigado.

Horta, Sala das Sessões, 13 de junho de 2024.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Não havendo, vamos votar este voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação pelo cinquentenário da Sociedade Recreativa e Filarmónica União de São Brás foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos às 12 horas e 5 minutos.

Eram 11 horas e 45 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 08 minutos.

Encerrámos, antes do intervalo, a apresentação e votação de votos.
Vamos dar continuidade com declarações políticas. A declaração política que se segue é da Representação Parlamentar da Iniciativa Liberal.
Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata para a sua apresentação.
(*) Deputado Nuno Barata *(IL):* Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:
Como é costume, tenho sempre uma declaração política escrita, neste caso tinha duas, mas o Sr. Deputado Pedro Neves manifestou a intenção de fazer uma declaração política sobre a mesma temática que eu tinha escrito e, por solidariedade, deixo para ele o assunto.
Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Oh, que solidariedade! Que fofinho!
O Orador: A segunda declaração política que tinha preparado era sobre a incapacidade da Região de reformar e de implementar reformas na nossa Região. Mas há sempre uma terceira via.
Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:
Foi entregue nesta Assembleia uma petição em nome dos farmacêuticos a exercer funções públicas em instituições do Serviço Regional de Saúde dos Açores para expressar e enunciar as suas preocupações e reivindicações no que respeita aos problemas que ainda decorrem da aplicação da carreira farmacêutica e da carreira especial farmacêutica na Região Autónoma dos Açores.

Os farmacêuticos realizaram, nos dias 22 e 27 do passado mês de junho do pretérito ano, a sua segunda greve em 30 anos, com uma elevada taxa de adesão, tendo sido cerca de 70 % a taxa de adesão nos Açores (isso mostra bem o descontentamento da classe).

Embora estas greves tenham tido um caráter nacional, existem também questões regionais que motivam os farmacêuticos que exercem funções públicas nos Açores a aderirem às mesmas.

Como é do vosso conhecimento, a carreira farmacêutica e a carreira especial farmacêutica, aplicadas no Serviço Nacional de Saúde em 2017, apenas foram aplicadas na Região Autónoma dos Açores através do artigo 13.º do Orçamento da Região Autónoma para 2021, da responsabilidade desta Assembleia Legislativa Regional.

Na decorrência desta aplicação surgiram alguns problemas que ainda se encontram por resolver, dos quais não foram obtidas respostas, mas que dependem apenas da ação do Governo Regional dos Açores e desta mesma Assembleia, dada a autonomia regional definida na Constituição da República Portuguesa e no Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, a saber:

1) A necessidade de uniformidade dos processos administrativos relativos à integração na carreira farmacêutica e carreira especial farmacêutica nos hospitais e unidades de saúde da ilha, ou seja, a integração com retroativos à data da obtenção da especialidade pela Ordem dos Farmacêuticos, tal como foi feito em 2021 para os hospitais dos Açores.

   Neste momento existem farmacêuticos exercendo funções públicas com especialidade atribuída em maio de 2021 e novembro de 2022 pela Ordem dos Farmacêuticos, com contratos individuais de trabalho e com contratos de trabalho em funções públicas anteriores à aplicação das carreiras farmacêuticas nos Açores e que estão ou deficitariamente nas carreiras ou nem sequer foram integrados, promovendo um tratamento desigual perante

colegas com as mesmas atribuições e competências, com alto prejuízo em termos de tempo de serviço e de remuneração.

Mais há a saber: é necessária a conclusão célere dos processos administrativos relativos à progressão da carreira dos farmacêuticos inseridos nas carreiras farmacêuticas nos hospitais e unidades de saúde de ilha dos Açores, incluindo a aplicação em falta de 1,5 pontos por ano de serviço aos farmacêuticos com contratos individuais de trabalho ou com contrato em funções públicas;

2) A reparação da injustiça e discriminação no que respeita ao acesso à especialidade promovida pelo acordo por parte dos farmacêuticos exercendo funções públicas nos Açores.

   Neste momento, nenhum farmacêutico a exercer funções públicas, residente nos Açores, pode aceder à equiparação à residência farmacêutica definida no Decreto-Lei n.º 6/2020, de 24 de fevereiro, uma vez que só se aplica ao Serviço Nacional de Saúde. Este problema está a impedir que diversos farmacêuticos consigam obter o devido reconhecimento e especialidade que é condição *sine qua non* para a integração na carreira farmacêutica e carreira especial farmacêutica nos Açores.

Para além dos problemas acima referidos, associados à aplicação das carreiras, ainda há que corrigir as seguintes situações que causam preocupação e que afetam a qualidade do serviço farmacêutico prestado à população:

1) A eliminação da precariedade dos farmacêuticos exercendo funções públicas no Serviço Regional de Saúde, nomeadamente através da integração nos quadros dos farmacêuticos a exercer funções públicas para colmatar necessidades permanentes dos serviços e com contratos celebrados no âmbito do regime excecional de contratação pública estabelecido em resposta aos efeitos da pandemia covid-19;
2) Inconformidade, de acordo com o manual de boas práticas laborais de

patologia clínica, análises clínicas, previsto na Portaria n.º 392/2019, de 5 de novembro, no que respeita aos recursos humanos dos laboratórios de análises clínicas das unidades de saúde de ilha dos Açores, onde existe carência ou ausência de farmacêuticos especialistas nos quadros destas mesmas instituições, sendo estes os profissionais que permitem garantir qualidade de serviço no funcionamento destas unidades;

3) A adequação do número de farmacêuticos exercendo funções públicas, de acordo com as necessidades e complexidade das atividades desenvolvidas nos respetivos serviços, de forma a que não se comprometa a qualidade dos serviços prestados, a segurança no circuito do medicamento e o acesso adequado à saúde da população.

Acreditamos na importância de investimentos adequados, políticas públicas consistentes e na valorização dos profissionais de saúde para garantir o acesso universal e de qualidade aos cuidados de saúde.

Reforçamos a importância da valorização das carreiras pelas pessoas e pela motivação dos profissionais. Por exemplo, é sabido que, nessas semanas após o incêndio no Hospital do Divino Espírito Santo, estes profissionais se desdobraram em trabalho e horas extraordinárias para garantir a chegada de medicação a todos os doentes do HDES espalhados pelas mais diversas instituições.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tendes agora a possibilidade de vos inscrever e discutir aquilo que não discutimos ontem.

Muito obrigado.

Deputado José Pacheco *(CH):* Muito bem, Sr. Deputado!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentada a declaração política. Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado José Toste, tem a palavra, faça favor.

(*) Deputado José Miguel Toste *(PS):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Cumpre destacar o empenho cívico, a participação democrática e a coragem reivindicativa de todos os açorianos que, sendo farmacêuticos ou estando solidários com a luta destes profissionais, apelam pelas mais diversas vias, designadamente através da petição que foi ontem apresentada nesta câmara, à resolução dos problemas decorrentes da aplicação das carreiras farmacêuticas na Região.

As legítimas reivindicações dos farmacêuticos, que até à presente data não foram integralmente solucionadas, são merecedoras da total solidariedade do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Deste modo, impõe-se alertar para a necessidade de o Governo Regional uniformizar os procedimentos de integração nas carreiras farmacêuticas, assegurando os retroativos devidos, pois existem ainda farmacêuticos que estão deficitariamente integrados na carreira sem retroativos e sem relevância do tempo de serviço ou, o que ainda é mais preocupante, nem foram integrados nas novas carreiras.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Há quantos anos? Diga há quantos anos!

O Orador: Cumpre relembrar que a norma para aplicação na Região das carreiras farmacêuticas foi aprovada em 2021. Ou seja, em 2021, o Governo Regional criou uma expectativa em todos os farmacêuticos. No entanto, em 2022, nada fizeram para resolver a situação na totalidade.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social *(Mónica Seidi):* Não é verdade!

O Orador: Em 2023, voltaram a nada fazer.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* E em 2019, em 2018…

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social *(Mónica Seidi):* E em 2017, em 2016…

O Orador: E em 2024, mais de três anos depois, ainda há farmacêuticos que continuam sem estar devidamente integrados.

Pelo afirmado, está afastada a possibilidade de a coligação utilizar as suas duas justificações de cartilha, que dão para tudo, mas não explicam nada, pois, neste caso, como em muitos outros, a não aprovação do Orçamento é incapaz de justificar a ausência de resolução do problema em 2021, em 2022 ou em 2023; também, a pesada herança aqui não cola, pois foi a coligação que prometeu a integração e que até hoje não integrou.

Há ainda que alertar para a necessidade de o Governo Regional concluir os procedimentos de progressão na carreira dos farmacêuticos. Esta é uma questão que, quer o Governo, quer os partidos da coligação, muito gostam de se vangloriar em atos de autovalorização, mas, no que toca aos farmacêuticos, sem efetiva valorização daqueles profissionais.

Mas veja-se qual é o ponto de situação da valorização dos farmacêuticos nos hospitais da Região. O Hospital da Horta aplicou um ponto negociado pelo Partido Socialista, que já se encontrava a trabalhar ativamente na valorização desta carreira, e um meio ponto decorrente da negociação com a coligação a todos os farmacêuticos.

(Risos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e dos Membros do Governo)

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Eles desativaram tudo antes das eleições!

O Orador: Aqui, em relação ao Hospital da Horta, não há reparos. Mas nas restantes instituições o problema vem sempre a agravar-se. O Hospital do Divino

Espírito Santo aplicou um ponto negociado pelo PS, estando em falta um meio ponto prometido pela coligação em 2021. E no caso dos farmacêuticos com contrato individual de trabalho está em falta parte dos retroativos. Já no Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, até hoje, nem um ponto, nem meio ponto, muito menos ponto e meio.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social *(Mónica Seidi):* Não é verdade! A sua fonte não é correta!

O Orador: A valorização dos farmacêuticos desta instituição, três anos depois da promessa da coligação, foi de zero pontos!

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Muito bem!

O Orador: O resumo é simples: três instituições, três formas distintas de valorizar, quer dizer, no caso do HSEIT de não valorizar os farmacêuticos.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social *(Mónica Seidi):* A sua fonte não está correta, tem de mudar de fonte!

O Orador: E isso, evidentemente, é inadmissível, pelo que urge que o Governo Regional execute o que, apesar de prometido aos farmacêuticos, legislado por esta Assembleia e anunciado aos sete ventos, até a este momento tem sido incapaz de aplicar na sua plenitude.

Em relação aos farmacêuticos, a atuação do Governo Regional e dos partidos da coligação faz lembrar a popular rábula: os partidos da coligação falam, falam em valorização, o Governo promete, promete a valorização, mas os farmacêuticos não os veem fazer nada para esta valorização.

Mas este *modus operandi* dos novos paradigmas da governação não se limita aos farmacêuticos, ele é comum a outras carreiras do setor da saúde. Ainda hoje, ficamos a saber que à Secretaria da Saúde tem chegado dezenas e dezenas de cartas de enfermeiros que reportam o incumprimento do plano de pagamento negociado com o Governo. Uma dívida que já se arrasta desde o final de 2020.

Deputada Inês Sá *(PS):* Muito bem!

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Só?

O Orador: Uma dívida que a estes profissionais ascende a 10 milhões de euros.

A valorização dos profissionais de saúde não pode ficar apenas por discursos redondos de autovalorização e de autoelogio, tem de ser uma valorização real e efetiva para os profissionais de saúde, sob pena de se reduzir a mera propaganda. Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Continuam abertas as inscrições.

(Pausa)

Sra. Deputada Salomé Matos, faça favor.

Deputada Salomé Matos *(PSD):* Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em nome do Grupo Parlamentar do PSD, na sequência da declaração política do Sr. Deputado da Iniciativa Liberal, que nos traz aqui aquelas que são as preocupações dos farmacêuticos… Portanto, aproveito, também, não me desviando do assunto da declaração política, para cumprimentar, uma vez não ter havido essa oportunidade ontem, os 563 subscritores da petição, na pessoa do Sr. Tiago Filipe Tavares Costa, que nos trouxe, de facto, aqui, preocupações que também não nos são desconhecidas. E não são desconhecidas porque todas elas decorrem, de facto, da aplicação da carreira farmacêutica e da carreira especial farmacêutica na Região, portanto, a todos os farmacêuticos que exerciam funções públicas.

De facto, também esses problemas só começaram a acontecer desde 2021, altura em que este Governo Regional decidiu aplicar à Região aquela que era a legislação nacional, que já datava de 2017.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* De?

A Oradora: De 2017, exatamente.

Este assunto já tem sido, e muito bem, várias vezes abordado nesta Casa. E a realidade é que, desde que tomou posse no final de 2020, o Governo Regional levou a cabo uma estratégia e assumiu um compromisso que lhe permitiu dignificar e valorizar várias carreiras, entre as quais carreiras na área dos profissionais de saúde.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Bem lembrado!

A Oradora: Foram desencadeados processos de regularização de carreiras, sendo a dos farmacêuticos uma delas.

Houve a preocupação desde logo de resolver juridicamente a desigualdade que existia entre contratos diferentes, contratos individuais de trabalho e contratos em funções públicas, diferenças essas que decorriam da natureza jurídica dos próprios contratos. E resolver aquilo que eram, de facto, os problemas dos farmacêuticos oriundos de uma carreira de técnico superior, que tiveram de ser integrados nestas duas carreiras.

Também, a bem da verdade diga-se que esta situação, e volto a reiterar, só acontece por inação (que é um termo que eu já aprendi, que resulta bem) dos Governos socialistas.

Deputado Luís Raposo *(PSD):* Muito bem!

A Oradora: De facto, muitos dos farmacêuticos acabaram por ser integrados em carreiras de técnicos superiores e não na sua carreira como farmacêuticos, mesmo depois de haver enquadramento legal para isso.

Em todos os casos e à semelhança do que havia sido feito para técnicos superiores

de diagnóstico e terapêutica e para enfermeiros, foi reconhecido um ponto e meio em todos os anos anteriores, mesmo para aqueles em que não tinha havido avaliação, tal como, de resto, já estava assumido. Uma situação que se arrastava desde 2004, portanto, reportando a 2004.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Vinte anos!

A Oradora: Houve sempre a necessidade de um tratamento igual e de equidade entre as várias carreiras de profissionais de saúde.

Também é verdade que as reivindicações dos farmacêuticos e de todos os outros profissionais, dos enfermeiros, dos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, só perduraram no tempo, usando a mesma retórica do Sr. Deputado José Toste, e eu ainda estou há mais anos nesta retórica que o senhor… Porque é que isto acontece? Porque a legislação é de 2017.

Deputado José Miguel Toste *(PS):* Só foi aplicado em 2018!

A Oradora: Em 2017, o Partido Socialista fez alguma coisa? Nada fez.

Deputado José Miguel Toste *(PS):* Fez, fez!

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Não é verdade!

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social *(Mónica Seidi):* O senhor era adjunto do Secretário, tinha responsabilidades!

A Oradora: Em 2018, nada fez. Em 2019, nada fez. Em 2020, nada fez, a não ser um mês antes das eleições prometer, como prometeu aos farmacêuticos, prometeu aos enfermeiros e prometeu aos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Muito bem!

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Não é verdade!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e dos Membros do Governo)

A Oradora: Aflito com os buzinões e com as greves e com as tomadas de posições, de facto, prometeu.

Ora, não convenceu enfermeiros, não convenceu técnicos de diagnóstico e terapêutica, não convenceu farmacêuticos e não convenceu os açorianos em geral…

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Essa parte não é bem verdade!

A Oradora: … porque, na verdade, não mereceu a confiança deles nas eleições desse mesmo ano de 2020.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

A Oradora: O XIII Governo Regional conseguiu, em duas reuniões, depois de tomar posse em 2021, fazer aquilo que os senhores não quiseram ou não puderam fazer em três anos.

Deputada Inês Sá *(PS):* Só não passaram à prática!

A Oradora: E, portanto, a regulamentação da carreira dos farmacêuticos data de 2017.

Compreendemos e subscrevemos que estes profissionais já em 2017 estariam ansiosos e reivindicavam uma resolução para a sua situação; hoje compreendemos que ao fim destes anos também o estejam. A questão é que este processo só foi desencadeado em 2021.

Deputada Inês Sá *(PS):* Em 21, 22, 23, 24…

A Oradora: O Governo socialista, inclusive quanto às promessas que faz às portas das eleições em 2020, assume que pagava retroativos a 2018. Era essa a promessa. Poucochinho.

Pronto, a carreira de farmacêuticos e a carreira especial de farmacêuticos, necessárias, porque qualquer uma delas acomodaria farmacêuticos em situações diferentes dependendo dos seus vínculos, em 2021, vê-se, assim, por via do Orçamento aprovado, aplicadas à Região.

Obviamente que isto resultava da aplicação da lei nacional, que não tinha em conta

aquilo que eram as especificidades da Região.

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: E, portanto, desde cedo se levantaram várias questões que tiveram de ser resolvidas por via do acordo coletivo de trabalho, por via de um decreto que aprovámos aqui nesta Casa.

E, portanto, dizer que o Governo Regional teve inação com estes profissionais é…

Deputado José Miguel Toste *(PS):* Verdade.

A Oradora: … pouca verdade, para não dizer total ausência, não vá ferir as suas suscetibilidades.

Deputada Inês Sá *(PS):* Só ofende os farmacêuticos, isso sim!

A Oradora: E, portanto, os farmacêuticos têm tido do Governo Regional e até, recentemente, do Governo da República soluções, na medida em que a aprovação recente de um decreto-lei permite regularizar e retificar as situações que prejudicavam claramente os farmacêuticos na transição às carreiras.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado José Pacheco, faça favor.

(*) Deputado José Pacheco *(CH):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sobre a carreira dos farmacêuticos, eu podia dizer muita coisa, mas não vou dizer nada, porque eu percebo muito pouco sobre isso.

Eu vou é dizer uma coisa que se calhar é importante para os açorianos: nós, constantemente, falamos da qualidade da saúde, do atrair mais médicos e mais profissionais. E uma das coisinhas, uma das peças deste puzzle é precisamente…

(Aparte inaudível)

Se o senhor quer dizer alguma coisa, inscreve-se.

O que nós temos de fazer, e eu então falando não no âmbito da petição, porque esta já andou, dançou, voou, estou a falar da declaração política do Sr. Deputado Nuno Barata, que fez o favor ao PS.

Deputado Nuno Barata *(IL):* Ao PS?!

O Orador: Sim, para eles poderem falar, não é?

Deputado Nuno Barata *(IL):* Era o que faltava agora!

O Orador: E então a história é: se nós queremos ter bons profissionais, sejam farmacêuticos, enfermeiros, médicos, professores, o que quer que sejam, nós temos de os ouvir e temos de valorizar estas carreiras. Porque um dos nossos filhos, se quiser ir para qualquer carreira destas, tem de ir com agrado e perceber que é uma vantagem.

E um dos defeitos que nós temos muitas vezes nestas coisas é precisamente nós dizemos que precisamos… O caso dos professores é outro. E vamos resolver hoje também uma lacuna. E depois nós queremos tratar convenientemente. Obviamente, percebo muito pouco desta carreira, é uma coisa complexa, nem tenho que perceber de tudo, mas suponho que nenhum farmacêutico percebe da minha profissão. Mas se eles andam a dizer, nós temos de ouvir. Suponho que a coisa esteja em andamento, Sra. Secretária.

Mas também é importante ouvir os médicos, os enfermeiros, os auxiliares, os operacionais. Nós temos de ouvir, porque não basta dizer que a saúde está bem ou está mal. Não basta dizer: não, não queremos privados, queremos é o público. Mas, depois, no público, as pessoas são espezinhadas, que não tem outro nome.

Deputado Carlos Silva *(PS):* O Governo está a espezinhar!

O Orador: E é isto que nós temos de ter em atenção em tudo o que fazemos. Isto, sim, é da nossa responsabilidade.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado António Lima *(BE):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De forma breve, começar por dizer que, ontem, sobre este assunto, não me pronunciei, mas houve uma segunda oportunidade para debater a petição. E faço também o reconhecimento de não me ter inscrito atempadamente no âmbito da petição que versou sobre esta matéria.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* O senhor tem montes de tempo para falar sobre isso!

O Orador: Mas a verdade, a meu ver, é que foi dada uma segunda oportunidade de se debater o assunto. O Chega não concordou, mas hoje já quis falar sobre o assunto, que é curioso e de salientar o respeito que tem pelos peticionários.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* O senhor é que parece que não quer falar sobre o assunto!

O Orador: E eu subscrevo praticamente na íntegra, senão mesmo na íntegra, a intervenção do Sr. Deputado Nuno Barata daquela tribuna. O problema é que ele não subscreve a sua intervenção, porque ontem mesmo dizia, na declaração política que o Bloco de Esquerda proferiu daquela mesma tribuna, que a precariedade era uma oportunidade.

Deputado Nuno Barata *(IL):* Não tem nada a ver!

O Orador: hoje vai à tribuna preocupado com a precariedade dos farmacêuticos. Então, a precariedade só é má se for para os farmacêuticos, para os outros trabalhadores é uma oportunidade?! Ó Sr. Deputado, convenhamos, quando

convém, a precariedade é má; quando é para falar nos lemas liberais, que é deixar toda a gente sem rede e à mercê do mercado, aí a precariedade já é uma oportunidade.

Deputado José Pacheco *(CH):* É verdade!

O Orador: Sobre a questão dos farmacêuticos em concreto, é, na verdade, preocupante que haja questões ainda pendentes sobre a integração desses trabalhadores nas diferentes carreiras que foram criadas a nível nacional. É preocupante que haja especificidades. Compreendo as especificidades dos Açores relativamente a essa matéria. E há. A questão é: porque é que elas não foram resolvidas até hoje? Este Governo, aliás, os dois Governos da coligação não nasceram agora, desde 2021 que governam plenamente, com orçamentos.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Não é graças a si!

O Orador: E o que é que impediu que fosse contabilizado por todos os hospitais um ponto e meio de forma uniforme? Qual é a especificidade? O Governo tem sido lesto em prometer, em colocar no papel muitas vezes, mas em cumprir aí já não é lesto.

E na questão das carreiras da saúde, já foram relembrados aqui os enfermeiros. Relembro também os técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica.

Deputado José Pacheco *(CH):* E bem lembrado!

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social *(Mónica Seidi):* Tenha vergonha! O senhor chumbou o Orçamento!

O Orador: Aliás, há um requerimento nosso por responder. Amanhã acaba o prazo, Sr. Secretário dos Assuntos Parlamentares. Aguardamos a resposta ao requerimento. Estou atento.

O Governo é lesto a prometer, é lesto a pôr no papel, é pouco rápido ou é lento a cumprir e ainda é mais lento a pagar.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Neves, tem a palavra, faça favor.

(*) Deputado Pedro Neves *(PAN):* Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não iria falar sobre este assunto, porque, se correr bem, ainda este ano, a minha filha começa com a carreira de farmacêutica.

Deputado José Pacheco *(CH):* Oh, muito bem!

O Orador: Por isso, eu não quero ser tendencioso, mas acho que todas as carreiras dentro da saúde são importantes. E tenho que dar toda a razão…

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades *(Paulo Estêvão):* Ainda tem de passar nos exames!

O Orador: … à Sra. Deputada do PSD, porque fez aqui uma resenha histórica daquilo que se passou do PS e também daquilo que se passou durante a campanha de 2020, tendo em conta as carreiras da saúde. Por isso, obviamente, este Governo, agora, é obrigado a proceder de uma forma homogénea para todas as carreiras dentro da carreira de saúde, para que consigamos cumprir com aquilo que é a justiça para todos os nossos profissionais.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado Pedro Pinto, faça o favor.

(*) Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estamos a debater aqui um frete que a Iniciativa Liberal fez ao Partido Socialista.

Deputado Nuno Barata *(IL):* Isto é que é! Isto é inadmissível!

O Orador: E percebe-se claramente que é um frete, porque assim que foram abertas as inscrições para a participação dos Srs. e das Sras. Deputadas, o primeiro

Deputado a saltar da cadeira para fazer uma intervenção sobre esta matéria foi o Sr. Deputado José Miguel Toste, do Partido Socialista, que começou logo a sua intervenção com a seguinte expressão…

Deputado Nuno Barata *(IL):* Os farmacêuticos vão ouvir isso lá em casa!

O Orador: Referindo-se à petição e aos peticionários, reconhecendo-lhes uma "coragem reivindicativa".

Bom, ou seja, na dialética do Partido Socialista, os cidadãos que se dirijam ao Parlamento, que é o órgão que os representa, têm de ter coragem. Pois, isso era antes de 2020, isso era no outro tempo, no tempo das trevas democráticas nesta Região, de 24 anos de escuridão democrática!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e dos Membros do Governo)

Foi nesse tempo, no tempo em que V. Exa., Sr. Deputado José Miguel Toste, nasceu, cresceu e foi criado. V. Exa. foi criado nas trevas da democracia. Vivemos numa nova era, numa nova luz, onde as pessoas se podem manifestar livremente, e elas sentem isso. Por isso é que temos tido um número muito significativo de petições neste Parlamento.

Deputada Inês Sá *(PS):* É um prémio!

O Orador: E muito bem estão os cidadãos, que nos trazem os seus problemas.

Mas vamos então falar desta questão que nos trouxe aqui a Iniciativa Liberal, que é a resolução do problema das carreiras dos farmacêuticos. Lembrou bem, e já nas intervenções que me antecederam foi recordado, que foi uma promessa desta coligação. Pois, foi uma promessa e estamos a cumprir. Não estamos a cumprir apenas e só com os farmacêuticos, estamos a cumprir com todos os profissionais da saúde. Os constrangimentos são bem conhecidos, mas estamos cumprindo.

E seguramente que a Sra. Secretária da Saúde terá a oportunidade de esclarecer

melhor os detalhes em particular que estão em causa nesta questão dos farmacêuticos na Região Autónoma dos Açores.

E, por uma economia de tempo, que já não disponho de muito, quero salientar isso mesmo: nós prometemos e estamos cumprindo.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Eu gostei do gerúndio!

O Orador: Estamos no Governo desde finais de 2020 e estamos resolvendo problemas que são muito, muito antigos, num tempo em que, efetivamente, as pessoas tinham que ter muita coragem, muita coragem mesmo, para poderem reivindicar.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras *(CDS-PP):* Muito bem!

Deputada Délia Melo *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para uma interpelação, tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima *(BE):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu vou fazer chegar à Mesa um documento dos tempos das trevas da democracia, em que o CDS aprovava orçamentos de um Governo do tempo das trevas da democracia, que era um Governo do Partido Socialista, acho eu. E nesses tempos das trevas…

Deputada Catarina Cabeceiras *(CDS-PP):* E há medidas que nós aprovávamos, com as quais concordávamos!

O Orador: É só para recordar à câmara o quão enredado nas trevas da democracia estava o CDS.

Muito obrigado.

Deputado Nuno Barata *(IL):* Bem lembrado!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está a registada a sua interpelação.

Sra. Secretária Regional da Saúde e Segurança Social, faça favor, tem a palavra.

(*) Secretária Regional da Saúde e Segurança Social *(Mónica Seidi):* Muito obrigada, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmos. Srs. Membros do Governo:

Eu começo a minha intervenção falando de uma forma em geral, porque também ao longo das diversas intervenções, mais do que uma vez, os Srs. Deputados não se cingiram apenas à carreira farmacêutica. Vou começar de uma forma geral e não quero que com isso interpretem com alguma falta de relevo a importância que os farmacêuticos têm no Serviço Regional de Saúde.

Este Governo Regional, e o anterior também, após as eleições de 20 de outubro de 2020, encontrou no Serviço Regional de Saúde profissionais de saúde altamente desmotivados: enfermeiros, médicos, farmacêuticos, técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica e as próprias carreiras gerais.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Muito bem!

A Oradora: Não viam o seu trabalho valorizado e devidamente reconhecido há anos. As carreiras estavam congeladas. A carreira médica está congelada desde 2008. Estamos em 2024.

Deputado António Lima *(BE):* Está congelada!

A Oradora: E, portanto, foi este Governo, numa atitude corajosa, numa atitude de efetivamente valorizar aquilo que é o trabalho diário e contínuo dos profissionais de saúde, que deu um passo em frente e avançou para a dignificação e a valorização.

Deputada Catarina Cabeceiras *(CDS-PP):* Muito bem!

Deputado José Miguel Toste *(PS):* E pagar?

A Oradora: Iniciou-se com os enfermeiros, seguiu-se com os TSDT e na presente legislatura, porque nos impediram no final da legislatura anterior, já deu entrada nesta Assembleia uma proposta de DLR para valorizar os médicos.

Deputada Inês Sá *(PS):* Vocês não se entenderam! Entendam-se!

A Oradora: A nível das carreiras gerais, a própria necessidade de adaptação à Região dos chamados assistentes operacionais. Portanto, tem sido um trabalho magnífico, mas, efetivamente, não é um trabalho que seja linear, porque, naturalmente, surgem dificuldades.

Sra. Deputada, não fique incomodada com a palavra magnífico, porque, efetivamente, tem sido isso mesmo, magnífico o trabalho deste Governo neste setor e o trabalho dos profissionais de saúde.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Não seja modesta!

Deputado Carlos Silva *(PS):* Sra. Secretária, um autoelogio!

Deputada Inês Sá *(PS):* Os farmacêuticos é que têm de dizer isso, não é a senhora!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e dos Membros do Governo)

A Oradora: E isso dói muito ao Partido Socialista. Foi uma oportunidade perdida pelo Partido Socialista. E, portanto, custa-lhe muito ouvir isso, mas, efetivamente, ela corresponde à verdade. E nos últimos atos eleitorais também se transmite esta opção do Governo Regional.

Em relação aos TSDT, Sr. Deputado, já tive oportunidade de lhe dizer, mas continua a insistir sempre no mesmo assunto, a Lei n.º 34 não está aplicada, porquê? Porque o Sr. Deputado, juntamente com o Partido Socialista, decidiu chumbar o Orçamento em novembro de 2023.

Deputada Inês Sá *(PS):* Não se entenderam!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e dos Membros do Governo)

A Oradora: E, portanto, veio atrasar, claro que sim, um processo estava a decorrer normalmente. Mas fique tranquilo, porque esse processo já foi reativado e irá ser aplicada na Região a Lei n.º 34 aos TSDT.
E, portanto, também não vale a pena voltar para trás, porque nos anos anteriores o Sr. Deputado não teve qualquer tipo de iniciativa para regularizar esta situação dos TSDT.
Deputada Inês Sá *(PS):* Agora não vale?! Vale sempre a pena voltar para trás!
A Oradora: Portanto, em relação a isso, não lhe reconheço qualquer tipo de moralidade.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e dos Membros do Governo)

Em relação à situação que hoje é notícia, tal como já foi no mês de fevereiro, sobre os enfermeiros, eu tenho a dizer que, em 2021, houve efetivamente um acordo que foi celebrado entre a Secretaria Regional da Saúde e Desporto com os sindicatos. Este acordo veio reverter a decisão tomada pelo Partido Socialista, em vésperas de eleições de 2020, de atribuição de um ponto aos enfermeiros, que passaram a ser beneficiados com mais meio ponto. Portanto, em vez de um ponto, foram atribuídos um ponto e meio.
Deputado Joaquim Machado *(PSD):* O PS está contra!
A Oradora: Foi um processo que decorreu com normalidade, que envolveu, naturalmente, um trabalho de todas as instituições do Serviço Regional de Saúde, da Direção Regional da Saúde, da DROPEP. Não é um trabalho fácil, porque,

efetivamente, há questões legais que vão surgindo na avaliação de cada caso. Portanto, não é linear, não é apenas chegar a uma tabela de Excel e atribuir pontos e ver quem é que soma os pontos para ser reposicionado ou não.

Neste primeiro acordo foi feito, naturalmente, um acordo de pagamentos, que está em vigor até ao dia 31 de dezembro de 2028.

Deputada Délia Melo *(PSD):* Muito bem!

A Oradora: Este acordo foi assinado pelos sindicatos e pelo Governo Regional. Repito, está em vigor até ao dia 31 de dezembro 2028.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

A Oradora: Em 15 de junho de 2023, foi publicado um decreto legislativo regional que veio permitir a atribuição também de um ponto e meio aos enfermeiros a partir de 2019.

Deputada Inês Sá *(PS):* Falta o dinheiro!

A Oradora: Naturalmente, este decreto legislativo regional vai gerar mais retroativos, retroativos estes que estão a ser acordados, naturalmente, com os sindicatos para que sejam pagos.

Deputado João Vasco Costa *(PS):* Têm é que ser pagos!

Deputado Carlos Silva *(PS):* Quando é que paga, Sra. Secretária?

A Oradora: E, portanto, o Governo está a fazer este trabalho. Não houve até ao momento algum tratamento indiferenciado da nossa parte.

Deputado Carlos Silva *(PS):* E pagar?

A Oradora: Reconhecemos, naturalmente, a insistência e a necessidade de gerar este segundo acordo, mas, efetivamente, eu recordo que nem sequer temos o Orçamento da Região publicado. E, portanto, tudo o que significa um aumento de despesa, neste momento, não conseguimos, naturalmente, pagar.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

A Oradora: Isto já foi explicado aos sindicatos. Efetivamente, houve até uma tomada de posição pública entre a Ordem dos Enfermeiros e dois dos três

sindicatos, mas, infelizmente, há sempre o mesmo sindicato que marcha sempre com o passo errado.

Deputado Carlos Silva *(PS):* A culpa é do sindicato?!

Deputada Inês Sá *(PS):* Tem de explicar outra vez, porque eles não perceberam.

A Oradora: E, portanto, em relação a isso, não vou tecer qualquer tipo de comentário.

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Secretária.

A Oradora: O objetivo do Governo é, naturalmente, chegar a um acordo abrangente, com o maior número de estruturas sindicais, porque, efetivamente, representam trabalhadores.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

A Oradora: Mas também quero dizer que à data de hoje, entre reposicionamentos e retroativos, já foram pagos pelas instituições do Serviço Regional de Saúde mais de 10 milhões de euros aos enfermeiros da nossa Região.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e dos Membros do Governo)

E que inclui ainda pagamentos, vejam só, do «Bónus César». Há quantos anos? Quem é que se lembra bem do «Bónus César», que nunca foi finalmente pago pelos Governos socialistas? Quem é que se lembra disso?

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e dos Membros do Governo)

Não temos a menor dúvida da importância do trabalho de enfermagem e de todas as carreiras do Serviço Regional de Saúde.

Deputado Carlos Silva *(PS):* E os farmacêuticos?

A Oradora: Inclusive naquilo que tem sido o apoio dado no âmbito do incêndio de 4 de maio, os enfermeiros, os TSDT, os próprios farmacêuticos… Posso aqui dizer que a farmácia nunca parou, nunca deixou de funcionar, para que fossem garantidos todos os medicamentos a todos os utentes da ilha de São Miguel. E isso, naturalmente, requer sacrifício e requer dedicação dos profissionais de saúde.

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Muito bem!

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Secretária.

A Oradora: Já termino, Sr. Presidente.

Em relação a esta petição, tenho a dizer que, Sr. Deputado José Toste, a sua fonte de informação não é fidedigna em relação ao Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Isso não tem tempo?

A Oradora: Posso garantir-lhe, e o senhor não sabe mais do que eu, que foram atribuídos um ponto e meio aos contratos individuais de trabalho (CIT), mas que nenhum deles foi reposicionado porque não atingiu a pontuação para subir de nível. Portanto, a sua fonte não é real.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades *(Paulo Estêvão):* Muito bem!

Presidente: Sra. Secretária, tem de terminar.

A Oradora: Dizer também que, em relação aos contratos covid, como tive oportunidade de ser ouvida na passada sexta-feira, essa situação, com a publicação do Orçamento, será, naturalmente, resolvida através de um processo de seleção, que irá integrar esses trabalhadores.

Presidente: Sra. Secretária, tem de terminar.

Deputada Inês Sá *(PS):* E ainda?! Não se desliga o microfone? Não há Regimento?

A Oradora: E também dizer que, efetivamente, temos tido problemas em relação ao reconhecimento da carreira. A nível do SNS, não tem havido uma colaboração

efetiva. A Região pediu apoio do ponto de vista técnico para ter esclarecimentos relativamente à obtenção da especialidade. Foi enviado um parecer à ACSS em janeiro de 2023 e, infelizmente, até à data não houve resposta.

E transmitir também aquela que é a preocupação do Governo na medida em que, da forma como foi criado pelo anterior Governo socialista da República, quem concorre à especialidade para a Região…

Deputada Inês Sá *(PS):* A Casa da Democracia… Inacreditável!

A Oradora: … e não a ocupa, limita o acesso à especialidades pelos farmacêuticos da nossa Região. E esse será o nosso empenho para conseguir corrigir essa situação.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Para encerrar a declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata…

Deputado Nuno Barata *(IL):* Para uma interpelação.

Presidente: Para uma interpelação, faça favor.

(*) Deputado Nuno Barata *(IL):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, ainda antes de encerrar esta declaração política, eu queria fazer uma interpelação à Mesa, porque a Iniciativa Liberal não faz fretes a ninguém nem faz favores a ninguém.

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* O que é que isso tem a ver com a condução dos trabalhos?

O Orador: E se dúvidas houvesse, o que a Iniciativa Liberal fez foi trazer aqui um debate em que o Governo teve a oportunidade de intervir. E se fosse só a apreciação da petição, o Governo não poderia intervir.

Mas não é este o motivo para a interpelação. Eu queria requerer à Mesa que extraísse do diário das sessões o momento desta declaração política e que o remetesse aos peticionários.

Presidente: Sim senhor, está requerido e está registado. Assim faremos.

Tem então a palavra para encerrar a declaração política.

(*) Deputado Nuno Barata *(IL):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se dúvidas houvesse sobre a pertinência desta intervenção política, o debate que se seguiu esclareceu todas e quaisquer dúvidas.

Mas há duas outras coisas que convém aqui encerrar. Em primeiro lugar, sim, Sr. Deputado António Lima, a precariedade é uma oportunidade. Mas eu não acredito, neste caso da precariedade dos farmacêuticos contratados no âmbito dos acordos covid-19, que o senhor defenda que eles tenham a oportunidade de fugir para o setor privado, que o senhor tanto quer acabar.

Em relação àquilo que foi dito pelo CDS, pelo Governo e pelo PSD, apenas recomendo a compra de película fosca para porem nos espelhos retrovisores, para que olhem para a frente, para que olhem para diante.

Deputada Inês Sá *(PS):* Muito bem!

O Orador: Deixem de olhar para o passado e olhem para os problemas que, de facto, os açorianos encaram todos os dias e a todas as horas. A democracia precisa, os Açores merecem e os açorianos desejam olhar para a frente e resolver os problemas que foram deixados do passado.

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Por isso é que estamos a resolver os problemas!

Deputado José Pacheco *(CH):* Muito bem!

O Orador: Sobre este assunto, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, pouco mais há a dizer. Há apenas de referir que, mais uma vez, ficou claro que a centralidade do Parlamento é importante para se trazer a debate aquilo que alguns evitaram debater.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está encerrada a declaração política.

E atendendo ao nosso horário, penso que já não passaremos à próxima declaração política. Vamos almoçar. Regressamos às 15 horas.

Bom almoço a todos.

Eram 12 horas e 54 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos dar início aos nossos trabalhos com a agenda.

Eram 15 horas e 04 minutos.

Eu proponho, para os pontos 13, 14 e 15, a apresentação da urgência por cada um dos proponentes, com cinco minutos. E depois, para discutir a urgência, dez minutos por cada Grupo e Representação Parlamentar, para fazermos em conjunto. Estamos de acordo?

Vamos fazer então a apresentação da urgência por ordem de entrada.

Ponto 13: **Pedido de urgência do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 10/XIII, "Primeira Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 23/2023/A, de 26 de junho, Estatuto da Carreira Docente da Região Autónoma dos Açores"**. É uma iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Para justificar a urgência, tem a palavra a Sra. Deputada Inês Sá. Faça favor, Sra.

Deputada. Tem cinco minutos.

(*) **Deputada Inês Sá** *(PS):* Muito boa tarde.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta este pedido de urgência para esta iniciativa na modalidade de redução do prazo de exame em comissão, de forma a que esta possa ser apreciada e votada no período legislativo de julho.

Esta proposta surge no seguimento de reuniões realizadas com vários docentes, com o Sindicato Democrático dos Professores dos Açores e com o Sindicato dos Professores da Região dos Açores.

Trata-se de uma alteração que implica a fixação de docentes na Região Autónoma dos Açores, bem como a manutenção dos que se encontram a trabalhar nas escolas açorianas.

Trata-se, em suma, de uma alteração ao Estatuto da Carreira Docente da Região Autónoma dos Açores, visando corrigir as regras referentes à reposição do tempo de serviço intercarreiras, uma vez que o diploma tal como está impede a recuperação de todo o tempo de serviço perdido na transição entre carreiras para docentes a exercer funções no Sistema Educativo Público Regional.

Julgamos que seremos acompanhados por todos os Grupos e Representações Parlamentares desta Casa, uma vez que, depois de termos dado entrada do nosso projeto DLR, outros já seguiram.

Disse.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Muito bem!

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Ponto 14: **Pedido de urgência do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 11/XIII, "Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 23/2023/A, de 26 de junho, Estatuto da Carreira Docente da Região Autónoma dos Açores"**. É uma iniciativa apresentada pela Representação Parlamentar da Iniciativa Liberal.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata para a apresentação do pedido de urgência.

(*) Deputado Nuno Barata *(IL):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu penso que o facto de termos três iniciativas com pedido de urgência já justifica a urgência. No entanto, devo dizer que, não obstante o facto de este diploma poder esbarrar com a «lei-travão» e, portanto, só poderá entrar em vigor com a publicação do Orçamento da Região para 2025, importa, de facto, acelerar esse processo no sentido de termos garantias de que, depois de auscultados os trabalhadores — uma obrigatoriedade que decorre da lei , — termos tempo para tramitar todo esse processo, e o Governo ter tempo de pôr no Orçamento de 2025, que nos vai trazer certamente a esta câmara entre outubro e novembro deste ano. Como temos as férias pelo caminho, parece-me importante despachar o assunto dessa forma.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Ponto 15: **Pedido de urgência do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 12/XIII, "Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 23/2023/A, de 26 de junho, Estatuto da Carreira Docente da Região Autónoma dos Açores"**. É uma iniciativa apresentada pelos Grupos Parlamentares do PSD, do CDS-PP, do CH e pela Representação Parlamentar do PPM.

Para justificar a urgência, tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Os Grupos Parlamentares do PSD, do CDS, do CH e a Representação Parlamentar do PPM acompanham aquelas que são as razões já invocadas aqui pelos outros partidos que também têm iniciativas neste domínio, dizendo que, de facto, a urgência é uma urgência mais emocional do que factual. E explico porquê: porque, efetivamente, a entrada em vigor deste diploma far-se-á no Orçamento do ano que vem. E, nessa medida, convém também que o Governo Regional tome consciência de que os encargos financeiros que possam resultar destas alterações que vamos fazer no Estatuto da Carreira Docente estejam já acomodados na proposta de Orçamento que, seguramente, por esta altura ou dentro de poucos dias, começará a elaborar relativamente ao ano de 2025.

Sem deixar também, ao mesmo tempo, de sublinhar o facto de entrar em vigor no ano de 2025, mas, para efeitos de progressão na carreira, os professores vão ver retroagir este tempo a 31 de março deste ano.

E, portanto, essa urgência também, quando digo que é uma urgência emocional para o caso dos professores, é por eles terem a garantia de que aquilo que nós queríamos fazer na versão do Estatuto de 2023, que está em vigor, e que a redação não tendo tido este alcance que nós agora procuramos com estas iniciativas que os três partidos, digamos assim, para simplificar, ou as três partes ou os três proponentes apresentam, no fundo, é mesmo para levar por diante e corresponde àquilo que era o compromisso e o espírito que todos nós tínhamos, inclusivamente os sindicatos. É bom lembrar que os próprios sindicatos dos professores — os dois que na Região são muito representativos, sensivelmente 98 % ou mais de docentes — apoiaram e nada apontaram em sentido contrário relativamente à proposta de redação que nós aprovámos aqui há precisamente um ano.

E, portanto, é com esta convicção e querendo dar também este sinal aos docentes, e já, para que façam o início do próximo ano letivo com a consciência de que mais este direito será reposto na Região por ação direta do Governo da coligação e dos

partidos que têm apoiado nesta matéria, que nós também requeremos que a apreciação da nossa iniciativa se fizesse com caráter de urgência, mas sem, naturalmente, deixar de fazer a devida análise em sede de comissão.
Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.
Estando apresentadas as três urgências, abre-se agora um período de dez minutos a cada Grupo e Representação Parlamentar para que se possam pronunciar sobre as três.
Sr. Deputado José Pacheco.
(*) Deputado José Pacheco *(CH):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:
Uma boa tarde a todos.
Obviamente que esta lacuna que se criou aqui na legislação também não foi detetada atempadamente pelos sindicatos, também não foi por nós. Foi colocada essa questão…

(Aparte inaudível)

Sim, foi pelo Chega. Já que o senhor gosta de dizer isso, eu também digo. Foi o Chega. O Chega detetou isso. Obrigado pela ajuda, Sr. Deputado, é sempre bem vinda. É o que pode amanhar, não é? Calma, senão isso chega aí também…
Nós achamos que era justo e assumimos o compromisso de trazer em junho, e muito bem acompanhados, porque outros partidos também assim o assumiram e trouxeram. É um bom sinal.

Como já foi dito, não se consegue resolver no imediato, porque a «lei-travão» não o permite, mas fica já aqui o compromisso. E com algum agrado vejo que há aqui vários partidos a assumir este compromisso em prol dos professores.

Ainda hoje dizia, quer dizer, não basta dizer que precisamos de professores, também temos de ter aqui… No caso falávamos dos farmacêuticos. Mas nós também temos de criar as melhores condições, que nunca hão de ser as ideais, porque a vida é mesmo assim. Mas, da nossa parte, dever cumprido. Também com alguma satisfação vi de outros partidos também esse dever cumprido. E é assim deve ser.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima *(BE):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda acompanha, como é natural, os pedidos de urgência das três iniciativas que estão em discussão.

Tivemos conhecimento, nos últimos dias, através também de reuniões pelo menos com um dos sindicatos, no final da semana passada, relativamente a esta matéria. E, de facto, o que se verifica é que o Estatuto da Carreira Docente em vigor procurava, por um lado, fazer um conjunto de alterações, mas resolver uma questão ligada à transição intercarreiras, o tempo de serviço intercarreiras, que levava a uma carreira de duração superior a muitos docentes. Não resolveu o problema a muitos desses docentes. O problema que isso traz no imediato e justifica também de certa medida a urgência é a expectativa de injustiça e de não

verem reconhecido esse tempo, com as consequências que isso tem ao nível, como é natural, da sua carreira, da sua remuneração. E num contexto de falta de docentes nas escolas da Região e no País, é evidente que isso não é positivo. Justifica-se, por isso, a urgência.

Acompanharemos e contribuiremos, como é evidente, para a melhoria do diploma que passar, eventualmente, à especialidade, não deixando de dizer também que a questão da «norma-travão» poderá ser um problema, mas é facilmente ultrapassável se o Governo apresentar uma proposta, porque aí a «norma-travão» não tem aplicação.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado Joaquim Machado, faça favor.

(*) Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Sr. Presidente, muito obrigado por me conceder a palavra.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Tomo a palavra para, agora, justificada que está a urgência, dar algumas notas sobre aquela que é a proposta do PSD, do CDS, do Chega e do PPM, que diverge das outras duas.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Não estamos a discutir as propostas!

Presidente: Sr. Deputado, nós estamos no âmbito da urgência.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Pois, é isso! Ou seja, já justificou a sua urgência, agora só o sentido de voto das restantes, digo eu.

O Orador: Sra. Deputada Andreia Cardoso, parece-me que ficou incomodada…

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Não senhor!

O Orador: … com a intervenção, Sr. Presidente, que eu acho que vou continuar a centrar.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* O Sr. Presidente já o advertiu, agora fará como entender!

Presidente: Faça favor, Sr. Deputado, tem a palavra.

O Orador: Parece que a Sra. Deputada Andreia Cardoso quer substituir V. Exa., Sr. Presidente, coisa que eu não permitirei nem a minha bancada…

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Só na sua cabeça é que isso se passa!

Deputado Lúcio Rodrigues *(PS):* O senhor é o rei dos apartes e agora não quer ouvir?!

O Orador: … pela razão mais óbvia de que o Partido Socialista, mesmo coligado com o Bloco de Esquerda, ainda não tem votos suficientes para fazer substituir a Mesa.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Ó Jesus…

O Orador: Mas estava a dizer que a urgência do nosso diploma também resulta de uma diferença para as demais iniciativas, porque consideramos que contém matéria que efetivamente também é urgente, nomeadamente por acautelar a recuperação do tempo de serviço de docentes que, tendo trabalhado na Região da Madeira e posteriormente ingressado nos quadros da Região, não estavam aqui a reunir os critérios necessários para fazer a recuperação do tempo de serviço.

O mesmo para docentes que, tendo trabalhado no sistema educativo do continente e, entretanto, ingressado nos quadros da Região, também aqui não reuniram as condições para beneficiar da recuperação do tempo de serviço estabelecido aqui na Região, mais anteriormente pelo Partido Socialista e depois também pelo Governo da coligação do PSD, do CDS e do PPM.

E, portanto, esses docentes não podem ficar prejudicados, não podem ficar numa espécie de purgatório, daí também a urgência de acautelar essas situações, por forma a que efetivamente na Região todos possam, de facto, ter uma carreira

estruturada com 34 anos de serviço. E é nessa medida que também esta matéria, sendo urgente, está incluída na proposta de decreto legislativo que nós submetemos à apreciação da nossa Assembleia.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Inês Sá, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputada Inês Sá *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu tenho que lamentar, peço desculpa, que mais uma vez as regras do jogo mudaram a meio. E não foi isto, peço desculpa, que ficou combinado.

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Combinado?!

A Oradora: E se queremos falar desta proposta, teremos todos certamente muita coisa a dizer. Então vamos todos usar do tempo para falarmos desta proposta.

E posso dizer, por exemplo, que esta proposta foi feita pelo partido atualmente na governação.

E lamento também ter de dizer que não corresponde à verdade que ambos os sindicatos só agora se tenham apercebido desta injustiça, porque o Governo já vem sendo há largo tempo avisado desta injustiça, tanto por parte de sindicatos, como por parte de docentes.

Deputada Délia Melo *(PSD):* Não!

Deputado Carlos Silva *(PS):* É verdade!

A Oradora: Portanto, não é verdade. Eu até acredito que o Sr. Deputado Joaquim Machado não tenha conhecimento disso, mas eu dou-lhe conhecimento disso.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* A senhora é que não sabe do que é que está a falar!

A Oradora: Porque é que o senhor acha que sabe melhor?

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* E o senhor também tem responsabilidade nisso, Sr. Deputado Vasco Cordeiro!

A Oradora: Pronto, não vamos falar do passado.

Bem, continuando, não é verdade, volto a repetir, não é verdade, e quem nos está a ouvir saberá do que eu estou a falar, que a tutela da educação não tenha tido conhecimento já há bastante tempo da injustiça que o diploma estava a gerar na Região. Ponto. Esta é a pura da verdade. Se há coisa que eu prezo é por dizer a verdade. E se há coisa que eu devo aos açorianos é a verdade. E no dia em que me apanharem a mentira, eu estarei aqui para assumir da mesma forma. Portanto, não é verdade!

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Flávio Soares *(PSD):* Prove que não é verdade!

Deputada Inês Sá *(PS):* Não preciso de provar aquilo que vocês sabem e que estão fartos de saber!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Joaquim Machado, pede a palavra para…

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Para uma interpelação.

Presidente: Para uma interpelação, tem a palavra.

(*) Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Sr. Presidente, a interpelação que faço a V. Exa. é decorrente da intervenção da Sra. Deputada Inês Sá, que disse que as regras foram mudadas a meio do jogo. Com a bancada do Grupo Parlamentar do PSD não foi estabelecida nenhuma regra. Portanto, pergunto, Sr. Presidente, se foi estabelecida alguma regra para a discussão desta matéria que não seja aquilo que o Regimento dispõe. Se foi, eu desconheço. Creio que sou acompanhado pelo Chega e pelo CDS, que também desconhecem qual a regra instituída. E, portanto, gostava de saber se efetivamente

foi instituída alguma regra, porque, de contrário, essa primeira parte da intervenção da Sra. Deputada, de facto, não faz nenhum sentido.

Já agora, aproveito para perguntar a V. Exa. se posso usar mais da palavra, considerando o tempo que ainda dispomos.

Presidente: Não, não pode. Só está definida uma intervenção por bancada no debate da urgência.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Isto é uma urgência!

Presidente: Ó Sr. Deputado, eu acho que nós estabelecemos logo de início a regra, portanto, cada proponente apresentava o seu pedido de urgência e depois abria-se um período em que todos se podiam pronunciar.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Sobre a urgência!

Deputado José Ávila *(PS):* Sobre a urgência!

Presidente: Sr. Deputado Nuno Barata, tem a palavra, faça favor.

(*) Deputado Nuno Barata *(IL):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como eu cumpro sempre as regras e o Regimento, na minha primeira intervenção sobre a urgência falhou-lhe um argumento e é por isso que peço de novo a palavra, para falar sobre a urgência e sobre esse argumento.

É que a não apresentação rapidamente dessa iniciativa, que dá uma indicação, como diz o Sr. Deputado Joaquim Machado, e bem, à comunidade lesada de que este assunto vai ser resolvido, poderia provocar no próximo ano letivo uma fuga maciça de professores em alguns grupos.

Deputada Catarina Cabeceiras *(CDS-PP):* Exatamente!

O Orador: Este é também um argumento para garantirmos que professores que indo um ano ao continente, regressassem aos Açores e ficassem com a carreira de 34 anos, não façam isso e possam permanecer na Região, porque em grupos em que na Região já é difícil ter professores, como de física, de matemática e outros, aliás, quase todos, todos esses professores que estão com 20 anos de serviço iam

fazer isso, com algum sacrifício da sua vida pessoal, é certo, mas iriam ganhar três anos na sua carreira.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, tem a palavra, faça favor.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras *(CDS-PP):* Muito obrigada, Sr. Presidente.

Para dizer que, relativamente a esta matéria e à urgência da mesma, no seguimento das intervenções que me antecederam, efetivamente, consideramos que é urgente, primeiro, porque, efetivamente, pelo menos da nossa parte, durante o mês de maio, após uma solicitação por parte do sindicato, no dia 22 de maio, reunimos com o sindicato, que nos transmitiu esta preocupação. Por isso, esta urgência surge exatamente neste momento e não porque já teria existido essa tal reunião.

O sindicato solicitou-nos essa reunião e até, se calhar podemos estar errados, no surgimento de outras urgências na mesma matéria entenderíamos que seria no seguimento dessa mesma reunião, uma vez que o sindicato nos transmitiu que tinha feito o pedido de reunião aos diversos partidos, por isso esta urgência neste momento, mas também por querermos dar, como já foi dito, a indicação do que é o nosso entendimento à classe docente sobre esta matéria.

Efetivamente, com o próprio sindicato, na própria reunião, abordamos essa questão também. Quando discutimos esse diploma aqui, foi algo que nos passou. O próprio sindicato também o disse. Tem que ver com a situação do que é a interpretação que se fez do que estava estipulado. E, como tal, abordou os diversos partidos, inclusive os nossos, para expor esta situação e para que a mesma fosse ultrapassada. Por isso esta urgência surge aqui. Não que tivéssemos tido este contato anteriormente e só agora é que surgiu a urgência. A urgência surge agora, porque, efetivamente, foi quando essa questão nos foi levantada pelos representantes dos professores. E é nesse sentido que apresentamos neste plenário

do mês de junho esta urgência.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Vamos então votar estes pedidos de urgência. Vamos votar em primeiro lugar o Pedido de urgência do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 10/XIII, "Primeira Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 23/2023/A, de 26 de junho, Estatuto da Carreira Docente da Região Autónoma dos Açores", iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam com este pedido de urgência façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 10/XIII, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Pedido de urgência do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 11/XIII, "Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 23/2023/A, de 26 de junho, Estatuto da Carreira Docente da Região Autónoma dos Açores", iniciativa apresentada pela Iniciativa Liberal.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam com este pedido de urgência façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 11/XIII, apresentado pela Representação Parlamentar da IL, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Pedido de urgência do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 12/XIII, "Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 23/2023/A, de 26 de junho, Estatuto da Carreira Docente da Região Autónoma dos Açores",

iniciativa apresentada pelos Grupos Parlamentares do PSD, do CDS-PP, do CH e pela Representação Parlamentar do PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam com este pedido de urgência façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 12/XIII, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD, do CDS-PP, pela Representação Parlamentar do PPM e pelo Grupo Parlamentar do Chega, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado.

Podemos avançar para o ponto seguinte da nossa agenda, ponto 16: **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 9/XIII — "Posição da Região Autónoma dos Açores no âmbito do Grupo de Trabalho para a revisão do Subsídio Social de Mobilidade"**, uma iniciativa apresentada pela Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima para justificar a urgência.

(*) Deputado António Lima *(BE):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O pedido de urgência deste projeto de resolução justifica-se por estar já a decorrer, como é público, o trabalho do grupo de trabalho que vai rever o subsídio social de mobilidade, um grupo de trabalho constituído pelo Governo da República, que tem a participação do Governo Regional e de outras entidades com competências também na matéria. Por esse motivo, tendo em conta que já decorre e que se iniciou uma primeira reunião, consideramos que é importante que este Parlamento se pronuncie sobre aquela que deve ser a posição do Governo Regional dos Açores no âmbito desse grupo de trabalho.

Independentemente de outras propostas que já aqui foram debatidas e até aprovadas, elas não terão, no decorrer dos seus trâmites na Assembleia da República, sob a forma da anteproposta de lei, consequência atempada tendo em

conta que o trabalho do grupo de trabalho terminará em setembro. E uma coisa é o trabalho da Assembleia da República, outra coisa são os desenvolvimentos que ocorrem ao nível de grupos de trabalho e da capacidade legislativa até do Governo da República, que, certamente, irá aprovar, eventualmente nos próximos dias, alterações ao modelo, como anunciado pelo Ministro das Infraestruturas e Habitação, o mais tardar em setembro, sendo que é praticamente impossível ou extremamente difícil que qualquer proposta da Assembleia Legislativa possa ter discussão, votação e eventual aprovação na Assembleia da República até lá.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentada a urgência. Pergunto se há inscrições neste âmbito.

(Pausa)

Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Nuno Barata *(IL):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não quero ser…

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Mau feitio!

O Orador: Mau feitio… Mas a interpelação de ontem do Sr. Deputado Pedro Neves sobre o artigo 130.º do Regimento da Assembleia na minha iniciativa suscitou-me uma leitura atenta. E essa leitura atenta permitiu-me perceber que não é só em matéria de urbanismo que é preciso ouvir os Conselhos de Ilha, também em matéria de transportes é preciso ouvir os Conselhos de Ilha.

E, portanto, neste sentido, Sr. Presidente, permita-me, mas eu não posso votar favoravelmente essa urgência…

Deputado António Lima *(BE):* Mas votou a outra!

O Orador: Estava distraído.

Não posso votar favoravelmente essa urgência depois de estar bem informado sobre o conteúdo do artigo 130.º do nosso Regimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Eu agradeço essa vossa apreciação do Regimento. E tomarei isso em conta nas próximas admissões.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades *(Paulo Estêvão):* Muito bem! Isso mesmo! Essas coisas têm consequências!

Presidente: Esta abrangência na admissão de propostas, os senhores estão a aconselhar-me que tenha mais cuidado com isso. E, portanto, darei indicação aos serviços para terem isso em conta.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades *(Paulo Estêvão):* Muito bem, Sr. Presidente!

Presidente: Pergunto se há mais intervenções no âmbito da urgência.

(Pausa)

Não havendo, vamos votar o Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 9/XIII.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretária: O Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 9/XIII, apresentado pela Representação Parlamentar do BE, foi aprovado: 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do BE e 1 do PAN; e 1 voto contra da IL.

Presidente: Tendo sido aprovada a urgência, alerto que o proponente deu entrada de uma substituição integral e é sobre ela que, naturalmente, o Sr. Deputado

António Lima vai apresentar a iniciativa. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Lima** *(BE):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, dizer que, no seguimento do que referi na apresentação da urgência, efetivamente, este assunto tem sido amplamente debatido e já debatido esta semana, todavia este projeto de resolução tem um objetivo diferente. E a verdade é que a realidade e o andamento do desenvolvimento sobre este assunto levam a que haja efetivamente urgência em que a posição do Governo Regional dos Açores seja também debatida aqui. Não é a posição que o Governo Regional dos Açores levará ao grupo de trabalho. Entendemos que essa posição deve estar clara, no nosso entender, sobre alguns aspetos em concreto do subsídio social de mobilidade.

E, por isso, aquilo que consideramos que é essencial que o Governo defenda no grupo de trabalho que vai rever o subsídio social de mobilidade ou que vai apresentar propostas para a sua revisão é que não haja, no geral, recuos perante aspetos que são para nós essenciais, nomeadamente, em primeiro lugar, a questão dos preços máximos, ou seja, os preços máximos entre os Açores e o continente, os Açores e a Madeira, e a questão do preço máximo em vigor para a Madeira.

Entretanto, a substituição integral que apresentámos ao projeto de resolução visava precisar a questão dos estudantes, que não estava contemplada na versão inicial. E é evidente que esta questão tem de estar salvaguardada.

A recusa da imposição de limites às tarifas, aceitando limites à taxa de emissão de bilhete. Julgo que essa posição é consensual nas posições que nós temos visto, pelo menos é consensual a crítica à imposição de um teto de 600 euros. Se não for consensual, o Sr. Deputado Nuno Barata terá a oportunidade de dizer que não é.

E não se trata de limitar a taxa de emissão de bilhete. Cada agência de viagens e cada companhia aérea tem a liberdade de fixar a taxa que bem entender. Aquilo que é efetivamente possível limitar e que nós já propusemos é haver um limite

para o reembolso desta mesma taxa.

E, depois, há aqui um aspeto que também nos parece importante: nós não sabemos o que é que o grupo de trabalho vai recomendar que seja alterado. E há um conjunto de questões que não têm sido debatidas, mas que podem vir a estar em cima da mesa, nomeadamente a possível limitação, que nós não concordamos e achamos que o Governo não deve concordar, do número de viagens num período de tempo, seja mensal, seja anual, seja um período de tempo qualquer. A limitação ao número de viagens que um cidadão residente nos Açores possa fazer entre o continente e os Açores, entre os Açores e o continente, melhor dizendo, que seja enquadrada no subsídio social de mobilidade. Esse aspeto, o Governo, na nossa opinião, não deve aceitar. Nunca esteve até em cima da mesa em debate até aqui, mas nós não sabemos o que é que pode estar em cima da mesa. Esse aspeto não deve estar.

No que diz respeito a limitações a níveis de faixas horárias de voos, ou seja, dizer que um cidadão por ser residente só pode voar, para ter acesso ao subsídio social de mobilidade, num determinado horário e não pode voar noutro, também não nos parece que possa existir.

Dentro daquilo que são as tarifas económicas que estão enquadradas no atual decreto-lei, existirem limitações, nomeadamente à bagagem, tal como existe atualmente, também não conseguimos compreender que uma limitação dessas possa ser imposta.

Ora, estando em aberto neste momento um conjunto de possíveis alterações, é importante, a nosso ver, que limitações ao modelo existente que impliquem prejuízo para o direito à mobilidade dos cidadãos residentes nos Açores não devem ser aceites pelo Governo Regional no âmbito da sua posição no grupo de trabalho. Essa é a nossa opinião, essa é a nossa posição, é aquela que trazemos a este Parlamento, esperando, naturalmente, que ela tenha acolhimento da maioria dos partidos representados aqui, e esperando que desse grupo de trabalho saiam

medidas positivas, que efetivamente melhorem o modelo, que reduzam a burocracia, que simplifiquem, mas que não retirem direitos aos açorianos.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) Deputado Nuno Barata *(IL):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Iniciativa Liberal vai reiterar, aqui e no debate desta iniciativa do Bloco de Esquerda, mais uma vez, aquilo que já tem dito sobre esta matéria: este sistema não é perfeito, este sistema tem os seus problemas, mas este sistema apesar de tudo está a funcionar e está a permitir que os açorianos saiam dos Açores.

Aliás, foi este sistema e a liberalização do espaço aéreo, ou seja, a desregulação e liberalização do transporte aéreo de passageiros, que permitiu a muitos açorianos que antes não podiam sair desta terra, que permitiu, dizia eu, ir a Lisboa, ir ao Porto, visitar as suas famílias, conhecer o nosso país. Disso não tenham dúvidas. E isso o Bloco de Esquerda nunca vai admitir, como nunca admitiu nesta Casa. Foi a liberalização e foi a desregulação que permitiu que remediados e até alguns pobres, com a ajuda de famílias remediadas, tenham saído desta Região pela primeira vez num avião. O Bloco de Esquerda nunca vai admitir, mas a democratização no acesso ao avião para ir a Lisboa, foi a liberalização e foi a desregulação que o permitiu. E eu tenho sérias dúvidas que mexer nesse processo e pôr mais regulamentação e mais regulação neste processo resolva o problema que nós temos entre mãos.

Deputado Carlos Silva *(PS):* É mau!

O Orador: Mas há aqui, sempre, da parte do Bloco de Esquerda, mais uma coisinha, até se pode impor limites ou não se impor limites, o que tem de ser é: a iniciativa privada não pode ganhar dinheiro e não pode saber quanto é que lhe custa emitir um bilhete e quanto é que lhe custa cobrar este bilhete.

As pessoas não sabem, mas, muitas vezes, as agências de viagens absorvem juros, porque as agências de viagens têm de pagar ao dia 15 de cada mês todos os bilhetes vendidos até ao dia 30 do mês anterior às companhias, senão é-lhes bloqueado o acesso às plataformas de vendas. E, muitas vezes, como nós sabemos, a Administração Pública Regional, algumas empresas grandes, até particulares, não conseguem pagar as suas faturas a tempo e a horas por forma a que as empresas liquidem junto das companhias aéreas. E são essas empresas, são esses agentes de viagens, que absorvem esse custo e essas responsabilidades.

E, portanto, impor um preço tabelado à iniciativa privada…

Deputado António Lima *(BE):* Isso é falso!

O Orador: … pode ser uma coisa que agrada muito ao Bloco de Esquerda, mas não agrada à Iniciativa Liberal.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Deputado Nuno Barata *(IL):* Não estou a mentir!

Deputado António Lima *(BE):* Leia o que está aí!

Deputado Nuno Barata *(IL):* E não é a mesma coisa?

Deputado António Lima *(BE):* Não!

Deputado Nuno Barata *(IL):* Oh, não é a mesma coisa…

Presidente: Sra. Deputada Olivéria Santos, tem a palavra.

(*) Deputada Olivéria Santos *(CH):* Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

O Bloco de Esquerda traz-nos hoje essa proposta. E na sua apresentação disse que tinha um objetivo diferente. Eu gostava de perguntar ao Sr. Deputado António Lima onde é que está o objetivo diferente. Portanto, estive a ler a proposta que deu entrada, estive a ler também a substituição integral com a introdução de um novo ponto e, de facto, eu não vejo diferença naquilo que o senhor recomenda em relação à anteproposta que foi aqui aprovada há dois dias, nesta Assembleia. Com

a sua abstenção, é verdade. A mim e daquilo que eu estive a analisar, esta recomendação é do mesmo teor da anteproposta que foi aqui aprovada, Sr. Deputado, não vejo grande diferença. Agora, o que é que o senhor quer? Quer que o grupo de trabalho diga que na República o subsídio de mobilidade vai mudar graças a uma proposta do Bloco de Esquerda? Será que é isso? O senhor quer ficar com os louros? O senhor quer levar a medalhinha para casa, Sr. Deputado?

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Ora bem!

Deputado Flávio Soares *(PSD):* É esse o objetivo!

A Oradora: Se calhar, a medalha é para o Bloco e não é para os partidos que trouxeram a esta Assembleia essa anteproposta.

Que eu saiba, um grupo de trabalho não legisla. E o senhor quer que o grupo de trabalho assuma uma posição clara, uma posição assumida, mas a posição está clara e bem clara, está assumida e bem assumida na anteproposta que foi aqui aprovada…

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Muito bem!

A Oradora: … pelos votos do PSD, do CDS e do Chega, com a sua abstenção e do Partido Socialista. É um facto, a posição está claríssima, só não vê quem não quer, Sr. Deputado.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Apoiado!

A Oradora: O senhor quer que os açorianos paguem no máximo 134 euros por viagem. Foi o que nós dissemos. O senhor quer que os estudantes paguem só 99 euros. Foi o que nós dissemos. Não consigo perceber onde é que está a diferença da sua recomendação e da anteproposta de lei que já foi aprovada aqui nesta Casa e que está bem clara e bem assumida para todos.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Se não há diferença, não há problema. É a conclusão.

A Oradora: E os açorianos sabem bem e viram bem na altura, no dia que essa anteproposta foi aprovada aqui nesta Assembleia, quem é que realmente queria

que eles apenas pagassem 134 euros por uma passagem.

Obrigada.

Deputado José Pacheco *(CH):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, tem a palavra, faça favor.

(*) Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta parece que é a semana de desmascarar o Bloco de Esquerda.

Deputado António Lima *(BE):* Vai ter de trabalhar muito!

O Orador: Não sei porquê, o senhor escolheu propositadamente esta semana para demonstrar como o senhor utiliza o seu mandato, em nome do Bloco de Esquerda, para tentar desvirtuar aquilo que é a realidade.

Nós estamos aqui essencialmente, hoje, neste momento, no final da semana plenária de junho, a discutir este último diploma, este último ponto da agenda, por duas razões essenciais: a primeira delas é porque o Bloco de Esquerda não se conforma de nós termos aqui garantido esta semana uma alteração legislativa que assegura tudo aquilo que o Bloco de Esquerda escreveu neste projeto de resolução. E, então, não conformado com isso, achou que tinha também de mostrar uma iniciativa da sua autoria.

Deputado José Pacheco *(CH):* Tem de ser o Chega!

O Orador: Não se percebe porquê, porque nós, de uma forma humilde e democrática, na iniciativa proposta pelo partido Chega, fizemos as propostas de alteração que achávamos que eram necessárias.

Deputado António Lima *(BE):* Sim…

O Orador: Dessa forma também e pelo nosso voto favorável assegurámos as

regras que eram essenciais para, na anteproposta de lei deste Parlamento para a Assembleia da República, ficar assegurado estes princípios…

Deputado António Lima *(BE):* Não fica assegurado!

O Orador: … que o Bloco de Esquerda aqui quer vir trazer. Essa é a primeira razão por que aqui estamos. É uma questão de oportunismo político do Bloco de Esquerda a tentar, mais uma vez, levar este Parlamento a fazer uma coisa que se tornou habitual no seu partido e em V. Exa., que é: quanto mais sozinho, mais quer obrigar os outros a dar-lhe razão. É mais ou menos isto. É uma espécie de ditadura: quanto mais só, mais os outros estão obrigados a dar-me razão. E, portanto, é a ditadura da minoria bloquista que o senhor parece que quer impor a este Parlamento.

E a segunda razão é que nós só estamos aqui a trabalhar esta matéria e a melhorá-la depois dos últimos nove anos de vigência, porque ela foi criada por um Governo do Partido Social Democrata e do CDS. Foi criada esta medida…

Deputado António Lima *(BE):* Mal feita!

O Orador: … precisamente para salvaguardar aquilo que os senhores e o Partido Socialista nunca quiseram que existisse, que foi a liberalização do espaço aéreo, sem pôr em causa a mobilidade dos açorianos.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Muito bem! Bem lembrado!

O Orador: E até melhorou para menos de metade o valor que habitualmente os açorianos pagavam em termos de obrigações de serviço público por uma viagem para o continente.

E, portanto, estamos aqui por duas razões, que para o Bloco de Esquerda são uma profunda frustração. A primeira é que não teve a coragem e não teve a capacidade de contribuir para uma anteproposta de lei, que melhorou um diploma que nós todos queremos melhorar, para garantir estes princípios que o Bloco de Esquerda aqui inclui.

Deputado António Lima *(BE):* O senhor nem sabe o que lá estava!

O Orador: E a segunda grande frustração é que fomos nós, não foi nem o senhor na geringonça, nem a pressionar ou a condicionar a ação do Partido Socialista ou a servir-lhe de bengala que criou o subsídio social de mobilidade. Não aumentou a mobilidade dos açorianos.

E até lhe digo mais, Sr. Deputado, para demonstrar a sua hipocrisia. O senhor teve a oportunidade de, aqui, esta semana, dizer que era a favor disto, que era a favor destas medidas e de votar a favor do diploma que aqui aprovámos, a anteproposta de lei. Nem isso o senhor teve coragem, absteve-se.

E digo-lhe mais, até na Tarifa Açores o senhor foi capaz de acompanhar o Partido Socialista, mais uma vez, também no Plano para 2024, votar contra a Tarifa Açores. Portanto, em termos de mobilidade, os senhores não conseguem acertar uma. E vêm sempre a correr atrás de um prejuízo.

Deputado Paulo Gomes *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Os senhores não percebem é o funcionamento de uma democracia, em que há uma maioria relativa que dialoga, que é capaz de aprovar e que é capaz de fazer propostas de alteração dos outros partidos.

Deputado António Lima *(BE):* Grande diálogo que o senhor faz!

O Orador: O senhor não está habituado a isso. O senhor está habituado a decidir tudo sozinho. Sr. Deputado, nós não vamos contribuir para esse papel.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima, tem a palavra, faça favor.

(*) Deputado António Lima *(BE):* Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, começo por dizer que, ao contrário do que disse o Sr. Deputado Nuno Barata, esta proposta não recomenda qualquer limitação à liberdade das agências de viagens. Como não leu o que está escrito, quer trazer para este debate uma mentira. Se quisesse ler e quisesse dizer a verdade, tinha lido o que está na resolução, que diz o seguinte: "Apenas poderá ser imposto um limite, para efeitos de elegibilidade no âmbito do subsídio social de mobilidade, à taxa de emissão do bilhete."

Deputado Nuno Barata *(IL):* Não é a mesma coisa!

O Orador: O que isso significa é que a agência de viagens pode cobrar 2 mil euros para emitir o bilhete, 3 mil euros, o que quiser. Elegível é um determinado valor definido por lei, que é uma coisa muito diferente.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Claro!

O Orador: Mas o senhor quis vir aqui trazer um argumento para poder votar contra. Bem, nós sabemos que é isso que quer. Pode votar contra, mas arranje um argumento melhor, porque esse é falso, liminarmente falso!

Em segundo lugar, eu referi, tanto na justificação da urgência, como na apresentação da iniciativa, que se não fosse por outros motivos, porque há outros, e já lá vou, a anteproposta de lei que se aprovou aqui veio tarde, já foi, foi ultrapassada pelos acontecimentos. Aquilo que o Ministro anunciou é que daqui a dias vai fazer alterações no subsídio social de mobilidade. Primeiro.

Em segundo lugar, em setembro termina o trabalho. Está ali a Sra. Secretária, que não me deixará mentir, porque sabe exatamente o que é que se terá dito nessa primeira reunião. A proposta que saiu daqui não vai ser votada até setembro. Se conseguirem que ela seja votada e aprovada da forma como está, é um problema, porque em português aquilo não está muito bem. Se conseguirem, muito bem. Mas tenho dúvidas. Aliás, então para que seria o grupo de trabalho se nós temos já uma proposta aprovada? Então o grupo de trabalho não teria sentido.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Claro!

O Orador: Então acabava-se com o grupo de trabalho. E o Governo nem estava lá representado. Agora, se há grupo de trabalho e se esse grupo de trabalho vai fazer alguma coisa, é preciso que o Governo tenha, na nossa opinião, uma posição clara sobre determinados aspetos.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas *(Berta Cabral):* Já tem!

O Orador: E nós achamos que os aspetos que estão aqui são importantes serem debatidos: preço máximo; questão da limitação do teto máximo à tarifa ou, no caso que aceitamos e concordamos, à taxa de emissão de bilhete.

E há outras questões que não vi ninguém se pronunciar. Concordam que haja limites de viagens anuais ou não? Concordam ou não? É que se não concordam, então podem votar contra. Mas se concordam que não haja limites de viagens, então têm de aprovar a resolução. Se concordam com o que está aqui, porque é que não aprovam?

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas *(Berta Cabral):* Porque é que estão a inventar coisas?

O Orador: Se estão de acordo, se é igual à anteproposta de lei, que não é, então porque é que não aprovam? Uma anteproposta de lei, em que passamos meia hora a interpretar aquilo que o Chega queria que estivesse lá escrito e que ninguém sabia, nem o próprio. Em que o Chega passou aqui meia hora sem sequer dizer que verba é que faltava. E o Sr. Deputado João Bruto da Costa nem sabia o que é que lá estava escrito, não sabia que aquela proposta impunha um teto máximo ao subsídio social de mobilidade.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* O senhor é que sabia!

O Orador: E que foi preciso alguém dizer que está mal escrito, que estava a impor um teto máximo. E os senhores tiveram que alterar e passaram uma vergonha. Foi uma vergonha!

(Neste momento, o Deputado José Pacheco mostrou um documento à câmara)

A alterar uma proposta mal feita, feita com os pés, que não tinha ponta por onde se pegasse. Ó Sr. Deputado João Bruto da Costa, humildade… Foi, de facto, um gesto, não de humildade, mas uma humilhação que o senhor passou aqui esta semana.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, faça favor.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras *(CDS-PP):* Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda vem, então, após esta última intervenção, mais uma vez, ao registo que já nos habituou nesta Casa.

Deputado António Lima *(BE):* A senhora também já nos habituou ao seu registo, começa sempre assim!

A Oradora: A levantar questões que nem sequer foram levantadas. Já está a antever e já está a levantar problemas que não foram falados, a levantar um manto de suspeição para dar importância à sua iniciativa.

Quanto a esta iniciava, e não me vou alongar muito quanto a esta matéria, porque foi amplamente discutida na passada terça-feira, a verdade é que esta iniciativa é, sem dúvida, um oportunismo político por parte do Bloco de Esquerda, porque foi aprovada uma anteproposta de lei na terça-feira, nesta Casa, e o Bloco de Esquerda, não satisfeito, vem apresentar agora esta recomendação. E está a fazer aqui inúmeras críticas à anteproposta de lei. Até foi uma matéria que trouxe a esta Casa, temos de o reconhecer, mas não apresentou qualquer proposta de alteração para melhorar a iniciativa. Porquê? Porque tinha de ser uma iniciativa sua, do Bloco de Esquerda.

Deputado José Sousa *(CH):* Se quisesse participar, teria feito propostas de alteração. Agora quer ser o dono da razão sozinho.

A Oradora: A verdade é que foi isso que esta iniciativa veio exatamente revelar. A verdade é que, na nossa análise, os aspetos que importa relevar estão plasmados na iniciativa que foi aqui aprovada. E quantas vezes falámos na centralidade do Parlamento? A verdade é que houve uma anteproposta de lei que foi aprovada nesta Casa. E é nesse sentido que o Governo Regional tem de se pronunciar, dada a centralidade do Parlamento, do que foi a posição dos partidos, do que foi a discussão e do que foi a iniciativa que saiu desta Casa. É assim que as coisas funcionam.

E, portanto, vir dizer que agora esta iniciativa é que vai resolver todo o manto de suspeição que o senhor quer levantar a esta questão, para além daquilo que já foi afirmado e que saiu na anteproposta de lei, isso não é verdade.

Isto, sem dúvida, na nossa análise, é um oportunismo político de uma matéria que o senhor tinha trazido anteriormente a esta Casa. E não satisfeito, porque não foi a sua iniciativa que foi aprovada, traz agora aqui uma recomendação, como se esta recomendação é que fosse fazer as garantias todas daquilo que entende. Não, a anteproposta de lei que foi aprovada terça-feira, nesta Casa, vincula a posição deste Parlamento, dos representantes dos açorianos quanto a esta matéria.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e dos Membros do Governo)

A Oradora: E, como tal, Sr. Deputado, por parte do Grupo Parlamentar do CDS, não podemos acompanhar esta matéria. Já transmitimos, quer neste debate, quer com a nossa votação de segunda-feira, quer em outros momentos públicos em que o CDS se pronunciou, qual é o nosso entendimento sobre isso, validado pela anteproposta que foi aprovada na passada terça-feira. E, portanto, é isso que serve de base de trabalho para o Governo Regional.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Luís Leal, tem a palavra, faça favor.

(*) Deputado Luís Leal *(PS):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista está, como sempre esteve e estará, disponível para alterar aquilo que tem de ser alterado, desde que aquilo que nos reja seja o princípio da continuidade territorial.

O Sr. Deputado João Bruto da Costa gosta muito de fazer analepses políticas, mas eu também relembro que foi o Governo dos Açores do Partido Socialista que negociou e implementou o subsídio social de mobilidade. Não se lembra, mas eu relembro.

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* O que o Governo do Partido Socialista dizia acerca da liberalização!

O Orador: Agora, eu vou relembrar-lhe de uma coisa: é o Governo da República do PSD e do CDS que quer impor um teto 600 euros.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Muito bem!

O Orador: Isto significa que, a partir do momento que esteja em vigor e alguém tenha de comprar uma passagem a 800 euros, vai ter de pagar o triplo daquilo que paga hoje em dia. E portanto é preciso dizê-lo e é preciso não esquecer. O Partido Socialista não aceita a imposição de um teto e é preciso que se relembre.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Flávio Soares *(PSD):* Francisco César, em 2014, não dizia isso, Sr. Deputado!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Nuno Barata, tem a palavra.

(*) Deputado Nuno Barata *(IL):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu até cometo algumas gafes na colocação de vírgulas nos meus textos e até me embrulho às vezes a ler aquilo que escrevo.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades *(Paulo Estêvão):* Não, não muitas vezes!

O Orador: Tem a ver com uma dislexia que tenho de infância e que é difícil de combater. Não é como a "ia", nem como o "mio", nem como a "foia", nem como a "taia", nem como o "taião", mas é um facto.

Mas há uma coisa que eu sei: ler e interpretar português. São sete anos de estudos humanísticos, mais cinco de universidade, incluindo o mestrado, obviamente.

E, portanto, eu olhei para este projeto de resolução e vi logo aqui o pitafezinho do Bloco de Esquerda. Não é verdade que, de facto, esteja aqui que as agências não podem pôr a taxa de 2000 euros. É elegibilidade. Mas o efeito é precisamente o mesmo.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* É verdade!

O Orador: Pior, o Bloco de Esquerda, que é o defensor dos pobrezinhos, o que vai permitir com isso é que os ricos continuem a viajar por 134 euros e que os pobres fiquem em terra, porque é isto que o Bloco de Esquerda quer. O que o Bloco de Esquerda quer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, é acabar com o sistema liberal de transporte de passageiros e que nós fiquemos todos dependentes de companhias estatais, de preferência com a estrela vermelha na cauda e com uma foice e um martelo amarelo na frente.

Deputado António Lima *(BE):* Antes era uma mentira, agora arranja uma coisa absurda!

O Orador: Se desaparecesse de lá a bandeira da União Europeia, então era mesmo perfeito. Se desaparecesse o amarelo e o azul da bandeira da Ucrânia, fantástico.

Deputado António Lima *(BE):* Ucrânia?

O Orador: A estrela de Israel? Extraordinário! Era isso que o Bloco de Esquerda queria.

Felizmente, os portugueses e os açorianos estão a pôr o Bloco de Esquerda no lugar certo, de onde ele nunca deveria ter saído!

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Olivéria Santos, tem a palavra.

(*) Deputada Olivéria Santos *(CH):* Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Sr. Deputado António Lima, o senhor tanto que criticou a proposta, mas nem uma proposta de alteração fez, Sr. Deputado.

Deputado António Lima *(BE):* Fiz uma proposta antes!

A Oradora: Nós, o Chega, ao contrário do Bloco de Esquerda, não tem palas nos olhos. Não tem, Sr. Deputado. A gente sempre disse, desde a primeira hora que essa proposta deu entrada na Assembleia, que estávamos disponíveis para trabalhar a proposta em conjunto, porque, para o Chega, em primeiro lugar estão os açorianos e não as ideologias do partido.

Deputado José Pacheco *(CH):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

A Oradora: Para o Bloco de Esquerda, é claro que o partido está primeiro e só depois, mas muito depois, é que vêm os interesses dos açorianos.

Muito obrigada.

Deputado José Sousa *(CH):* Sozinhos!

Deputado José Pacheco *(CH):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sra. Secretária Regional do Turismo e Mobilidade, tem a palavra, faça favor.

(*) Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas *(Berta Cabral):* Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Lima, os pontos resolutivos da sua resolução foram mais do que debatidos esta semana, nesta Assembleia. Já aqui foi dito. Foi aprovada uma anteproposta de lei que tem exatamente isto, alínea a), alínea b) e alínea c)…

Deputado António Lima *(BE):* Não.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Não tem.

A Oradora: Já lá vou ao resto.

E estamos todos de acordo com isto. O Governo foi o primeiro a defender estas posições. E estamos de acordo que a Assembleia também as defenda. Quanto mais defenderem, melhor vamos para as negociações e para o trabalho do grupo de trabalho. E, portanto, isto está mais do que claro, faz parte da anteproposta de lei, foi aprovado por esta câmara, corresponde àquilo que nós sempre defendemos. Sempre! Tenho inúmeras declarações públicas sobre isto, a defender exatamente pagar aquilo que é o valor líquido da tarifa de residente, seja ela os 134 euros, seja os 119 euros, seja a de estudante, seja para Lisboa, seja para a Madeira. Defendemos isto desde o início. Está no nosso programa eleitoral. Não vamos

defender nada de diferente disto que aqui está. Portanto, não precisamos de uma recomendação para defender exatamente a alínea a), a alínea b) e a alínea c). Eu defendi em comissão, defendi publicamente e já defendi em debates. Isto está mais do que assumido. É isso que nós vamos fazer.

Já houve a primeira reunião, vai haver a segunda. O prazo limite é 15 de setembro. Poderá ser prorrogado ou não, mas é 15 de setembro. É isto que está definido na anteproposta de lei. É isto que os representantes dos Açores no grupo de trabalho vão defender. Não tenha dúvida nenhuma.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

A Oradora: Mas quando nós chegamos à alínea d), Sr. Deputado… Eu vou ler: "Recusar quaisquer outras medidas limitadoras ao direito de mobilidade por via aérea." Até aqui tudo bem. Agora, eu pergunto: qual é a ideia de dar estas ideias e colocar isto no Diário da República ou no Jornal Oficial? Qual é a ideia?

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e dos Membros do Governo)

O que é que o senhor pretende quando diz "não aceitar outras medidas limitadoras", e vamos ouvir, "entre as quais, a limitação do número de viagens"? Alguém falou nisto alguma vez?!

Deputado António Lima *(BE):* Qual é o problema?

A Oradora: "Definição de horários de viagens." Alguém falou nisto alguma vez?! "Exclusão da elegibilidade para reembolso do subsídio social de mobilidade de tarifas económicas que incluam bagagem." Alguém falou nisto alguma vez?!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e dos Membros do Governo)

E mais: "E outros constrangimentos ao modelo existente." Acha isso normal?! Acha normal inventar, especular e colocar no Jornal Oficial medidas restritivas que nunca foram faladas?!

Deputado António Lima *(BE):* Inventar?!

A Oradora: Olhe, peço imensa desculpa, mas o Sr. Deputado gostaria mesmo era que acabasse o subsídio de mobilidade, porque isto não se escreve em lado nenhum! Isto é só dar ideias, que nunca foram faladas, nunca foram ventiladas. E nenhum de nós quer que isto alguma vez passe pela cabeça seja de quem for.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) Deputado António Lima *(BE):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Nuno Barata, apanhado na mentira, o senhor recorreu ao insulto. Lamento.

Deputado Nuno Barata *(IL):* Não, não!

Deputado José Pacheco *(CH):* Dizer verdades não é insulto, são verdades!

O Orador: Não posso deixar de lamentar essa postura, aliás, pouco democrática

e que nem sequer dignifica esta Casa. Não é a minha postura no debate, lamento que seja a sua. E é, de facto, triste que assim seja.

Sra. Secretária, então estamos todos de acordo sobre os primeiros pontos. Não há problema. A senhora diz que o Governo vai defender isto no grupo de trabalho. Ainda bem.

Mas então choca-se com recomendações sobre possíveis limitações ao subsídio social de mobilidade. Choca-se, porquê? Mas qual é o problema de estar publicado? Qual é o seu medo? Diga lá! Mas não concorda com o que está aqui?

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas *(Berta Cabral):* Não!

O Orador: Não concorda? Mas então estão a levantar suspeitas?! Mas quais suspeitas?

Deputada Catarina Cabeceiras *(CDS-PP):* A questão não é essa!

O Orador: Então, Sra. Secretária, diga-me lá: quem foi a primeira pessoa a dizer que vai impor uma restrição ao direito à mobilidade dos açorianos? Quem foi? Eu pergunto. E responda-me! Quem foi? Foi o Ministro do seu Governo na República, que disse: a partir de 600 euros, desenrasquem-se.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas *(Berta Cabral):* Ó senhor, não invente!

O Orador: E acha que nós não temos de estar preocupados quando vem cá o Ministro?! Aliás, até tratou mal, na comissão, os Deputados do Bloco, do PSD, do PS, tratou mal toda a gente. E vem cá dizer que é 600 euros e não mais, mas está disponível para não deixar ninguém para trás.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas *(Berta Cabral):* Ninguém disse isso!

O Orador: Como é que isso se faz? E acha que nós não temos de estar preocupados se há outras limitações que podem surgir?! Não temos de estar preocupados?! Suspeitas?! Não são suspeitas. Já propuseram a imposição. O

Ministro disse claramente que dentro de semanas vai impor essa limitação. E nós é que temos suspeitas?! Ó Sra. Secretária, convenhamos… Nós é que temos suspeitas?!

Então, se estão de acordo, não seja por isto estar escrito no Diário da República, porque já está escrito, está no site do Parlamento. É por estar no Diário da República que vai causar algum problema?! Então, se concordam, aprovem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Nuno Barata, tem a palavra.

(*) Deputado Nuno Barata *(IL):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aqui neste debate… Aliás, debate que eu nem sequer devia estar a fazer, porque este debate está ferido de legalidade. Isso, logo à partida.

Deputada Catarina Cabeceiras *(CDS-PP):* Exatamente!

O Orador: Mas a câmara decidiu contra a minha primeira intervenção e, portanto, vamos por aí adiante.

Deputado José Pacheco *(CH):* Este debate já se fez!

O Orador: Eu nem uma única vez, em uma única das minha palavras, menti neste debate, como disse o Sr. Deputado António Lima!

Mais, o Sr. Deputado António Lima está habituado a dizer os maiores impropérios nesta câmara. E quando leva de retorno qualquer coisa, arma-se em Calimero ofendido.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Fica ofendido!

O Orador: Eu não ofendi ninguém. Eu disse aquilo que eu penso sobre o Bloco de Esquerda. Eu não acredito na ideologia do senhor. E o senhor tem todo o direito de ser o que o senhor é. Nunca chamei aqueles nomes que outras pessoas chamam. Nunca chamei ao Sr. Deputado, ao seu partido. Nunca chamei.

Deputado António Lima *(BE):* Não, não…

O Orador: O senhor pode ir buscar os diários das sessões todos, é muito fácil

hoje em dia.

Deputado António Lima *(BE):* Isto não é um debate sobre o Bloco de Esquerda!

O Orador: Agora, o senhor não pode é armar-se em ofendido quando eu lhe digo que o senhor o que quer é acabar com isto tudo. O senhor quer acabar com a liberalização do espaço aéreo para os Açores. O senhor quer acabar com as companhias privadas nos Açores. Para si, bom era termos só a SATA e a TAP, e a gente continuar a pagar o que essas companhias quisessem, porque são estatais e, como são estatais, podem fazer o que querem e o que lhes apetece. Mas não vai ter essa sorte. E sabe porque é que não vai ter essa sorte? Porque este país foi governado por socialistas durante os últimos 50 anos e deram cabo da SATA e da TAP.

Deputado João Vasco Costa *(PS):* Não apoiado! Da SATA deram cabo aqueles senhores!

O Orador: E nós vamos ter a certeza absoluta em breve, porque a TAP vai ter de ser vendida, a SATA vai ter de ser vendida. E nós ainda vamos gritar pelas companhias *low cost* para voar para os Açores, que só vão voar precisamente quando a TAP e a SATA deixaram de lhes fazer concorrência.

Deputado José Pacheco *(CH):* Exatamente!

O Orador: Mais. Vez alguma eu disse nesta Casa, nesta câmara, que ia votar contra essa resolução, vez alguma. Tal como eu votei de abstenção a anteproposta do Chega.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Não me desiluda agora!

O Orador: Por uma razão muito simples, e que a Sra. Secretária Regional acabou de dar uma achega, que é o facto de, mexendo neste assunto, depois de ter ouvido o Sr. Ministro de Estado da forma como eu ouvi e o senhor ouviu na Comissão de Economia, eu ter muitas dúvidas se nós, no fim deste processo que adamos a revirar, não vamos ficar pior do que estamos.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa** *(PSD):* Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Mais uma vez, o Sr. Deputado António Lima, do alto da sua arrogância…

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Credo!

O Orador: … na retórica utilizada para se dirigir às outras bancadas, vem querer passar falsidades por verdades. Só porque o senhor diz mais alto ou com mais, enfim, eloquência, ou então acredita mesmo na mentira que está a dizer… O senhor disse aí que o Sr. Ministro disse que os açorianos iam pagar mais de 134 euros porque ia estabelecer um limite a partir do qual os açorianos pagam. Eu vou ler o que está no relatório da comissão, que o senhor aprovou e que o senhor assistiu, que é para os açorianos saberem com quem é que estão a lidar. Numa terceira nota, página 70 do relatório, o Sr. Ministro reiterou…

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Mas há uma primeira nota!

O Orador: … que nenhum açoriano ficará de fora, que nenhum açoriano pagará mais de 134 euros. Está aqui escrito assim e depois tem ponto final: "Nenhum açoriano pagará mais de 134 euros."

Deputado Carlos Silva *(PS):* Com um teto de 600 euros, como é que o senhor garante isso?

O Orador: Vamos falar de português, Sr. Deputado António Lima, que achou que foi uma humilhação para mim eu tentar, de forma penso que humilde, dar um contributo para a resolução de um diploma que estávamos a aprovar nesta Casa. O senhor achou que era uma humilhação. Eu não sei o que é que será para si essa sumidade na língua portuguesa, como o senhor acabou de se declarar. O que é que o senhor entende pela alínea c) do seu projeto de resolução? "Apenas poderá ser imposto um limite, para efeitos de elegibilidade no âmbito do subsídio social de mobilidade, à taxa de emissão de bilhete." Diga-me lá, em português, Sr. Deputado António Lima, se isto não quer dizer assim: se, por acaso, a taxa de

emissão de bilhete for acima do limite que está definido para efeitos de elegibilidade, paga o zé povinho.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Muito bem!

Deputado António Lima *(BE):* Não foi o que o senhor aprovou?

O Orador: Porque para elegibilidade há um limite.

Ó Sr. Deputado, eu percebo que o senhor nunca percebeu o que é que estamos a discutir e apenas quer fazer populismo e demagogia…

Deputado António Lima *(BE):* Sim, sim…

O Orador: … com uma medida, um pouco à semelhança do que fez ali o Sr. Deputado Luís Leal, que, pelos vistos, também não leu a alínea c) do seu projeto de resolução ou do Bloco de Esquerda.

Deputado João Vasco Costa *(PS):* Não apoiado!

O Orador: Mas, em termos de português, o que está aqui escrito é que se uma agência de viagens…

Deputado António Lima *(BE):* Foi o que o senhor aprovou!

O Orador: … cobrar uma taxa de emissão de bilhete superior àquela que seja definida como limite para elegibilidade, essa taxa de emissão a mais da elegibilidade… Não sei quem é que vai pagar. Eu estou a dizer que é o zé povinho. O senhor vai-me dizer, certamente, que deve ser outra pessoa qualquer que vai pagar essa taxa de emissão.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Se for mais do que 600 euros, quem é que paga?

O Orador: Pior do que isso é que os senhores estão aí a inventar um fantasma sobre o que os açorianos vão pagar.

Nós aprovámos aqui nesta Casa uma anteproposta de lei, é a posição deste Parlamento, não obstante a vossa abstenção, para dizer que, no âmbito desta legislação do subsídio social de mobilidade, e tal como disse o Sr. Ministro em comissão aos açorianos e a V. Exa., nenhum açoriano pagará mais de 134 euros para viajar para o continente, e as outras tarifas relativamente aos estudantes, à

Madeira e aos Açores.

Deputado Nuno Barata *(IL):* Nunca disse isso! Disse que nenhum açoriano ficaria de fora!

O Orador: O Sr. Deputado Nuno Barata já fez questão de vos confrontar, mas eu acho que talvez deva enfatizar esse confronto. Os senhores estão muito preocupados: como é que eu agora vou pagar quatro viagens a mais de 600 euros se eu só tenho 2400? Coitadinho de mim… Os senhores ainda não se lembraram uma única vez de quem não pode pagar 600 euros.

Deputado António Lima *(BE):* Oh, senhor…

O Orador: Quem não pode pagar 600 euros e que chega à agência de viagens ou à companhia aérea, quando lhe pedem 600, 700 ou 800, as pessoas não viajam não é porque não vão receber o reembolso, é que não têm para adiantar.

Deputado José Pacheco *(CH):* Exatamente!

O Orador: E o que nós estamos a resolver é que as pessoas deixam de ter de adiantar mais do que 134 euros! E é isso que o senhor tem inveja e não conseguiu resolver até hoje, Sr. Deputado! E, portanto, seja sério!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e dos Membros do Governo)

Se calhar, Sr. Deputado, humilhe-se de vez em quando, olhe para trás e veja se alguém se humilha consigo.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Leal, tem a palavra.

(*) Deputado Luís Leal *(PS):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado João Bruto da Costa, o senhor criou um paradoxo político.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Leu a alínea c)?

O Orador: Explique bem a esta Casa: se alguém comprar uma passagem a 800 euros e se a tarifa é de 134 euros, qual é a diferença entre os 600 e os 800 mais os 134 euros que vai pagar? Quer que eu lhe diga? São 334 euros.

Deputado Carlos Silva *(PS):* É o triplo!

O Orador: É mais do que aquilo que paga hoje em dia. Ponto. Isto é matemática, não é demagogia!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima, tem a palavra.

(*) Deputado António Lima *(BE):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu não vou entrar numa discussão nem sobre a natureza dos partidos nem sobre a sua ideologia. Eu vou manter uma atitude de respeito por todos, porque, de facto, respeito é aquilo que não tem havido neste debate, o que é absolutamente lamentável.

Deputado João Vasco Costa *(PS):* Bem lembrado!

O Orador: Mas não posso deixar de começar por dizer que, no que diz respeito ao modelo do subsídio social de mobilidade que está em vigor, ele é uma compensação por uma medida, que é o fim das obrigações de serviço público. E essa medida, ou seja, essa liberalização, não vem sem fatura. E a fatura, como é óbvio, é o custo com o subsídio social de mobilidade. E é um custo que nós consideramos que é importante e que, perante a liberalização do espaço aéreo, tem de existir, porque senão nós não estaríamos a pagar 134, estaríamos a pagar muitas

vezes 400, 500, 600 euros. Isso é limpinho, como é evidente. E só com essa intervenção do Estado é que a maior parte dos açorianos, ou pelo menos uma parte dos açorianos, consegue viajar, consegue sair daqui. De outro modo, não conseguia. Se fosse o mercado a funcionar, a maior parte das pessoas ficaria presa nos Açores. Por isso, para quem quer o mercado, seria essa a consequência.

Deputado Nuno Barata *(IL):* Não é verdade!

O Orador: E sobre aquilo que disse o Ministro das Infraestruturas, Sr. Deputado João Bruto da Costa, o senhor não esteve ou se calhar não ouviu bem, o que está transcrito no relatório e que foi dito na Assembleia da República, que foi dito na Assembleia Legislativa e está nas conclusões que o PSD aprovou, o Ministro das Infraestruturas e Habitação defende a limitação do custo total elegível máximo, que nos Açores poderá ser de 600 euros, tal como nas viagens entre a Região Autónoma dos Açores e a Madeira.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Quem é que paga?

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* E o resto?

O Orador: Na Madeira, esse limite é de 400. Diz o senhor que ninguém vai ser prejudicado. Ora, o Ministro diz que há um limite, há um teto, mas que ninguém vai pagar mais do que 134 euros. Mas como é que isso se faz? Aquilo que ele não explicou é como é que isso se faz. Disse, convictamente, por várias vezes até se zangou, que tinha de haver um limite.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas *(Berta Cabral):* Diz que poderá!

O Orador: Não, Sra. Secretária. Disse que tinha de haver um limite, que poderia ser outro, poderia ser aquele, poderia ser os 600 ou outro limite, mas tinha de haver um limite, e que ninguém sairia prejudicado. Como é que isso se faz? Não explicou. Daí a necessidade de precaver todas essas situações.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas *(Berta Cabral):* Não é inventar!

O Orador: A intenção de limitar custos por via dos abusos que existem. Claramente, será o cidadão a pagar, nessa lógica, que nós queremos evitar.

E queremos, neste momento, apoiar o Governo a evitar qualquer limitação. Nós não estamos a criar dificuldades ao Governo. Nós estamos a dar força política ao Governo para defender os Açores. Quem está a ver isso como um ataque não está a perceber o que é que se está aqui a passar, Sra. Secretária.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas *(Berta Cabral):* Nós estamos todos a perceber o que é que o senhor quer!

O Orador: Não está a perceber. Fica o Governo mais apoiado com esta resolução ou sem esta resolução? Eu julgo que fica mais apoiado com esta resolução.

Agora, quem acha que tudo é um ataque e que defender os Açores e que defender o nosso direito à mobilidade é um ataque, bem, é porque está sempre a olhar por cima do ombro e acha que tudo é um ataque ao Governo. Não. Sra. Secretária, devia olhar para esta proposta como um apoio à posição do Governo Regional dos Açores no âmbito de uma negociação. A senhora quer usar como um ataque, olhe, então vá com os argumentos que tiver, mas depois não se admire que o resultado não seja aquilo que quer e o resultado seja criticado aqui.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas *(Berta Cabral):* Isso é um conjunto de suspeições!

O Orador: E espero que não seja, porque seria bom sinal.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, tem a palavra.

(*) Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Continuo à espera. Esperava, Sr. Deputado António Lima, que o senhor, humildemente ou humilhando-se, reconhecesse que não escreveu aqui algo que seja do interesse dos açorianos.

Deputada Inês Sá *(PS):* Humilhando-se?!

O Orador: E penso que ninguém está de acordo que existam taxas de emissão superiores àquilo que seja elegível para efeitos de subsídio social de mobilidade. Mas, certamente, o senhor vai ter a oportunidade ainda, com mais uma ou duas intervenções, de fazer uma substituição integral e corrigir mais esta asneira, para além daquela outra de se ter esquecido dos estudantes.

Mas houve aqui outro pormenor que aprovámos esta semana, que eu penso que é importante também para os açorianos, para o futuro, que nós, mais uma vez, aprovámos em termos de anteproposta de lei, que é a possibilidade de reemissão do bilhete, que atualmente não existe, como sabem.

Deputado António Lima *(BE):* E os 600 euros?

O Orador: Tirando a tarifa mais alta, a variável, não há possibilidade, sem penalizações não elegíveis, de fazer reemissões de bilhete. E nós acrescentámos, pelo menos, uma reemissão de bilhete, para, precisamente, mais uma vez, ir ao encontro daqueles açorianos que não podem adiantar 600, 800 ou 1000 euros por um bilhete de ida e volta.

Deputado Nuno Barata *(IL):* As agências estão a fazer esse papel!

O Orador: Sr. Deputado Luís Leal, o que está escrito na anteproposta de lei que fizemos e aquilo que existe e que continuará a existir em termos de proposta legislativa que foi feita por esta Casa e aprovada por maioria democrática, não por maioria absoluta aí só do vosso partido, é que os açorianos não pagam mais do que 134 euros numa viagem para o continente. E ficou no artigo 4.º, n.º 1, da Anteproposta de Lei, para a Assembleia da República: "O subsídio social de mobilidade equivale à diferença entre o valor do bilhete pago e o valor dos 134 euros." E, portanto, os senhores podem querer vir com muitas teses e fazer grande folclore em torno daquilo que são as necessidades que há, que todos nós reconhecemos, de melhorar o sistema para não haver estas fraudes que temos conhecido ultimamente. Por isso, também impusemos, aí sim, o valor máximo para a taxa de emissão. E não aquilo que o Bloco de Esquerda propõe, que é o

valor máximo elegível, é muito diferente, como sabe.

Sr. Deputado António Lima, ainda tenho um pouco mais de tempo do que V. Exa. e vou usar todo o tempo para o desmentir…

Deputado António Lima *(BE):* É uma pena!

O Orador: … e repetir que o Sr. Ministro o que disse na comissão, por três vezes, foi que nenhum açoriano ficará de fora, nenhum açoriano irá pagar mais do que 134 euros.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Como é que faz isso com um teto de 600 euros?

O Orador: Por isso é que nós temos uma anteproposta de lei, por isso é que temos uma legislação que não permite que os açorianos paguem mais do que 134 euros. E o senhor quer fazer sua esta proposta. Não foi sua esta proposta, não será sua, não foi o senhor que alguma vez se lembrou de fazer esta proposta.

Deputado António Lima *(BE):* Foi, foi! Muito antes de si!

O Orador: Como já foi dito aqui anteriormente, V. Exa., por si, continuava a ajudar o Partido Socialista a manter-nos sem a liberalização do espaço aéreo e a pagar mais de 300 euros para viajar para o continente.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Nuno Barata, tem a palavra.

(*) Deputado Nuno Barata *(IL):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu peço a palavra mais uma vez para reiterar que não foi por acaso que a Iniciativa Liberal se absteve no diploma do Chega.

Deputado José Pacheco *(CH):* E mal!

O Orador: Isso deve ser porque fui durante muitos anos canicultor e aprendi com os cãezinhos ir deixando umas marcas no terreno.

Reiterar mais uma vez que mexer neste assunto da maneira que se está a mexer vai-nos deixar pior do que estávamos. Eu não confio em nenhum Governo da República, seja ele de que partido for, nem que tenha lá Ministros da Iniciativa Liberal.

Deputado José Pacheco *(CH):* O senhor não confia na Iniciativa Liberal?

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Esses são os piores!

O Orador: Nem que tenha lá Ministros da Iniciativa Liberal, eu não confio em nenhum Governo da República! Nenhum! Que fique claro.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, o Sr. Ministro nunca disse que os açorianos só iriam pagar 134 euros. Nunca. E isto é que me tocou campainhas. E tocou campainhas ao Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Página 70.

O Orador: E no fim ainda fiz mais uma vez a pergunta ao Sr. Ministro. E o Sr. Ministro reiterou a mesma resposta: "Nenhum açoriano ficará para trás." O "nenhum açoriano ficará para trás" nunca foi reiterado que seriam os 134 euros. Eu já percebi o que é que a República está preparada para fazer. O que a República está preparada para fazer é atualizar um valor que tem dez anos. Percebe, Sr. Deputado Bruto da Costa? É isso que a República está preparada para fazer. É por isso que me tocam campainhas. E é por isso que eu não queria que se mexesse nesse assunto. Mas ficou marcado o terreno. E cá estaremos para discutir. Mexer neste assunto é muito perigoso. Mexer neste assunto pode deixar os açorianos pior do que aquilo que estavam.

Mais uma informação que eu vou deixar à câmara: a Ryanair, neste momento, por causa da concorrência que tem das companhias públicas, inclusivamente da TAP, que está a fazer *dumping* em bilhetes de passagem, já informou os seus colaboradores da base de Ponta Delgada para escolherem para que base do

continente é que querem ir trabalhar. Isso diz um bocadinho daquilo que vai acontecer num futuro ainda próximo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima, tem a palavra.

(*) Deputado António Lima *(BE):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu, há pouco, de facto, esqueci-me da relevante pergunta do Sr. Deputado João Bruto da Costa relativamente ao limite, para efeitos de elegibilidade, à taxa de emissão de bilhete. E vou ler aqui um texto que tenho aqui à minha frente, que diz o seguinte: "Os valores máximos da taxa de emissão de bilhete, para efeitos de elegibilidade, são os seguintes: 35 euros para os bilhetes de ida, 70 euros para os bilhetes de ida e volta." Sr. Deputado João Bruto da Costa, quem é que escreveu isto?

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Leal, tem a palavra, faça favor.

(*) Deputado Luís Leal *(PS):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Bruto da Costa, continua sem explicar quem é que suportará acima dos 600 euros. Mas são os açorianos.

A incapacidade política do PSD/Açores perante o PSD nacional é clara.

E é este Governo do PSD e do CDS da República que vai meter os açorianos a pagar pela incompetência da República. E isso não admitimos.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Incompetência do António Costa!

O Orador: Relativamente ao relatório, nós não o aprovámos, Sr. Deputado. Nós não o aprovamos.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Pacheco, tem a palavra.

(*) Deputado José Pacheco *(CH):* Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

E nem me ia meter nesta zaragata, mas cá estou eu dentro dela. Acabei de ouvir aqui uma coisa, e vai-me permitir, Sr. Deputado da Iniciativa Liberal… Em primeiro lugar, gostava de lhe dizer que eu tenho consideração pelo meu partido e estou nas coisas porque acredito. Se estivessem lá Ministros do Chega, pelo menos dava-lhes o benefício da dúvida. O senhor nem aos seus dá o benefício da dúvida.

Deputado Nuno Barata *(IL):* Não dou!

O Orador: Mas vou dizer uma coisa, que até é uma convicção muito pessoal minha: nós temos de mexer nos assuntos, por muito que nos incomodem e por muitos riscos que tenhamos de correr. Temos de mexer sempre. O mal dos Açores tem sido isto: deixa estar quieto, senão quebra; deixa estar quieto, senão estraga. Não, nós temos direito, aqui é Portugal! Nós não podemos é ser gozados todos os dias! Não é pelo facto de estarmos mais distantes do Terreiro do Paço que hão de fazer com os açorianos o que quiserem. Quem se amanhar com isso, que se amanhe. Eu nunca me vou amanhar, seja contra quem for! Temos de mexer todos os dias neste assunto e noutros assuntos, porque a pouca-vergonha que a República tem feito com os Açores é inadmissível! E não é por causa disso que eu me vou calar e dizer: deixa-me estar quieto, senão eles ainda fazem pior. Jamais!

Deputada Olivéria Santos *(CH):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) Deputado António Lima *(BE):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu fiz uma pergunta direta ao Sr. Deputado João Bruto da Costa. Perguntei quem tinha escrito o texto que li. Já percebi que o Sr. Deputado João Bruto da Costa não tem o hábito de ler as propostas, mas já percebi também que não lê as suas. Quem escreveu isso que eu li foi o senhor. Quem escreveu e aprovou uma limitação ao valor elegível da taxa de emissão do bilhete foi o senhor. O senhor estava a criticar o Bloco de Esquerda por querer impor um limite…

Deputado Nuno Barata *(IL):* É verdade!

O Orador: … e dizer para os pobrezinhos pagarem as viagens. O senhor escreveu, propôs e aprovou essa mesma limitação, Sr. Deputado João Bruto da Costa. Então, vem criticar o Bloco de Esquerda por querer impor este limite, e o senhor não sabe o que é que escreveu?! Não sabe o que é que escreveu?!

Eu bem que percebo aquela trapalhada na votação de ontem, é que o senhor não leu a proposta do Chega nem leu as suas propostas de alteração. E isso é preocupante! É uma irresponsabilidade, mais uma! Vem criticar o Bloco por uma coisa que escreveu… Bem, é preciso ter lata!

Sr. Deputado João da Costa, mas nós concordamos com essa medida, porque essa medida é importante para limitar o abuso que tem existido.

Deputado Nuno Barata *(IL):* O Cavaco apoiou o Montenegro?

O Orador: E é diferente de impor um teto à tarifa. E vamos debater isto de forma séria, se o senhor quiser. Se não quiser, eu calmo-me. É diferente impor um teto à tarifa. Impor um teto à emissão de bilhete, estamos a falar de agências de viagens. Elas não são três ou quatro, são centenas. E, como é evidente, as agências de viagens não vão — e aquelas que fizerem isso perderão clientes — partir para uma taxa de emissão de bilhete que por regra ultrapasse largamente esses limites.

Porquê? Porque vão perder clientes. É tão simples quanto isso.

O valor deve ser ajustado àquilo que é minimamente aceitável. A própria Associação das Agências de Viagens (APAVT), em comissão, admitiu e concordou com a imposição de um limite. Não há aqui nenhum problema. Até no âmbito do grupo de trabalho devem ser ouvidas, como foram em comissão, as agências de viagens. Sem dúvida. Outra coisa é impor um limite ao valor da tarifa, sujeito a elegibilidade, porque aí nós estamos a falar de centenas de operadores económicos, de agências de viagens, estamos a falar de duas ou três companhias aéreas. E aí, sim, não há escolha, o passageiro residente tem de se sujeitar aos preços praticados.

Por isso é que o senhor não explica nem explicou o Sr. Ministro como é que impõe um teto de 600, 650, 550, aquilo que for. E diz, ao mesmo tempo, que ninguém será prejudicado. Isso é a quadratura do círculo, não é possível. É o modelo da Madeira. Os madeirenses, a partir de uma tarifa de 400 euros, suportam o preço, aquele que ultrapassar esse valor. Vamos debater isto de forma séria! Mas, pelos vistos, a coligação não quer debater isto de forma séria. E nós trouxemos este assunto aqui de forma séria, levantando outras questões que podem eventualmente vir a surgir. Se não surgirem, muito bem. Agora, o problema que está colocado é sério. Há uma proposta do Ministro para impor um teto.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Não há nenhuma proposta! Onde é que isso está?

O Orador: Sr. Deputado, foi isso que ele disse.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Quer falar de forma séria?

O Orador: Foi isso que ele disse.

E nessa matéria, como é evidente, há uma intenção de criar uma possível limitação, porque há, claramente, uma questão de custo que está em cima da mesa. Nós não nos enganemos, tudo isto vai ter a um problema, que é um problema de dinheiro. Custa dinheiro. Agora, custa dinheiro, porque esta medida foi criada no

contexto em que foi, para resolver um conjunto de problemas.

E ter havido abusos, não podem nem devem ser, de modo algum, os açorianos a pagar por esses abusos. Pelos abusos de meia dúzia, não vão ser todos os açorianos a pagar. Da nossa parte, lutaremos contra isso.

Se a coligação está com receio de publicar um documento no Diário da República, bem, temos pena.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado João Bruto da Costa, faça favor.

(*) Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Lima, eu disse-lhe que não o ia deixar continuar a fazer passar uma falsidade.

E lamento, Sr. Deputado Nuno Barata, o Sr. Ministro disse, mais que uma vez, que nenhum açoriano ia pagar mais de 134 euros.

Deputado António Lima *(BE):* E a taxa de emissão?

Deputado Carlos Silva *(PS):* Mas não explicou como é que faz isso com um teto de 600 euros!

O Orador: Nós acrescentamos ainda a possibilidade, nas tarifas em que há penalização por alteração do bilhete, de os açorianos poderem alterar mais uma vez o bilhete, em termos da anteproposta de lei que fizemos.

Aquilo que eu tenho que repetir, que está no relatório, que está na audição e na transcrição, é que o Sr. Ministro o que disse foi que achava que havia a necessidade de estabelecer um limite máximo, um teto.

Deputado Carlos Silva *(PS):* E então?

Deputado António Lima *(BE):* E então? Foi o que eu disse!

O Orador: Mas que ao mesmo tempo tinha de garantir que nenhum açoriano ia pagar mais do que 134 euros.

Deputado João Vasco Costa *(PS):* Isso é falso!

Deputado Carlos Silva *(PS):* Como é que se faz isso?

O Orador: Como é que se faz isso? Certamente, Sr. Deputado, há uma regra que obriga a fazer isso. Nós aprovámo-la aqui, com a sua abstenção, na terça-feira passada.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Não é verdade!

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Não é verdade!

Deputada Joana Pombo Tavares *(PS):* E se o bilhete for de 750, como é que a gente faz?

O Orador: O valor do subsídio ser a diferença do bilhete para os 134 euros, essa regra é a regra que se aplica aos açorianos.

De resto, vou repetir as vezes que tiverem que ser necessárias aquilo que o Sr. Ministro disse na comissão: "Nenhum açoriano irá pagar mais do que 134 euros." Muito obrigado.

Deputado João Vasco Costa *(PS):* Isso é falso!

Deputado Carlos Silva *(PS):* Isso é falso!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Marlene Damião, tem a palavra.

Deputada Marlene Damião *(PS):* Prescindo.

Presidente: Para fazer uma interpelação, faça favor.

(*) Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Quando há brevíssimos segundos o Sr. Deputado João Bruto da Costa estava a reafirmar aquilo que todos os membros da Comissão de Economia e o público em geral pôde ouvir da audição do Sr. Ministro Pinto Luz, o Sr. Deputado João Vasco

Costa, em aparte, que é absolutamente legítimo e por isso mesmo releva para este efeito, disse que era falso, que o Sr. Ministro não fez aquela declaração.

E, portanto, eu peço, Sr. Presidente, o favor de os serviços providenciarem a cópia da audição do Sr. Ministro, em vídeo, para que…

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Está na videoteca! Pelo amor de Deus!

O Orador: … não subsista qualquer dúvida sobre o rigor da transcrição que foi feita pelo Sr. Relator da Comissão de Economia, o Sr. Deputado Paulo Silveira.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Será que o Sr. Deputado Joaquim Machado sabe que existe uma videoteca?

Deputada Joana Pombo Tavares *(PS):* Deixe estar, assim a gente percebe a sua indignação.

Deputado Lúcio Rodrigues *(PS):* Ó senhor, pelo amor de Deus! Vá dar missa para outro lado! Já ninguém pode com isso!

O Orador: Para que, de uma vez por todas, a bancada do Partido Socialista e a do Bloco de Esquerda não continuem a faltar à verdade dos acontecimentos, porque todos nós vimos e ouvimos o Sr. Ministro dizer o que está no relatório e que o Sr. Deputado João Bruto da Costa por diversas vezes já aqui repetiu.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Os serviços, naturalmente, irão providenciar isso. Mas isso está à distância de um clique. E o Sr. Deputado João Bruto da Costa já disse que está na página 70. Portanto, é fácil.

Sr. Deputado Nuno Barata, tem a palavra.

(*) Deputado Nuno Barata *(IL):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, porque tenho pouco tempo.

Sr. Deputado Bruto da Costa, a sua habilidade é enorme, mas devo-lhe dizer que, apesar de o Sr. Ministro ter dito essas palavras, quando foi confrontado com o facto de uma passagem de mais de 600 euros vir a ser paga pelos açorianos, nunca disse outra coisa que não fosse: "Nenhum açoriano vai ficar de fora." E, portanto, não é garantido…

Eu percebo, o senhor também não confia no seu Ministro da República. O senhor não tem é a coragem de dizer. Eu tenho. Aliás, o senhor tanto não confia que defendeu com unhas e dentes e continua a defender a proposta do Chega, porque o senhor não confia naquilo que disse o Sr. Ministro na Comissão de Economia.

Eu não confio em nenhum Ministro da República. O senhor também não confia, não tem é coragem de dizer que não confia.

Muito obrigado.

Deputado José Pacheco *(CH):* Dá-lhe o benefício da dúvida!

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Não se trata disso!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Podemos avançar para a votação?

Para uma interpelação, tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima *(BE):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu vou fazer chegar à Mesa a proposta de que falava há pouco, a proposta de alteração do PSD e do CDS à Anteproposta de Lei n.º 2/XIII, do Grupo Parlamentar do Chega, nomeadamente a proposta que alterava o artigo 6.º,

em que foi aprovado, para efeitos de elegibilidade, um limite à taxa de emissão de bilhete. Vou fazer chegar à Mesa para que seja distribuída, uma vez que referi esta proposta e não foi, pelos vistos, reconhecida essa mesma proposta por parte do Grupo Parlamentar do PSD.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Assim que a Mesa rececionar, será distribuída.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu peço a palavra para intervir neste ponto.

Não pretendo alimentar qualquer polémica, pretendo apenas cumprir um dever de consciência. E o dever de consciência prende-se com o seguinte: em primeiro lugar, essa discussão faz-me lembrar, segundo dizem, a definição que Winston Churchill tinha da democracia, que "era o pior dos sistemas, com exceção de todos os outros".

Deputado Nuno Barata *(IL):* Tal e qual!

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* O António Costa disse o mesmo!

O Orador: Assim me parece que é, mais ou menos, o modelo de transporte aéreo que nós temos: é o pior de todos, com exceção de todos os outros.

Em segundo lugar, dizer o seguinte: eu acho que não há, nem no Governo, nem nesta Assembleia, partidos políticos, deputados, açorianos, que não queiram pagar apenas os 134 euros.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Absteve-se!

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* O senhor não estava cá, mas o seu partido absteve-se!

O Orador: Acho que é um aspeto que é comum a todos. E é compreensível.

Julgo ser bastante importante que tenhamos todos a consciência, e, no fundo, é o

cumprimento deste dever de alerta que suscita a minha intervenção, que o problema, por muito importante que seja a questão do preço, não se resume apenas à questão do preço. É que se a solução para o problema do preço puser em causa o modelo, ficaremos numa situação pior do que a que estamos.

Aliás, eu penso que há intervenções, se bem percebi, da Sra. Secretária, numa audição de uma comissão, em que foca exatamente esse aspeto, e que me parece muito importante.

Nós temos um modelo que permite que os açorianos só paguem 134 euros, que é o de indemnizações compensatórias às companhias. Mas indemnizações compensatórias às companhias implicará, segundo se julga saber, a saída de companhias *low cost* ou da companhia *low cost*. E isso deixar-nos-á numa posição, julgo eu, pior do que aquela em que nós estamos.

Terceira questão: relativamente à fixação de um limite máximo, independentemente do Sr. Ministro ter dito, não é isso que me prende, mas nós temos um exemplo de como é que funciona a fixação de um limite máximo de preço, que é o que aconteceu na Madeira.

E aquilo que vai acontecer, inclusive para a própria República, para o próprio Estado, é pior do que tem neste momento. A fixação de um limite máximo levará as companhias, a ajuizar por aquilo que aconteceu na Madeira, a praticarem o limite máximo. E, portanto, a partir daí, o assunto fica resolvido, praticam o limite máximo. E isso acaba por ser prejudicial.

Mas, fundamentalmente, o que eu gostaria de deixar nesta intervenção, não querendo de forma nenhuma alimentar polémicas, é que nos preocupamos com a questão do preço, isso é importante, isso é essencial, mas é importante não esquecer a influência que a questão do preço pode ter no funcionamento de todo o modelo. Isso já foi dito aqui. O Sr. Deputado Nuno Barata, por outras palavras, já salientou esse aspeto.

E se nós temos uma solução que deixará, em termos de acessibilidades, os

açorianos numa situação pior do que aquela em que estão neste momento, julgo que essa solução não é solução para ninguém, obviamente, como acredito que ninguém aqui a defenderá.

Relativamente às questões de limites máximos, de tudo isto, eu acho que todos os estudos e todas as possibilidades devem ser testadas e devem ser analisadas, isso é um facto, com o objetivo de facilitar, com o objetivo de promover a mobilidade. Mas é preciso também que as coisas sejam explicadas. Se, efetivamente, há o compromisso de nenhum açoriano pagar mais do que 134 euros, isso precisa de ser explicado como é que se coaduna com a fixação de um limite máximo. Se há a questão do limite máximo, qual é o impacto que as coisas têm de uma ou de outra forma?

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas *(Berta Cabral):* O grupo de trabalho ainda agora é que foi constituído!

O Orador: Eu nem estava na discussão do diploma anterior nem menos estava na comissão, mas não gostaria de deixar passar esta oportunidade sem alertar… Não vou alertar ninguém, toda a gente está mais do que consciente disso tudo que acabei de dizer, mas deixar, no fundo, registada esta preocupação.

Deputado Flávio Soares *(PSD):* Tanto estamos alertados, que tudo o que o senhor disse já foi dito!

O Orador: O preço é importante, é fundamental para os açorianos, mas é preciso ter em atenção que a solução que encontrarmos para o preço não venha a prejudicar as condições de mobilidade e de acessibilidade a serviços de transporte aéreo. E esse risco existe, é um risco presente, que exige, naturalmente, do grupo de trabalho e de quem analisar esse assunto, especial cuidado e especial atenção.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, tem a palavra.

(*) Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Suscitou-me esta intervenção do Sr. Deputado Vasco Cordeiro a necessidade de lhe transmitir duas coisas que possivelmente não chegaram ao seu conhecimento.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Chegaram!

O Orador: A primeira é de que aquilo que o senhor disse já foi dito aqui pelo Sr. Deputado Joaquim Machado, por mim próprio e por outros deputados, esta semana, várias vezes.

Deputado Flávio Soares *(PSD):* Exato, não trouxe nada de novo!

O Orador: E, portanto, o senhor não teve a oportunidade, certamente por motivo justificável, de estar nesse debate, mas a verdade é que tudo isso que o senhor disse em termos das necessidades que este modelo tem de ser preservado, eu já repeti aqui não sei quantas vezes, mas, aparentemente, é necessário continuar a repetir, de os açorianos nunca pagarem mais do que os 134 euros ou, eventualmente, menos. Também já foi dito aqui pelo meu colega Joaquim Machado noutras ocasiões.

Mas também ninguém transmitiu ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro duas coisas: a primeira é que na discussão da anteproposta de lei que aqui fizemos no início da semana, na terça-feira, foi discutido e aprovado que os açorianos não pagariam nas ligações entre o continente e a Região mais do que 134 euros, entre a Região e o continente, no caso de estudantes, mais do que 99 euros, e entre as regiões autónomas, respetivamente, 119 e 89 euros. Isto foi a redação final, discutida e aprovada, como anteproposta de lei, nesta Casa, na terça-feira.

Eu não sei como é que o Partido Socialista vai votar esta resolução. Não consegui ainda ter a certeza absoluta. Estou inclinado que vai para a abstenção.

Mas a verdade é que o senhor pode reafirmar isso às vezes quiser, e nós temo-lo

reafirmado, mas nós fomos consequentes e votámos a favor deste limite para os açorianos terem de pagar em relação às viagens para o exterior, nomeadamente para o continente; o Partido Socialista absteve-se.

Deputado Carlos Silva *(PS):* O Sr. Ministro é que não concorda!

O Orador: E, portanto, eu percebo a sua intenção de, em nome do Partido Socialista, ainda tentar credibilizar um pouco aquilo que têm feito durante esta semana, mas eu lamento, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, que perante aquilo que foi discutido e aprovado…

Deputado Carlos Silva *(PS):* O senhor nem sabia o que estava escrito! O senhor nem sabe explicar a sua proposta e vem dar lições de moral?!

O Orador: … e a forma como o Partido Socialista aqui votou as propostas que fizemos e que aprovámos em anteproposta de lei para a Assembleia da República, veio um bocadinho como cereja no topo do bolo o facto de ser o Partido Socialista, eventualmente aprovando esta resolução do Bloco de Esquerda, que quer fazer recomendações a um grupo de trabalho, grupo de trabalho esse que devia ter sido criado, nomeadamente pelo atual líder do Partido Socialista Nacional, Pedro Nuno Santos, durante o tempo em que V. Exa. era Presidente do Governo.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Criado até foi!

O Orador: E ao que me parece, não serviu nem reuniu para nada.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Sr. Deputado Vasco Cordeiro, tem a palavra, faça favor.

(*) Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Secretárias, Srs. Secretários:

Sr. Deputado João Bruto da Costa, o senhor não percebeu, obviamente, o objetivo da minha intervenção.

Deputada Sabrina Furtado *(PSD):* Toda a gente percebeu, talvez melhor do que o senhor pensa!

O Orador: E a forma como reagiu a ela é a prova disso. Mas deixe lá, eu já o conheço há tempo suficiente para achar que isso não é defeito da sua parte, é feitio, pronto.

Deputada Sabrina Furtado *(PSD):* A gente é que já o conhece há bastante tempo!

O Orador: Claro!

Sr. Deputado, a sua intervenção suscita-me uma pergunta, que eu não sei se o senhor está em condições de responder. E a pergunta é esta: tendo por base aquilo que o senhor acabou de afirmar, o PSD defende o regresso a um modelo de obrigações de serviço público em todas as *gateways* da Região, com a fixação de indemnizações compensatórias, tendo presente que esta é a forma de garantir que nenhum açoriano, de forma direta, não paga mais do que 134 euros? A pergunta é esta.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* O que nós defendemos é o que aprovámos na terça-feira!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, faça favor.

(*) Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, o Sr. Deputado Joaquim Machado já respondeu em nome da bancado do PSD em aparte. Mas a melhor resposta que nós demos foi aqui votar na terça-feira passada favoravelmente as normas em termos da anteproposta de lei, que diz o seguinte: "O subsídio social de mobilidade mantém-

se e é a diferença entre os 134 euros e o valor do bilhete que é exigido ao açoriano." Naquelas condições das outras regras que já estão…

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Não há diferença nenhuma!

O Orador: Há diferença, é que ficou reforçado. E ficou, da nossa parte, aprovado em termos da posição desta Assembleia.

Aquilo que os senhores estão aqui a querer fazer é criar uma nevoazinha sobre outras questões inventadas, umas aqui ou ali, outras sugestões, porque, se estava atento ao debate, na primeira intervenção que fiz, fiz questão de salientar que aquilo que o Bloco de Esquerda pretendia, tal como os senhores pretendiam, era não existir liberalização e continuar a haver um modelo de obrigações de serviço público em que nós pagávamos trezentos e mais euros pelas viagens para o continente. Era isso que existia no seu tempo. Era isso que o senhor queria manter. E é isso que o Sr. Deputado António Lima não se conforma até hoje. E, pelos vistos, também quer voltar a esse tempo.

Muito obrigado.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, faça favor.

(*) Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado João Bruto da Costa, que o subsídio social de mobilidade é a diferença entre os 134 euros e o valor da passagem, isso é o que já existe.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Não é novidade nenhuma!

O Orador: Isso é o que já existe, não é novidade nenhuma.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Então?

O Orador: E a questão não está aí. A questão está em quem é que assume, mesmo que temporariamente, essa diferença. O modelo que está atualmente é que quem assume essa diferença é o passageiro, entre o momento em que compra a passagem até ao momento em que é ressarcido dela.

Num modelo de obrigações de serviço público, quem assume essa diferença é a companhia aérea, entre o momento em que pratica aquela tarifa e o momento em que é ressarcida pelo Estado da diferença entre o valor da tarifa e os 134 euros. Essa é a diferença.

E, portanto, a pergunta julgo que faz todo o sentido. Defendemos todos o fim da guerra e o fim da fome no mundo? Claro que defendemos. Mas como é que isso se faz?

Deputada Inês Sá *(PS):* Não sabem responder! Não há resposta!

O Orador: E, portanto, Sr. Deputado João Bruto da Costa, a pergunta é simples. Se o senhor defende, que todos nós defendemos, que o subsídio social de mobilidade é a diferença entre os 134 euros e o valor da passagem, estamos todos de acordo.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Não, não estamos!

O Orador: Ó Sr. Deputado Joaquim Machado…

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* O PS absteve-se!

O Orador: A pergunta é: qual é o entendimento do PSD, é que este modelo de sustentar a diferença entre os 134 euros e o valor da passagem deve ser um modelo prosseguido através de indemnizações compensatórias à companhia e, portanto, é a companhia que o assume, ou é o modelo atual? Essa é que é a diferença. Porque, infelizmente — e o facto de eu dizer infelizmente levava-nos para outra discussão, que também não é este o momento —, quer de acordo com práticas e legislação europeia, quer de acordo com legislação nacional, há dois modelos possíveis: indemnizações compensatórias, ou subsídio ao passageiro. O subsídio ao

passageiro, subsídio social de mobilidade; as indemnizações compensatórias, aquilo que nós tínhamos. São esses dois modelos que há.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Qual é a posição do PS?

O Orador: E, portanto, dizer: nós defendemos que o subsídio social deve ser a diferença entre os 134 euros e a passagem. Estamos todos de acordo sobre isso.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* A gente já percebeu isso!

O Orador: A questão não é essa. A pergunta que eu lhe coloco é: como é que o senhor acha que isso deve ser garantido? Como é que o PSD acha que isso deve ser garantido? Porque há dois modelos possíveis, o atual e o modelo de indemnizações compensatórias.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, eu vou relevar o facto de o senhor não ter assistido ao debate na terça-feira, não ter estado presente e não ter tido a oportunidade, em nome do Partido Socialista, de se manifestar.

Mais uma vez, vou reiterar, aquilo que nós defendemos é que o subsídio social de mobilidade permita que os açorianos continuem a pagar apenas o máximo de 134 euros por uma viagem para o continente.

Deputado Berto Messias *(PS):* Ó senhor, responda à pergunta!

Deputado Carlos Silva *(PS):* Não está a responder à pergunta!

O Orador: Isso é o que defendemos. Foi o que aprovámos aqui. Foi o que

votámos favoravelmente.

E aquilo que eu tenho é que lhe devolver a pergunta, Sr. Deputado, porque o Partido Socialista esteve aqui, diz que concorda com isto, que quer este modelo que nós defendemos… Eu vou-lhe dizer: subsídio social de mobilidade. Os açorianos pagam 134 euros, apenas e só. E a diferença para o valor do bilhete é o valor do subsídio social de mobilidade. Esse é o modelo que nós defendemos, que reforçámos. Inclusivamente, reforçámos com a possibilidade de reemissão de bilhete, para a possibilidade de alteração dos bilhetes.

E aquilo que o Partido Socialista nos disse aqui é que não era favorável, também não disse que era contra, mas absteve-se, lavou as mãos como Pilatos, não tendo a coragem de dizer aquilo que pretende ao PS na República, ao seu partido lá fora. Muito obrigado.

Deputada Inês Sá *(PS):* Não, não!

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Muito bem! Lavaram as mãos!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e dos Membros do Governo)

Deputado Nuno Barata *(IL):* Quem se abstém não lava as mãos como Pilatos!

Deputada Inês Sá *(PS):* Isso é desonesto!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, faça favor.

(*) Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ó Sr. Deputado João Bruto da Costa, eu peço imensa desculpa, mas se alguém está a ser Pilatos nesta discussão é o senhor, não somos nós, porque aquilo que o senhor está a fazer é o seguinte: são 134 euros, e agora os senhores que se desenvencilhem, não sei.

Como é que é agora? É o passageiro que assume.

Quais são os dois modelos possíveis de acordo com as práticas europeias e a legislação europeia? Subsídio ao passageiro, portanto, subsídio social de mobilidade; ou indemnizações compensatórias à companhia aérea.

Nós temos um exemplo, o que acontece no interilhas são indemnizações compensatórias, são obrigações de serviço público.

O que eu preciso saber, sobretudo quando o Grupo Parlamentar do PSD invetiva desta forma o Grupo Parlamentar do PS…

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* O senhor é que se absteve!

O Orador: Para os senhores criticarem desta forma o Grupo Parlamentar do PS é porque têm uma solução. Esta já existe desde 2015. O subsídio social de mobilidade é igual à diferença entre 134 euros e o preço da passagem. Isso não é novidade nenhuma.

Deputado Mário Tomé *(PS):* Exato!

O Orador: A questão é: os senhores estão disponíveis para garantir que os açorianos paguem apenas e tão-só os 134 euros, a voltar a um modelo de obrigações de serviço público e indemnizações compensatórias em todas as *gateways*, nas ligações com o continente? Essa é a pergunta.

Ó Sr. Deputado, quanto ao resto estamos todos de acordo. O subsídio social de mobilidade é a diferença entre os 134 euros e o preço da passagem? Claro que sim. Mas isso já existe desde 2015.

Deputado José Pacheco *(CH):* Já há muito tempo!

O Orador: A questão agora é outra e é pertinente: dentro desses dois modelos, qual é o modelo que defende o PSD? Essa é a minha pergunta, mesmo reconhecendo que o faço por não ter estado e acompanhado toda a discussão.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, tem a palavra.

(*) Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ó Sr. Deputado Vasco Cordeiro, eu vou reiterar, mas, pronto, acho que os açorianos, eventualmente, se ainda está alguém a assistir a isto, devem estar cansados deste nosso diálogo.

Deputado António Lima *(BE):* O senhor gostava que não estivessem!

O Orador: O que nós aprovámos aqui em termos de propostas de alteração à atual lei de 2015, relativamente ao subsídio social de mobilidade, foi a garantia daquilo que nós todos andamos a lutar há muito tempo, que sob proposta do Chega e com algumas propostas de alteração aprovámos nesta Casa, a garantia de que os açorianos, quando vão adquirir um bilhete para ir para o continente, pagam 134 euros.

Isso é, do ponto de vista daquilo que nós asseguramos, aquilo que nós queremos que continue a ser assegurado aos açorianos, com uma diferença substancial: queremos democratizar esses 134 euros, ou seja, não haver açorianos que podem pagar mais, para serem ressarcidos mais tarde, e haver açorianos que, não podendo pagar mais, ficam sem viajar.

Deputado Carlos Silva *(PS):* E o limite dos 600 euros?

O Orador: E, portanto, aquilo que fizemos aqui esta semana e que o Partido Socialista não quis aderir por ausência e abstenção foi isto.

Naturalmente, existe trabalho a ser feito para melhorar este sistema. Ainda não falou V. Exa., mas eu posso introduzir, também temos de combater a fraude que existiu e que foi denunciada e investigada nos últimos tempos.

Por isso mesmo, também fizemos outras propostas de alteração à atual lei, para também criar um limite à taxa de emissão de bilhete.

Deputado António Lima *(BE):* O senhor estava contra há bocadinho!

O Orador: E, portanto, aquilo que nós não percebemos… E eu percebo pela experiência parlamentar aquilo que o senhor está a fazer, está a querer desviar as atenções de um facto muito notório, que se calhar o surpreendeu a si, tal como nos surpreendeu a nós.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Sim, sim…

Deputado Carlos Silva *(PS):* O Ministro quer um teto de 600 euros!

O Orador: Foi o facto de, perante todos nós estarmos de acordo que os açorianos só devem pagar 134 euros, o Partido Socialista abster-se. E é isso que o senhor não consegue explicar e por isso está a tentar virar o bico ao prego.

Muito obrigado.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O PSD esgotou o seu tempo para este debate.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, tem a palavra, faça favor.

(*) Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu acho que um debate desses, à partida, tem de ser algo mais do que apenas declarações pias.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Isso foi terça-feira!

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Exatamente!

O Orador: Eu não estou a falar de terça-feira, Sr. Deputado Joaquim Machado, eu estou a falar de uma proposta que está a ser discutida agora. E a pergunta que ficou sem resposta neste debate foi uma pergunta muito simples: qual é a solução

do PSD?

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Qual é a posição do PS sobre isso?

Deputada Sabrina Furtado *(PSD):* O que é que faz o grupo de trabalho?

O Orador: Não tem solução.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* O senhor fez perguntas e ainda não disse qual é a sua posição!

O Orador: Nem sequer é capaz de seguir aqueles que foram os alertas que a Sra. Secretária Regional da Mobilidade em devido tempo lançou.

Deputado Nuno Barata *(IL):* E bem!

O Orador: E bem! Lançou os alertas e lançou-os bem! É que não basta dizer, porque isso não é novidade nenhuma, que o subsídio social de mobilidade é a diferença entre 134 euros e o valor das passagens. Isso existe desde 2015. O que está em causa neste momento é outra coisa: quem é que assume no entretanto, é o passageiro ou é o Estado? E se assume o Estado, isso significa voltar a indemnizações compensatórias. E qual é a consequência que isso tem? A consequência que a Sra. Secretária Regional alertou, a consequência que várias companhias aéreas alertaram, a consequência que a Presidente da ANAC alertou.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* A resolução não diz nada disso!

O Orador: No fundo, um conjunto de situações.

E termino voltando à minha preocupação inicial. A questão do preço é fundamental. Agora, não é apenas através do preço que nós garantimos a mobilidade, porque se nós introduzirmos indemnizações compensatórias novamente, isso significará um retrocesso e significará voltar ao período antes de 2015, isso significará o risco de vermos reduzida a oferta e a disponibilidade de acessibilidades aéreas para a nossa Região.

No fundo, é esta a preocupação que colocamos neste debate, de termos cuidado. Não estamos, no fundo, a dizer que o Chega ou outros partidos não tenham razão neste alerta que fazem. Acho que têm. Aliás, é uma matéria na qual, conforme

disse, todos estão de acordo. Mas é necessário, no fundo, e é esta a mensagem, termos em atenção o impacto que isso pode ter noutras componentes do modelo de acessibilidades aéreas da nossa Região, que não apenas na questão do preço. Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional do Turismo e Mobilidade, tem a palavra, faça favor.

(*) Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas *(Berta Cabral):* Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu creio que este debate passou aqui por uma deriva que não deveria acontecer, primeiro porque desde 2015 que Ponta Delgada e Terceira são *gateways* liberalizadas, e que Horta, Pico e Santa Maria, depois, em diferentes momentos, são *gateways* sob obrigações de serviço público. Isto é a realidade que nós temos. E é esta realidade que tem de continuar.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Muito bem!

A Oradora: Foi esta realidade que trouxe aos Açores aquilo que hoje somos em termos de passageiros transportados, em termos de turismo, em termos de desenvolvimento, em termos de chegarmos ao ponto em que estamos, fundamental para o nosso desenvolvimento. E isso é irreversível. Nem pode sequer passar pela cabeça de ninguém colocar a questão de se voltar às obrigações de serviço público. Não pode.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Mas passa pela cabeça do Deputado Vasco Cordeiro!

A Oradora: Eu percebo, teoricamente, que se diga: ou há subsídio ao passageiro,

ou há obrigações de serviço público. Eu percebo do ponto de vista teórico. Mas, neste momento, nos Açores, nós temos São Miguel e Terceira liberalizados, com subsídio ao passageiro, e temos três *gateways* com obrigações de serviço público, por acaso nunca recebidas, mas isto é um detalhe que não vem para aqui, senão a gente nunca mais sai deste debate.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e dos Membros do Governo)

A Oradora: Também é verdade que, desde o início, mais até os partidos políticos do que as pessoas na rua — eu também ando na rua e as pessoas falam comigo, não falam só com as pessoas dos partidos políticos —, querem que os passageiros paguem apenas o valor líquido.

Deputado António Lima *(BE):* Isso é porque a senhora não fala com as pessoas!

A Oradora: Mais até do que aquilo que nos chega na rua. O que nos chega na rua, as pessoas já encaixaram o sistema, usam cartões de crédito, pagam, recebem antes de pagar o cartão de crédito, encontraram sistemas…

Deputado José Pacheco *(CH):* Isso é para ricos!

A Oradora: Está-se a rir?! Não é isso que o senhor faz, Sr. Deputado?! Não, não é para si, é para o Sr. Deputado lá atrás. Não é isso que faz?! Não paga com o cartão de crédito, recebe o reembolso e depois paga o cartão de crédito?!

Deputada Joana Pombo Tavares *(PS):* Nem toda a gente tem possibilidade de ter cartão de crédito para poder comprar!

Deputado Nuno Barata *(IL):* Eu não tenho cartão de crédito!

A Oradora: Ai não é, pronto…

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades *(Paulo Estêvão):* Não precisa de cartão de crédito!

A Oradora: É porque não precisa. Quem precisa é assim que faz. E as pessoas já se habituaram a isso.

Mas eu reconheço e todos reconhecemos que o ideal é que os passageiros paguem o valor líquido, a diferença, ou seja, pagam os 134 euros. Pronto, este é o desiderato, é o objetivo de todos nós aqui dentro, é isso que todos queremos. Só que, como disse e muito bem o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, e eu já o disse muitas vezes, é preciso muito cuidado na abordagem a esta questão, porque não se pode empurrar isso para cima das companhias, senão elas fazem um mês ou dois e depois vão-se embora.

Mas isso não é impossível. Por isso é que também, desde a primeira hora, eu referi aqui que era preciso criar um grupo de trabalho, grupo de trabalho esse que chegou a ser criado pelo anterior Governo da República e nunca funcionou, mas que agora já reuniu pela primeira vez no dia 7 de junho. Esse grupo de trabalho é que tem de encontrar o mecanismo que se vai substituir ao passageiro. Ou seja, o subsídio é ao passageiro, mas tem de haver uma intermediação de uma entidade que pague o bilhete por inteiro às companhias até que seja reembolsada a diferença.

Deputado Carlos Silva *(PS):* A anteproposta de lei não serve para nada!

A Oradora: Este é que é o problema, este é que é nó górdio. O grupo de trabalho sabe que essa é a principal tarefa. E, portanto, vamos deixar o grupo de trabalho fazer a sua função, desenvolver esses vários cenários possíveis para que isso aconteça.

Eu, por exemplo, até já adiantei: em vez de ser os CTT, o Banco CTT poderia, eventualmente, fazer isso. Mas isto é uma hipótese, é um exemplo. É preciso encontrar um mecanismo que faça a intermediação entre o passageiro e a companhia aérea, para que tudo funcione, como disse e bem, através da atribuição do subsídio ao passageiro. Como é que isso se vai fazer? A Madeira já ensaiou uma situação parecida com essa para os estudantes.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Pois já! E não deu certo!

A Oradora: Mas a verdade é que o universo dos estudantes é muito mais pequeno.

Agora, eu vou partir do princípio que é impossível? Não foi partir do princípio que é impossível.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

A Oradora: O Sr. Deputado vai partir do princípio que é impossível? Não vai, porque também acha que isso seria razoável. Então, vamos deixar trabalhar e vamos ver onde chega o grupo de trabalho.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

O Sr. Deputado José Pacheco estava inscrito, é verdade, sim senhor. Faça favor.

(*) Deputado José Pacheco *(CH):* Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu disse há bocadinho e vou voltar a repetir. Os açorianos têm de encaixar isto de uma vez por todas e perceber. Nós não estamos aqui a discutir aquilo que é a verdade. A verdade é que nós ganhámos um direito, justo: 134 euros entre os Açores e o continente. Quem conseguir mais barato, parabéns.

E a verdade é que a liberalização do espaço aéreo permitiu que muita gente saísse da sua terra, para alegria deles, porque alguns iam morrer sem sequer sair da sua

ilha.

O Estado Português prega-nos umas partidas destas, o açoriano também, que é a discussão que estamos a ter hoje, que é a discussão do "mas". Há, sim, mas… E esse "mas" é que é a parte que até acho inconstitucional. Criamos um direito, mas depois, o tal "mas", dizemos às pessoas: vocês têm direito, desde que tenham dinheiro para pagar. É isto que estamos a discutir. Não estamos a discutir mais nada.

Todo o resto, o Estado, que teve dinheiro para pagar 4 mil milhões à TAP, para sustentar bancos que agora deixam os açorianos sem casa, é o mesmo Estado que diz "mas", "mas", "mas"…

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, hoje, o senhor confessou que isso nunca foi resolvido. O senhor teve medo de levantar a questão. "Mas", "mas", "mas" foi o que eu ouvi aqui constantemente, porque isto já podia estar resolvido.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Não fale disso a ele!

O Orador: A Tarifa Açores está resolvida. E foi resolvida, como? De raiz! Foi resolvida de raiz!

Ó Sr. Deputado, as coisas têm de ser ditas para que os açorianos percebam. Açorianos!, o que estão a dizer a vocês é que apenas os ricos, os que têm o tal cartão de crédito, os que têm uma continha bancária maior, os que têm um emprego melhor, vão continuar a poder sair desta jaula que querem transformar os Açores!

E quem não quer 134 sem complicações? A pessoa vai fazer o que lhe apetecer. Vai comer um gelado ao Rossio, se lhe apetecer. Ninguém tem nada a ver com a vida dos açorianos, é um direito adquirido. E nós queremos que este direito seja executado. Não é um criar o "mas", que só serve para que quem for rico possa sair desta terra. Isto eu não aceito e nunca vou aceitar!

O resto da discussão, o senhor que traga para este Parlamento, para a gente discutir todos.

Deputada Olivéria Santos *(CH):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, eu agradeço a sua intervenção, porque ela permitiu colocar de forma particularmente evidente as razões e a justificação da abstenção do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Deputado José Pacheco *(CH):* Os senhores têm é medo!

O Orador: E não só, aliás, atrevo-me até a dizer dos outros partidos que se abstiveram. Porque, no fundo, o que a Sra. Secretária na sua intervenção disse foi: há uma comunhão de objetivo. E há necessidade de o grupo de trabalho, agora, desenvolver o aperfeiçoamento técnico.

Agora, a pergunta é simples: é exigível que nós, sem sabermos, porque aqui ninguém disse como é que isso se faz…

Deputado José Pacheco *(CH):* Mas não é o senhor que vai fazer, é a República! O senhor não engate mais isso! O senhor é que devia ter resolvido isso!

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Esse é que é o problema!

Deputado José Pacheco *(CH):* Os açorianos não têm culpa disso! Isso é desonestidade intelectual!

Presidente: Sr. Deputado, deixe o Sr. Deputado Vasco Cordeiro fazer a sua intervenção. Ele deixou o senhor acabar de fazer a sua.

Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado José Pacheco *(CH):* Já não quero ouvir!

Deputada Joana Pombo Tavares *(PS):* Mas vai ter de ouvir!

O Orador: Sr. Deputado José Pacheco, eu agradeço-lhe o elogio.

Se ninguém, neste debate, foi capaz de dizer: bom, temos um objetivo em comum, como é que se faz? Não pode ser exigível ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista que vote a favor. Nós não discordamos, é verdade, mas até essa parte ser explicada não é possível aderir em plenitude, quer àquela que é a proposta…

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Muito bem!

O Orador: … que aqui foi apresentada na terça-feira, quer a esta proposta de hoje, que, na nossa opinião, e salvo o devido respeito, Sr. Deputado António Lima, padece exatamente do mesmo problema, que é: muito bem, vamos acabar com a fome no mundo? Acabamos. Como é que isso se faz?

Deputado José Pacheco *(CH):* Dando comida!

O Orador: Bom, isso depois se verá. Não é possível. E, portanto, nós não discordamos deste objetivo, mas, obviamente, não podemos aderir a isso sem saber como isso se faz.

Quanto ao resto, eu percebo a irritação do Sr. Deputado José Pacheco. O Sr. Deputado José Pacheco acabou de perceber que na terça-feira foi enganado.

Deputado José Pacheco *(CH):* Eu fui enganado?! Eu fui enganado foi com 24 anos desse Governo, eu e todos os açorianos!

O Orador: Apresentou uma proposta a dizer que isso se resolvia de uma determinada forma, e hoje a Sra. Secretária diz: espere lá, o grupo de trabalho há de dizer como é que se faz.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares, tem a palavra, faça favor.

Deputado Nuno Barata *(IL):* Vai levar um regimental?

(*) Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades *(Paulo Estêvão):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como sabe, Sr. Deputado, não posso pedir intervalos regimentais. O objetivo não é esse, Sr. Deputado.

Eu quero também ter a oportunidade, se V. Exa. me deixar, de fazer uma referência, em nome do Governo dos Açores, em relação a esta matéria. Eu acho que ela é uma referência importante.

A verdade é que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro é como aqueles jogadores que chegam nos últimos dez minutos de jogo, chegou fresco. Todos nós já temos muitos minutos de jogo, e o Sr. Deputado Vasco Cordeiro chega no último momento e quer meter golos, fundamentalmente, quer inverter o resultado da semana. O resultado da semana atualmente cifra-se com uma goleada que foi infligida ao Partido Socialista. Meus senhores, não foi o caso em que estivéssemos excecionalmente brilhantes, que tivéssemos marcado golos brilhantes. O Partido Socialista perdeu esta semana porque cometeu muitos autogolos.

Deputada Sandra Costa Dias *(PS):* O senhor não estava aqui!

O Orador: E é isso que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro vem aqui tentar disfarçar. O Sr. Deputado Vasco Cordeiro vem aqui fazer perguntas para as quais não tem respostas. Vem aqui explicar que o Partido Socialista ficou na abstenção, porque verdadeiramente não sabe o que é que há de fazer. Vem aqui dizer que o Partido Socialista, em relação a estas temáticas, não tem verdadeiramente nada a dizer em relação a esta matéria. Esta é que é a verdade. Por isso é que faz perguntas e por isso é que não consegue dar respostas.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Muito bem!

Deputado Carlos Silva *(PS):* O Governo não responde!

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Quer que a gente dê as respostas?

O Orador: E a verdade, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, é que veio aqui fazer

cosmética, tentar disfarçar aquilo que é evidente. Os açorianos que ouviram este debate ao longo deste período ficaram com a perceção, com a abstenção do Partido Socialista e com as posições tomadas por parte do Partido Socialista, que o Partido Socialista não tem verdadeiramente nenhuma solução em relação a esta matéria. E por isso é que apoia o Governo Regional nesta matéria. Foi o último refúgio, a posição que o Governo Regional nesta matéria tem tomado ao longo de todo este tempo. Por isso é que V. Exa. veio aqui refugiar-se nas asas do Governo.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Isso é loucura total!

O Orador: E a segunda questão, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, é evidente que V. Exa. ainda está fresco, mas eu também lhe quero dizer o seguinte: V. Exa., sobre o Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda, o que é que tem a dizer?

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Já disse! Acabou de dizer!

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* O senhor estava distraído!

Deputado José Ávila *(PS):* O senhor parece que não esteve aqui.

O Orador: Qual é a perceção que tem em relação ao projeto do Bloco de Esquerda? Levou 99 % do seu tempo fugindo à temática que o projeto de resolução do Bloco de Esquerda aqui nos trouxe, que é também um projeto de resolução que, de acordo com o seu próprio raciocínio, não resolve coisa nenhuma em relação a esta temática.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* A vontade de dizer mal é tanta que até se distrai!

O Orador: Mas V. Exa., 99 % do tempo, não lhe dedicou nenhuma atenção.

O que lhe quero dizer é que, da parte do Governo dos Açores, pode V. Exa. ter a certeza absoluta de que vamos defender os interesses da Região Autónoma dos Açores e os interesses dos açorianos nesta matéria.

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Muito bem!

O Orador: V. Exa. pode ter essa certeza. Por isso pode continuar a confiar e a proteger-se nas asas do Governo dos Açores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Secretários Regionais:

De forma muito rápida, dizer o seguinte: eu não percebo qual é a irritação, mal disfarçada, com a posição do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* E vai mais um autogolo!

O Orador: Até parece que o facto de nós não votarmos contra na terça-feira e não votarmos contra hoje vos causa algum tipo de incomodo. Calma! Nós concordamos com o objetivo. Agora, nós não podemos é aderir sem perceber como.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem toda a razão… Sr. Secretário Regional, peço desculpa. Aliás, não tenho de pedir desculpa, porque não é insulto chamar-lhe deputado.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades *(Paulo Estêvão):* Pelo contrário!

O Orador: Ora aí está. Está a ver? O seu subconsciente prega-lhe partidas.

Obviamente que fiz perguntas para as quais não tenho respostas.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Ah!

O Orador: Aliás, essa semana, em termos de transportes aéreos, da parte do Governo, é uma semana de extrema coerência: o Governo começou sobrando perguntas e faltando respostas; o Governo termina sobrando perguntas e faltando respostas.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: A posição do Grupo Parlamentar do PS em relação à proposta de resolução do Bloco de Esquerda é clara, nós concordamos com o objetivo, mas isso não basta, precisa de explicar como é que pretende alcançar isso. E sem esse dado, nós não podemos dar o nosso acordo a essa proposta. Não discordamos, mas não podemos dar o nosso acordo a essa proposta.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Quer dizer que viabiliza!

O Orador: Por último, Sr. Deputado Paulo… Sr. Secretário Regional. Está a ver?

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades *(Paulo Estêvão):* Acontece!

O Orador: Sr. Secretário Regional Paulo Estêvão, relativamente ao Grupo Parlamentar do PS refugiar-se nas asas do Governo, isso até poderia acontecer, o problema é que, tendo asas, este Governo voa, mas voa baixinho.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares, tem a palavra.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Sra. Secretária, já não a deixam falar!

(*) Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades *(Paulo Estêvão):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, a verdade é que o Partido Socialista, esta semana, provocou um debate sobre uma questão que já estava resolvida no dia em que o debate se iniciou, em que a operação estava a funcionar de forma plena.

Deputada Joana Pombo Tavares *(PS):* Resolvidíssima!

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* O senhor está a incorrer no mesmo erro da Sra. Secretária dos Transportes!

O Orador: A verdade é que o Partido Socialista entrou, esta semana, na minha perspetiva, desprestigiando todos aqueles homens e mulheres da SATA, que fizeram tanto e tanto pelos Açores e pela empresa.

Deputada Joana Pombo Tavares *(PS):* Isso é falso!

Deputado José Ávila *(PS):* É falso!

Deputada Joana Pombo Tavares *(PS):* Nem de si esperava isso!

Deputada Inês Sá *(PS):* Não lhe fica bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e dos Membros do Governo)

O Orador: Um esforço tão grande, numa situação difícil, que foi reconhecida por parte do Governo, naqueles dias em que as dificuldades foram muito grandes, se o serviço que foi prestado aos açorianos foi da qualidade que foi, com esforço que foi e com o mérito que foi, muito devemos aos trabalhadores da SATA. Eu não posso terminar esta discussão sem fazer esta referência e sem fazer este reconhecimento.

Não foi certamente V. Exa., que de alguma forma fez algumas intervenções que foram injustas e imerecidas em relação aos trabalhadores da SATA.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Nenhuma!

Deputada Joana Pombo Tavares *(PS):* Nenhuma!

Deputado Berto Messias *(PS):* Isso não é admissível!

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Isso é horrível!

O Orador: Mas se o Partido Socialista entrou sem alternativas, sem soluções, abstendo-se em votações cruciais, não apresentando soluções quando os outros partidos aqui discutiam soluções. Boas ou más, são as soluções que os partidos

conseguiram construir e, mais do que isso, que os diversos partidos políticos aqui representados tiveram oportunidade de apresentar.

Deputada Joana Pombo Tavares *(PS):* A gente deu soluções! Olhe, a solução foi endireitar a proposta, que estava mal feita!

O Orador: E só por si, este esforço de apresentar propostas, este esforço de apresentar soluções, é algo que é meritório em democracia. O que não é meritório é não apresentar coisa nenhuma, refugiar-se constantemente em abstenções, refugiar-se em perguntas e não ter respostas, refugiar-se em nada que possa fazer avançar as coisas no sentido de melhor servir o povo dos Açores, de melhor servir as acessibilidades dos Açores, de fazer justiça à população dos Açores.

E a verdade é esta e é só esta, Sr. Deputado Vasco Cordeiro: o Partido Socialista, nesta matéria, atualmente, nestas circunstâncias que V. Exas. estão a viver, é um Partido Socialista que não tem soluções, que está estagnado, que não tem ideias.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Espere, vai ter a resposta em breve!

Deputada Joana Pombo Tavares *(PS):* Explique qual é a ideia do subsídio!

O Orador: Mais, eu percebo que V. Exas. possam sentir-se um pouco desmotivados com aquilo que vos está a acontecer sucessivamente em sucessivas eleições, com aquilo que vos está a acontecer ao longo deste ano todo, com sucessivos chumbos das vossas posições e das vossas políticas. Eu percebo isso. Mas o que eu peço, em nome do Governo dos Açores, ao Partido Socialista, que é um partido fundamental para a democracia açoriana, é que não desistam, por favor, não desistam de apresentar soluções para os Açores. O Partido Socialista é necessário, mas não é o Partido Socialista das abstenções, não é o Partido Socialista que não tem perguntas nem soluções para coisa nenhuma.

Deputado João Vasco Costa *(PS):* É falso!

O Orador: Nós precisamos de um Partido Socialista com soluções, precisamos de um Partido Socialista que participe nas decisões. E é isso que não temos atualmente. Por favor, reorganizem-se e apresentem soluções aos Açores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, tem um segundo.

Deputado Berto Messias *(PS):* Dê cinco minutos como deu à Sra. Secretária da Saúde!

(*) Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Consciente da chamada de atenção do Sr. Presidente e tentando ser o mais breve possível…

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades *(Paulo Estêvão):* Já acabou!

O Orador: Primeira nota: o que é importante aqui, Sr. Deputado Paulo Estêvão… Sr. Secretário, eu percebo a tentativa do enredo político, mas se o senhor quer ir por aí, vai sozinho, porque eu não o vou acompanhar.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Em segundo lugar, o que resulta desta discussão é algo muito claro, é que nem o PSD, nem a Sra. Secretária e nem o Sr. Secretário têm resposta para uma questão muito simples, que foi aquela que foi colocada: como é que se faz aquilo que os senhores propõem?

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Não ouviu a Sra. Secretária?

O Orador: Ao menos o Chega tem uma solução. A gente pode discordar dela, mas tem e apresentou uma solução.

Terceira questão: eu admito tudo, Sr. Secretário Regional, mas hipocrisia política é que eu não posso aceitar!

Deputada Joana Pombo Tavares *(PS):* Muito bem!

O Orador: Os trabalhadores da SATA, que deram tudo agora, foram os mesmos e são os mesmos trabalhadores da SATA que, quando o PS era Governo, davam tudo. E o que é que o senhor dizia?

Deputada Inês Sá *(PS):* É verdade! Nem parece o mesmo!

Deputado José Ávila *(PS):* É verdade!

O Orador: Isso soa a arrependimento, Sr. Secretário Paulo Estêvão, isso soa a ato de contrição, mas peca pela sua credibilidade, porque aquilo que o senhor está a fazer é a utilizar os trabalhadores da SATA para atacar este Grupo Parlamentar, coisa que, nunca, nem o PS nem o Governo fez quando o senhor criticava viperinamente o Governo por aquilo que eram outras questões que não tinham a ver com opções políticas!

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Muito mau!

O Orador: Onde é que estava o seu respeito pelos trabalhadores da SATA nessa altura? Por isso, Sr. Secretário Regional, eu admito tudo, mas hipocrisia política, como aquele exercício que o senhor acabou de fazer daí, é que não!

Este Grupo Parlamentar e este partido têm todo o respeito pelos trabalhadores da SATA!

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades *(Paulo Estêvão):* Não tiveram!

O Orador: Se não fossem os trabalhadores da SATA, não seria por este Governo que a SATA ainda existiria.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares, tem a palavra.

(*) Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades *(Paulo Estêvão):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, não me ofendo quando me chama deputado, eu fui deputado durante 16 anos, tenho muito orgulho nessas funções.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* E saudades!

O Orador: E, portanto, essa designação para mim é um mérito e é uma honra.

Devo-lhe dizer também, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, que, obviamente, não defendi e não pedi a defesa da honra quando o senhor me chamou hipócrita.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Não podia pedir porque não chamou!

Deputada Inês Sá *(PS):* Se formos por aí, há muitos insultos!

O Orador: Ouça, se alguém está a realizar um ato de hipocrisia é hipócrita, isso é uma consequência evidente.

Agora, a questão é que, da minha parte, ao longo destes 16 anos, quando falei da SATA, nem uma única vez eu critiquei os seus trabalhadores. Critiquei as políticas do Governo. Nunca critiquei os trabalhadores da SATA!

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Nem nós!

O Orador: Agora, o que lhe vou dizer é que, quando se colocam as questões como foram colocadas por parte Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que eram questões operacionais, que eram questões de descoordenação, que eram questões em que se tentava atacar o Governo utilizando e atacando os trabalhadores da SATA, aí é que V. Exas. erraram profundamente.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* O quê?! Isso não é verdade! É o desespero!

O Orador: V. Exas. poderiam ter atacado o Governo, mas o que V. Exas. fizeram foi atacar a SATA pela sua parte mais fraca do ponto de vista da defesa pública, que é pelos seus trabalhadores. E por isso é que eu senti necessidade e tive aqui de dizer que muitas das dificuldades que foram ultrapassadas, nunca o Governo, aqui, nas diversas intervenções que fez, disse: fomos nós, fomos nós, fomos nós. O que nós dissemos é que em primeiro lugar é preciso reconhecer àqueles homens

e àquelas mulheres, àqueles trabalhadores da SATA, o mérito por terem ultrapassado aquela questão e a questão não ter sido mais grave. Foi graças ao seu esforço e ao sacrifício. É o que aqui fica dito e é o que é verdade, Sr. Deputado!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e dos Membros do Governo)

Finalmente, Sr. Deputado, o que eu lhe quero dizer é que o Partido Socialista, reitero, nesta fase, nesta semana e nos meses anteriores, não é um partido que tenha apresentado soluções para os açorianos, nos transportes aéreos e em muitas outras áreas.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Acabamos de aprovar uma iniciativa, foi para quê?

O Orador: Transformou-se num partido de protesto, pura e simplesmente num partido de protesto.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Isso não é verdade!

O Orador: Ouça, Sr. Deputado, e termino, sabe o que é que separa neste momento o Partido Socialista do Bloco de Esquerda em relação à ação política? Nada. É um partido protesto, só que é um partido de protesto maior, um pouco maior do que o Bloco de Esquerda. Nada mais vos separa em relação a esta matéria.

E, por fim, dizer-vos que, da nossa parte, da parte do Governo dos Açores, com certeza que há soluções, com certeza que se encontraram soluções, como por exemplo em relação à Tarifa Açores, que V. Exa. nunca acreditou que pudesse ser um êxito. Disse que era difícil. O senhor não o conseguiu fazer. Para nós também era difícil, mas conseguimos fazer!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e dos Membros do Governo)

Em relação ao que agora o senhor diz que é difícil, nós também estamos empenhados em voltar a conseguir fazer o que V. Exa. não conseguiu!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.
Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado António Lima, faça favor.
(*) Deputado António Lima *(BE):* Muito obrigado, Sr. Presidente.
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:
A discussão que se gerou nos últimos minutos sobre esta proposta revela a importância da sua apresentação.
Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Está enganado!
O Orador: Foi reconhecido pelo Governo, pela Sra. Secretária da Mobilidade, que o grupo de trabalho é que vai definir as soluções para o subsídio social de mobilidade. Por isso, recomendar ao Governo um conjunto de posições a tomar nesse grupo de trabalho é importante e é urgente. Ficou demonstrada aqui essa importância.
E sobre as soluções e como é que se faz aquilo que está escrito, nós já apresentamos em abril uma anteproposta de lei com essas soluções. Aquilo que estamos a dizer é que o Governo tenha essa posição e encontre as soluções no âmbito do grupo de trabalho. E aí está a solução, Sr. Deputado Vasco Cordeiro. Aquilo que o Governo não foi capaz de dizer, dizemo-lo nós defendendo aquela

que é a nossa posição e a nossa proposta.

Mas, concordando com uma parte dos cortes, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, uma das suas conclusões, a aprovação da proposta na terça-feira…

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Lá está…

Deputado Flávio Soares *(PSD):* A Alexandra Manes está quase lá!

O Orador: … não foi enganar o Chega, foi o Chega a deixar-se enganar pela coligação, o que é bastante pior e é bastante mais vergonhoso.

Deputado José Pacheco *(CH):* O senhor está preocupado com o Chega?! Façam uma banda de música!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Sra. Secretária Regional da Mobilidade, tem a palavra.

(*) Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas *(Berta Cabral):* Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente.

Sr. Deputado António Lima, esta proposta é "chover no molhado", tudo o que aqui está já foi dito, tudo o que aqui está foi assumido em primeira mão pelo Governo e não pela sua resolução, com exceção da última que eu li e que é vergonhosa por levantar um conjunto de situações que nunca foram faladas. Ponto.

Segunda questão: a diferença entre essa anteproposta de lei e a lei atual é de que permite imediatamente e prevê que só pague a diferença do valor, os 134 euros.

Deputado Carlos Silva *(PS):* E o teto máximo?

A Oradora: O grupo de trabalho laborará e trabalhará com base na anteproposta de lei. Essa é que é a diferença. Está lá tudo como deve estar. Está lá tudo o que está na sua proposta de resolução, com exceção desta alínea d), que não faz sentido nenhum.

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP):* Foi copiar a nossa anteproposta de lei!

A Oradora: Uma coisa não impede a outra. O grupo de trabalho tem de fazer o seu trabalho, tem de chegar às conclusões, para operacionalizar, seja a anteproposta de lei, seja a lei atual.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Vamos passar à votação do Projeto de Resolução n.º 9/XIII — "Posição da Região Autónoma dos Açores no âmbito do Grupo de Trabalho para a revisão do Subsídio Social de Mobilidade".

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução n.º 9/XIII, apresentado pela Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda, foi rejeitado: 23 votos contra do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS; 23 votos de abstenção do PS e 1 da IL; 1 voto a favor do BE e

1 do PAN.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária.

Tem a palavra o Sr. Deputado André Rodrigues para uma interpelação. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado André Rodrigues** *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Pedi a palavra para me dirigir pela última vez a esta câmara.

Como sabem, deixarei em breve de ser deputado regional para passar a exercer funções também de representação política dos nossos concidadãos noutro parlamento.

Do tempo em que cá estive levo ensinamentos e amizades de todos, da minha família política, mas também para além da minha família política, bem como a renovada convicção de que, no tempo em que a democracia está ameaçada em várias partes do mundo, vale muito a pena lutarmos pelos valores em que acreditamos e nos envolvermos cada vez mais na procura e no debate público pelas soluções para os problemas, que são muito exigentes, que afetam os nossos concidadãos.

Quero nesta minha última intervenção cumprimentar, saudar e agradecer a Mesa da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, todos os Grupos e Representações Parlamentares, todos os funcionários e colaboradores do Parlamento, quer aqui na Horta, quer em todas as delegações, bem como todos os profissionais dos órgãos de comunicação social, que atravessam muitos constrangimentos e que mesmo assim desempenham uma missão verdadeiramente insubstituível na nossa democracia.

Ao longo das últimas semanas, tive a oportunidade de constatar aquele que é o grande consenso que existe nas nossas ilhas relativamente à importância da integração europeia dos Açores.

Quero, por isso, reiterar o compromisso de com todos trabalhar, com o Governo,

com as diferentes forças políticas, no novo desafio que vou abraçar, porque, independentemente das nossas divergências, que como se viu há pouco são muitas, há muito mais aquilo que nos une. E aquilo que nos une são os Açores e os açorianos.

Muito obrigado e até breve.

Deputado José Pacheco *(CH):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados de todas as bancadas e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Secretária, para uma interpelação, tem a palavra.

(*) Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto *(Sofia Ribeiro):* Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado André Rodrigues, pedi a palavra, uma vez que também estive a exercer as funções que o senhor agora, muito dignamente, vai desempenhar, para transmitir, em nome do Governo dos Açores, que nós temos total disponibilidade para o apoiar, para articular consigo as funções que vai desempenhar, que são funções de grande exigência, que requerem uma articulação, para podermos elevar os desígnios dos Açores, não somente numa articulação entre as várias famílias políticas, mas também num cenário de uma Europa a 27 e na conjuntura em que nós estamos.

E, portanto, desejar-lhe toda a sorte do mundo. A sua sorte é a sorte dos açorianos e a sorte também do Governo dos Açores.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária.

Sr. Deputado José Pacheco, para uma interpelação, tem a palavra.

(*) Deputado José Pacheco *(CH):* Obrigado, Sr. Presidente, por me conceder.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria também, neste momento, de me despedir do nosso colega, desejar-lhe as maiores felicidades. Demonstrar a nossa disponibilidade, que já o fiz pessoalmente. Independentemente dos nossos casacos partidários, os Açores sempre em primeiro lugar, que assim seja. Sei que da sua parte, conhecendo-o, assim será. E, já agora, o tal jantarinho no Amadeus, pois, está marcado já.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado André Rodrigues, agradeço-lhe, em nome da Mesa, todo o trabalho que desenvolveu, a forma correta como sempre se comportou nesta Casa e no relacionamento institucional que teve para com a Mesa da Assembleia e para com o Presidente, como já lhe fiz telefonicamente. Desejo-lhe as maiores felicidades. Fiz a si e fiz aos outros deputados eleitos pela Região Autónoma dos Açores, numa lista nacional, mas não deixam de ser pela Região Autónoma dos Açores.

E a total disponibilidade da Assembleia, do Presidente da Assembleia, para trabalhar consigo. E sempre que precisar deste órgão, aqui estamos, de portas abertas, para trabalhar todos pelos Açores.

Muito obrigado e felicidades.

Sras. e Srs. Deputados, **Proposta de Deliberação Final**: A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare

findo o período legislativo de junho.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A Proposta de Deliberação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Estão encerrados os nossos trabalhos.

Boa tarde a todos. Bom regresso às vossas casas.

Eram 17 horas e 42 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

João Luís **Bruto** Costa Machado **da Costa**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

Partido Socialista (PS)

André Filipe **Franqueira Rodrigues**

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Popular Monárquico (PPM)

João António Mendes de **Mendonça**

Documentos entrados

1- **Projetos de Decreto Legislativo Regional:**

N.º 12/XIII **http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIEPjDLR012.pdf**

Assunto: Primeira Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 23/2023/A, de 26 de junho - Estatuto da Carreira Docente da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: PSD/CDS-PP/PPM/CH

Data de Entrada: 2024 – 06 – 11

Comissão:

COM PEDIDO DE URGÊNCIA

2- **Projetos de Resolução:**

N.º 9/XIII **http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIEPjR009.pdf**

Assunto: Posição da Região Autónoma dos Açores no âmbito do Grupo de Trabalho para a revisão do Subsídio Social de Mobilidade

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2024 – 06 – 12

Comissão:

COM PEDIDO DE URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

3- **Petições:**

N.º 5/XIII **http://base.alra.pt:82/Peticao_Abaixo/XIIIpeti1119.pdf**

Assunto: Regulamento de Tarifas da Marina de Angra do Heroísmo

Proveniência: José António Morais Bettencourt

Data de Entrada: 2024 – 06 – 05

Comissão: Economia

Limite de parecer: Em processo de admissão

4- Informações:

Assunto: Correspondência remetida por correio eletrónico a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, de agradecimento pela atribuição da Insígnia Autonómica de Valor, no Dia da Região 2024, bem como pelo envio do registo fotográfico
Proveniência: Ana Luísa Luís, agraciada
Data de Entrada: 2024 – 06 – 03;

Assunto: Ofício ref.ª 44/CMDT/2024 remetido por correio eletrónico a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, de agradecimento pela atenção e cordialidade dirigidas à Polícia de Segurança Pública da Horta, bem como a reiterar a disponibilidade institucional para com a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Proveniência: O Comissário António Júlio da Silva Oliveira, Comandante em Suplência
Data de Entrada: 2024 – 06 – 06;

Assunto: Ofício a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que foi proposta para Presidente do Conselho de Administração da Portos dos Açores, S.A., a Dra. Sancha Madalena Castanheira de Oliveira Costa Santos, e a solicitar as diligências necessárias para o início do processo de audição para a indigitação
Proveniência: Gabriela Simas, Presidência do Governo Regional dos Açores
Data de Entrada: 2024 – 06 – 07;

Assunto: Ofício a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia

Legislativa da Região Autónoma dos Açores que foi proposta para Presidente do Conselho de Administração da Atlânticoline, S.A., a Dra. Isabel Alexandra de Melo Quadros Marques Fernandes Dutra, e a solicitar as diligências necessárias para o início do processo de audição para a indigitação
Proveniência: Gabriela Simas, Presidência do Governo Regional dos Açores
Data de Entrada: 2024 – 06 – 07;

Assunto: Ofício a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que foi proposto para Presidente do Conselho de Administração do IROA, S.A., o Eng.º Pedro Jácome de Carvalho e Cunha Hintze Ribeiro, e a solicitar as diligências necessárias para o início do processo de audição para a indigitação
Proveniência: Gabriela Simas, Presidência do Governo Regional dos Açores
Data de Entrada: 2024 – 06 – 07;

Assunto: Correspondência remetida por correio eletrónico a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, de agradecimento pela atribuição da Insígnia Autonómica de Mérito Cívico no Dia da Região 2024
Proveniência: Pe. Raimundo Garcia Bulcão Duarte, agraciado
Data de Entrada: 2024 – 06 – 07;

Assunto: Ofício 29/024/RL a solicitar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores urgência do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 12/XIII - Primeira Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 23/2023/A, de 26 de junho - Estatuto da Carreira Docente da Região Autónoma dos Açores
Proveniência: Rui Lucas, Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2024 – 06 – 11;

Assunto: Ofício a solicitar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 9/XIII - Posição da Região Autónoma dos Açores no âmbito do Grupo de Trabalho para a revisão do Subsídio Social de Mobilidade
Proveniência: António Lima, Representação Parlamentar do BE
Data de Entrada: 2024 – 06 – 12;

Assunto: Correspondência remetida por correio eletrónico a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores solicitando a suspensão do seu mandato de Deputado à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 33.º do EPARAA, com efeitos a partir de 8 de julho de 2024, inclusive
Proveniência: André Franqueira Rodrigues, Deputado do Grupo Parlamentar do PS
Data de Entrada: 2024 – 06 – 12.

5- **Relatórios:**

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Data de Entrada: 2024 – 06 – 11.
http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI19729.pdf

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2024 – 06 – 11.

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI19721.pdf

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2024 – 06 – 11.

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI19717.pdf

O redator, *André Silva*